



**DISCIPLINA: DINÂMICA DE
MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO
DE CONFLITOS NA
ESCOLA**

MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES: CRIMINALIZAÇÃO OU EDUCAÇÃO?

*MEDIATION AND RESOLUTION OF SCHOOL CONFLICTS:
CRIMINALIZATION OR EDUCATION?*

*MEDICIÓN Y RESOLUCIÓN DE CONFLICTOS ESCOLARES:
¿CRIMINALIZACIÓN O EDUCACIÓN?*

CARLOS ALBERTO MÁXIMO PIMENTA^I
LIGIA MARIA DE MENDONÇA CHAVES INCROCCI^{II}

RESUMO Este artigo faz a reflexão sobre os processos de mediação e resolução de conflitos no interior da escola, em que coloca em pauta a tensão entre criminalização e a educação do aluno envolvido em agressões ou manifestações de violência. Objetiva-se evidenciar os elementos presentes no cotidiano escolar, dentro das possibilidades de suas ações pedagógicas, os quais podem contribuir para a superação de sua postura de criminalização-policial-repressiva. A mediação, técnica no campo das inovações jurídicas aplicada à sociedade para intervenções públicas e privadas de resolução de conflitos, ultrapassa a sua dimensão funcional, dogmática e normativa no campo do direito. Na educação, constitui-se em instrumento de revisão do papel formador da escola. Para esta se faz necessário interpretar os clamores da juventude e as distintas formas de expressão de violência, levando-se em consideração o imaginário, a cultura e os modos de ser, sentir, pensar, viver e experienciar a vida daqueles que compõem o cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: MEDIAÇÃO; RESOLUÇÃO DE CONFLITOS; EDUCAÇÃO; VIOLÊNCIA NA ESCOLA.

^I Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento (NEID); e-mail: carlospimenta@unifei.edu.br;

^{II} Doutoranda em Ciências da Tecnologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS / UNIFEI); e-mail: ligia.incrocci@gmail.com.

ABSTRACT This article is about processes of mediation and conflict resolution inside the school and it puts on the agenda the tension between the criminalization or education of the student involved in aggressions or manifestations of violence. The objective is to highlight the pedagogical actions practiced in the daily school life which may contribute to overcoming their criminalization-police-repressive. Mediation, technique in the field of legal innovations applied to society for public and private conflict resolution, goes beyond its functional, dogmatic and normative dimension in the field of Law. In education, mediation is an instrument for reviewing the formative role of the school. For the school, it is necessary to interpret the cries of youth and the different forms of expression of violence, considering the imaginary, culture and ways of being, feeling, thinking, living and experiencing the lives of those who make up school daily.

KEY-WORDS: MEDIATION; CONFLICT RESOLUTION; EDUCATION; VIOLENCE IN SCHOOL.

RESUMEN Este artículo es una reflexión sobre los procesos de mediación y resolución de conflictos dentro de la escuela, lo que trae consigo la tensión entre la penalización y la educación del estudiante involucrado en ataques o brotes de violencia. Tiene como objetivo poner en evidencia los elementos en la vida cotidiana de la escuela, dentro de las posibilidades de sus acciones pedagógicas, que pueden contribuir a la superación de las prácticas de penalización, de policía y de represión. La mediación es una técnica en el campo de las innovaciones legales aplicadas a la sociedad para la resolución de las intervenciones públicas y privadas para la resolución de conflictos. En la escuela, excede su dimensión funcional, dogmática y normativa en el ámbito de la ley. En la educación, constituye un instrumento de revisión del papel formativo de la escuela, lo que se necesita interpretar los gritos de los jóvenes y las diferentes formas de expresión de la violencia, teniendo en cuenta el imaginario, la cultura y formas de ser, sentir, pensar, vivir y experimentar la vida de los que conforman la rutina escolar.

PALABRAS CLAVE: LA MEDIACIÓN; RESOLUCIÓN DE CONFLICTOS; LA EDUCACIÓN; LA VIOLENCIA EN LA ESCUELA.

INTRODUÇÃO

A proposta não tem a pretensão de caracterizar-se como um modelo ou um formulário-roteiro para as resoluções dos conflitos no interior da escola, embora possa ter repercussão interventiva nas dinâmicas escolares. Apresenta-se em forma de reflexão sobre os processos de mediação e se coloca na pauta das ações educacionais a tensão entre criminalização ou formação do aluno envolvido em manifestações de violência.

O tema “mediação na educação” não é novo, mas se faz pertinente. Da associação entre escola e realidade social é que se vê justificada às questões relativas aos diversos processos de intervenção da violência, uma vez que as atuais sociedades assumem um caráter imperativo na formação das pessoas, obrigatoriamente para crianças, adolescentes e jovens, pelo menos em nível dos discursos científicos e políticos.

O novo é a aposta em procedimentos de “automediação” de conflitos pela unidade escolar. O crédito da condução desse processo é atribuído aos professores, alunos, supervisores, diretores, merendeiras, pessoal da limpeza, inspetores, a partir das diferentes formas de suas atuações. Estes têm as condições para enfrentar a realidade apresentada, para além da transmissão do conhecimento formal, da organização da vida escolar e da preocupação com a aprendizagem.

A mediação, técnica no campo das inovações jurídicas aplicada à sociedade para intervenções públicas e privadas de resolução de conflitos. Na prática, propõe-se ultrapassar a dimensão funcional, dogmática e normativa do direito e, na educação, se constitui em instrumento de revisão do papel formador da escola. Esta, impõe interpretar os clamores da juventude e as distintas formas de expressão de violência, levando-se em consideração o imaginário, a cultura e os modos de ser, sentir, pensar, viver e experienciar a vida daqueles que compõem o cotidiano escolar.

A “automediação” traz consigo a ideia de responsabilizações que ultrapassem as ações da educação formal, promovendo na prática escolar revisões de seus valores de socialização, pedagógicos e de formação. Dentro desse quadro, pergunta-se: de qual perspectiva a unidade escolar pode contribuir para a resolução de seus conflitos sem a intervenção da polícia e sem o caráter repressivo?

A pergunta abre um leque de questionamentos sobre a ação pedagógica e o papel da educação formal. Restrito ao universo da ação pedagógica, o “ato de educar” não contempla o conjunto de conhecimentos adquiridos pelo aluno fora da escola. Por sua vez, dentro do papel da educação formal, a automediação possibilita o reaprender coletivo, em que professores, alunos, pais, entorno, comunidade, instituição e saberes podem almejar ir além do modelo de educação competitivo.

Objetiva-se evidenciar os elementos presentes no cotidiano escolar, dentro das possibilidades de suas ações pedagógicas, os quais podem superar a postura de criminalização-policial-repressiva e ressignificar as manifestações de conflitos daquele contexto.

Do ponto de vista metodológico, o material coletado tem origem na pesquisa de campo realizada na execução do projeto “Escola e Violências: Processos de ‘auto’ mediação e resolução dos conflitos no interior da escola”.¹

O local das pesquisas foi o município de Poços de Caldas, interior do Estado de Minas Gerais, mas a reflexão pode ir além desse universo para servir de referência em outras realidades, no sentido de contribuir para futuras práticas educacionais de intervenções dos conflitos ou de manifestações de violência no interior da unidade escolar.

A investigação aconteceu no período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2016, entre inserções na escola, observações do cotidiano de unidades escolares e salas de aula, reuniões formais, conversas informais, solicitações de dados junto da Secretaria de Ensino do município, da Superintendência do Estado e da Polícia Militar.

¹ Financiamento pelo Edital FAPEMIG 13/2012 – Pesquisa em Educação Básica – Acordo CAPES-FAPEMIG, Processo nº. APQ 03424-12.

A incursão de campo teve a finalidade de dar voz e vida para todas as pessoas presentes no cotidiano escolar, em que se valorizam as experiências dos envolvidos e se buscou ênfase aos elementos que estão presentes nas relações desencadeadas no cotidiano escolar, as quais ganhavam significados para se constituírem em técnica de mediação. Portanto, realizou-se levantamento dos indicativos de violência no interior da escola para, a partir deles, localizar as ações de encaminhamento que a unidade propõe, uma vez que o processo de automediação tem potencial para reescrever o sentido da escola contemporânea.

Para a triangulação entre pergunta-problema, dados de campo e perspectiva teórica de partida, utilizou a proposta de Bourdieu (1997) descrita no capítulo “Compreender”, do livro *A Miséria do Mundo*, no sentido de levantar as dimensões simbólicas presentes nas relações conflituosas estudadas, visto que a escola se constitui num campo de forças e de disputas sociais, culturais, econômicas, normativas e que compõem um conjunto de práticas, o que o autor chama de *habitus*. Estes se manifestam por meio de imposições de arbitrários culturais categorizados ou não em “violência simbólica”.

Pela noção de “campo” e de “dissimetria social” de Bourdieu (1997, p. 695), privilegiaram-se na observação os discursos hegemônicos, as rupturas, as resistências, a possibilidade de novos sentidos atribuídos nas relações entre os sujeitos. Dentro dessa perspectiva, quatro casos acontecidos no interior da escola estudada foram registrados pelos pesquisadores e apresentados como partida laboratorial de possíveis processos de mediação.

Para organizar a proposta, dividiu-se o texto em três partes distintas, mas interligadas e correlacionadas. A primeira, traz os conceitos que organizam e orientam a concepção de mediação de conflitos. A segunda, demonstra os olhares que alunos-professores têm sobre si e sobre a instituição escolar, do ponto de vista da violência e da criminalização desses acontecimentos. A terceira, vislumbra esboçar o papel que cada ator envolvido exerce no cotidiano escolar.

DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA E O CONCEITO DE MEDIAÇÃO: UM MERO INSTRUMENTO NORMATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS?

A formalização de processos de mediação está diretamente associada às manifestações de violência presentes em nossa realidade social, as quais assumem diversas modalidades e modos. Em aberto está a busca por respostas às perguntas que ainda continuam em formulações: por que o ideário contido no processo de civilização não foi capaz de evitar atos de barbárie? As sociedades tecnológicas e informacionais terão condições de minimizar esse quadro de expressões? Como pensar, do ponto de vista humano, a formação do indivíduo? Como propor entendimentos mínimos sobre as diversas “violências” experimentadas na realidade brasileira, em especial nos espaços escolares?

O tema da mediação no interior da escola está relacionado à violência urbana, reverberadas em manifestações de violência na escola. Sabe-se que o conceito de *violência* abrange dimensões da política, da religião, de caráter institucional e econômica. O conceito do que venha a ser violência continua sendo um complicador àqueles que se habilitam a

estudá-la (PIMENTA, 2008). Isso se dá pelo seu caráter polifônico e plural, não se podendo excluir as dinâmicas dos diferentes tempos, espaços, culturas, o que nos remete à ideia de existir várias maneiras de compreendê-la.

Em seu sentido etimológico, tomando como base Yves Michaud (1989, p. 8), o núcleo da palavra violência é *vis* (força, vigor, potência, quantidade, abundância), advinda do verbo latim *violentia*, e “significa violência, caráter violento ou brávio”. Para esse autor, é a força que constitui o que venha a ser violência, tanto no estágio de desrespeito à ordem, em oposição à paz, quanto no caráter brutal da ação, em face do desrespeito à regra por ter passado da medida.

Essa ênfase na equação “violência igual à força” tem relevância para se questionar os propósitos civilizadores das sociedades industriais modernas que fizeram uso de uma “força legítima”, por intermédio de suas instituições e forjaram relações harmônicas, mediadas pelas metodologias pedagógicas de formação ao mundo do trabalho e à vida em sociedade.

No campo da sociologia, a violência, considerada como fato social, passou a ter importância e repercussão social quando foge do controle da ordem institucional. Dentro dessa lógica, não é mais negada e recalcada, mas reconhecida como problema que pede soluções. Passa a fazer parte dos fenômenos submetidos à regulação social.

Fora do controle, a violência traz medo, ódio, estigma, preconceitos. Torna-se, no interior das sociedades contemporâneas, um acontecimento banal submetido ao cálculo, à gestão e ao controle. Contudo, a dinâmica da violência traz recursos cada vez mais renovados, de difícil neutralização, redirecionamento e redução.

O uso da força pela força, sem a devida medida fundamentada em princípios emancipatórios, de respeito às diferenças e à alteridade humana, de constituição de autonomias e solidariedades, em abundância, não deveria ganhar relevância nas sociedades industriais modernas, democráticas. Costa e Pimenta (2006, p. 7-8), salientam que a violência é “[...] praticada pelo Estado, instituições, grupos sociais e religiosos, organizações públicas e privadas, sistemas de comunicação e econômico, pessoas, enfim, por todos nós”. Ninguém está imune da possibilidade de praticar e sofrer algum tipo de violência.

No interior da escola um aspecto da violência, traduzida em manifestações conflituosas, é chamado de *Bullying*. Na ausência de melhor termo à língua portuguesa, *bullying*, na leitura do trabalho de Fante (2005), é traduzido em agressões físicas, verbais, morais, psicológicas manifestas no ambiente escolar, fenômeno que se traduz em violência e que inviabiliza a paz no seu interior, em que compete aos envolvidos a busca de caminhos para prevenir manifestações conflituosas e agressivas.

Desse universo de manifestações é que se preocupa a mediação e, enquanto processo, se apresenta, inicialmente, com potencial para a resolução dos conflitos. Na concepção de Antônio Carlos Ozório Nunes (2011), os processos de mediação extraídos das práticas jurídicas são formas de restaurar a cultura da paz na escola.

As posições de Ozório Nunes (2011) não diferem das posições jurídicas de Moore (1998) e Lascoux (2006), uma vez que têm o mesmo ponto de partida: o olhar das inovações jurídicas aos conflitos de ordem sociocultural. Os juristas tratam das técnicas trazidas

pelas práticas forenses, por meio de inovações pela emergência de alternativas às demandas judiciais. Acreditam que essas técnicas possam ser aplicadas em conflitos sociais no interior das unidades escolares.

A técnica, apreendida e ensinada, vislumbra minimizar as relações competitivas, concorrenciais, de disputa ou de rivalidades e se caracteriza em possibilidade de reestabelecer o bom convívio, o consenso, a partir da concepção de apaziguamento, finalidade da Justiça Restaurativa.

Para Chrispino e Chrispino (2002, p. 83-84), a mediação de conflito na gestão escolar pode assumir as seguintes abrangências: *Política Pública*. Introdução da Mediação de Conflito e redução da violência no espaço escolar; *Justificativa*. A escola tem sofrido com inúmeros episódios de violência em vários níveis e com conflitos envolvendo diversos atores. Isto tem causado dificuldade para o alcance de seus reais objetivos; *Etapas Principais*. Criação das condições para que a escola possua a cultura de mediação do conflito entre todos os seus atores; *Etapas Necessárias*. Conhecer a cartografia da violência e do conflito no ambiente escolar por meio de uma Avaliação da Violência Escolar; criar a curto prazo um Plano de Segurança nas escolas; estabelecer a necessidade de adequar lentamente os prédios escolares numa visão de escola segura; capacitar pessoal e mudar a dinâmica da gestão; *Estratégia*. Sensibilizar para a necessidade de se discutir o assunto; conscientizar para a necessidade de mudar a maneira como a escola trata o assunto, e operacionalizar ações efetivas para diminuir os conflitos e reduzir a violência escolar; *Abordagem e Parceiros*. Iniciar discussão junto aos diretores sobre a maneira de ver e entender o conflito e a violência na escola. Construir o processo com professores, alunos e comunidade; *Avaliação Final*. Existência de Plano de Segurança da Escola – “PAS nas Escolas” e a instalação de Mediadores de Conflito no ambiente escolar; *Ganho Indireto*. O aprendizado da mediação do conflito na escola torna-se patrimônio cultural do futuro cidadão. Espera-se que esse tipo de cultura possa ser utilizado em outros setores da relação social.

Esse movimento é jurisdicional e policial-repressivo. É também uma tentativa de estabelecer um sistema de ordem, pela perspectiva da cultura da paz ou do apaziguamento dos conflitos. Fará sentido se a escola conseguir ampliar as suas noções de pertencimento, reconhecimento e comunidade. Trata-se da emergência de se apostar em relações inovadoras entre política educacional-escola-professor-aluno que prescrevam a compreensão da contemporaneidade e estabeleçam concepções de respeito a todos que convivem nas unidades escolares.

A leitura das observações de campo explicita que a escola é um espaço-lugar com potencial para a resolução de seus conflitos. A escola, embora não tendo tempo burocrático para, pedagogicamente, apaziguar suas tensões, tem potencial em disparar os elementos da mediação, uma vez que disponibiliza em suas normativas (projeto político pedagógico) e práticas (ação pedagógica), a noção de pertencimento, de reconhecimento, de comunidade, de juventude, de ator social e de protagonismo.

O *pertencimento*, da sugestão de Hall (1997, p. 8) configura-se por meio das identidades e identificações culturais, uma vez que entende que elas surgem “de nosso pertenci-

mento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”. Da promoção do encontro das particularidades da cultura, formal e informal, é que o sujeito experimenta um conjunto de significados. Do compartilhamento dessas experimentações socioculturais é que o sujeito exprime suas afetações pessoais e coletivas, o que constitui um campo efetivo de percepções de mundo e de pertencimento.

Pertencer requer *reconhecimento*. O reconhecimento mais importante está no plano sociocultural atrelado aos valores, sentidos, significados e significantes que atribuímos à pessoa. O não reconhecimento resulta em exclusão, desigualdades e não acesso aos bens, produtos e serviços disponíveis à sociedade.

Na realidade, o conceito de reconhecimento utilizado foi extraído da elaboração de Paul Ricoeur (2006), traz elementos da esfera jurídica, inerente às sociedades e relações sociais que se pautam na cidadania e na democracia, uma vez que os sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais, pela obediência à lei. Por conseguinte, o reconhecimento fomenta o respeito cultural, social, político, religioso, singular, simbólico, subjetivo, ético, estético e moral.

A *escola-comunidade*, conjunto de pessoas agrupadas em determinado espaço institucionalizado ou não, consciente ou não de pertencimento, em constante processo de interação política, cujas relações socioculturais, plurais, dimensionam o sentido da vida interna-externa de seus membros, promovendo modos de ver, sentir e pensar o mundo (SILVA et al., 2003, p. 15-16), se fortalece enquanto lugar de reconhecimento e ganha relevância junto aos processos de formação. A comunidade (BAUMAN, 2001) se constitui nas esferas do político e se traduz em espaço estratégico que organiza as ações e as atitudes das pessoas dentro dos agrupamentos.

Por essa trajetória, a escola se coloca em posição de decifrar os caminhos dos conflitos, das agressões e das manifestações de violência. Esse caldeirão de questões – violência, *bullying*, pertencimento, reconhecimento, comunidade – precisa ser codificado para além das dimensões repressivas e criminais. Não dá para apostar num esforço de militarização das práticas pedagógicas ou “obediência militarizada”, como salientam Guernelli; Machado (2009, p. 84).

A posição de Alain Touraine (1998), quando questiona temas como a “igualdade” e a “diversidade”, coloca no centro desse processo o que chamou de “sujeito democrático”. Para esse autor, o que se aplica nos processos de mediação é que o sujeito – aquele que tem consciência da realidade em que faz parte e, politicamente, assume a posição de gerir, controlar, participar de transformações, pela ação ou pela produção de si – deve ser colocado na frente da tomada de decisões de sua vida.

Em outros termos, o protagonismo de todos implica permissão ao outro para atuar, A participação deve ser carregada de simetria, para que as decisões políticas sejam participativas. Da mediação jurídica à automediação escolar, a educação tem potencial para assumir o papel de conduzir seus processos internos e, diante da realidade social de nosso tempo, enquanto espaço-lugar de formação, apresenta as habilidades para desencadear ações sólidas de automediação e de resolução de seus conflitos.

O COTIDIANO ESCOLAR DAS PERSPECTIVAS DO PROFESSOR-ALUNO-ESCOLA: COMO NOS VEMOS?

A aposta que a escola tem capacidade de promover a automediação implica o reconhecimento da responsabilidade por inúmeros conflitos que acontecem em seu interior. O enfrentamento político impõe as seguintes questões: como a escola entende agressões e violências? A escola se vê de que forma? De que modo o coletivo vê a escola? Cabe relatar e explorar alguns recortes que contribuem para a constituição de espaços de mediação com potencial de ser ampliado para outras realidades.²

As respostas não são fáceis nem imediatas. No cotidiano da escola, observou-se que os conflitos identificados e classificados como sendo graves foram direcionados à intervenção policial, mas a escola tem todas as condições de equacioná-los. Apresentam-se quatro casos que demonstram aspectos das tensões conflituosas vivenciadas no interior da escola característico à prática de mediação, os quais devem ser encaminhados para um processo de resolução. São eles:

CASO 01

Na oficina de “letramento de matemática”, os alunos estavam fazendo bagunça (jogavam bolinhas de papel e gritavam, de forma geral, entre eles). A professora não impedia nem controlava as manifestações. Todos estavam falando ao mesmo tempo, juntos e aos gritos. O aluno “V” teve um incômodo com o aluno “R” e desferiu contra ele um soco. O aluno “R” esbravejou, aparentando raiva, mas não devolveu a agressão que sofreu. A solução da professora foi a de levar os alunos à diretoria, o que aconteceu com muita resistência dos envolvidos.

Dias depois, houve o encontro com o aluno “R”, o qual falou sobre a agressão sofrida. Contou que ficou tirando cópias na sala da diretora como punição, mas que o aluno “V” passou a encará-lo, estufando o peito, falou que “não arrumaria briga porque não queria conversar novamente com a diretora”. O conflito não foi equacionado com a conversa realizada com a gestora da unidade escolar, por conseguinte, a tensão não foi resolvida.

CASO 02

Em uma observação de sala de aula, constatou-se que os alunos mostravam bom comportamento na presença da professora. A professora teve que sair por alguns instantes para resolver problemas administrativos e os alunos começaram a conversar, levantar de seus lugares e brincar de tapas. Ao retornar, demorou algum tempo para que todos se acomodassem e a figura da professora se faz importante como representação da autoridade ou de autoridade pedagógica na condução dos processos formativos naquele espaço.

² Por questões éticas não será citado o nome de qualquer pessoa contatada durante as observações e entrevistas. No máximo, quando necessário, se utilizará a inicial, fictícia, do primeiro nome. Cabe ressaltar, também, que todas as informações privilegiadas neste artigo foram coletadas na pesquisa realizada, conforme metodologia apontada.

CASO 03

A escola se estabelece dentro de verdades ou de posicionamentos que a tornam insensível em diversos planos. Em determinada visita, soube-se que uma aluna pegou piolho e sua tia raspou a cabeça da mesma. No dia seguinte, a mãe mandou a aluna “S” para a escola de boné. A escola, na pessoa de seus funcionários e da professora, cumpriu a regra de que nenhum aluno poderia entrar ou andar de boné em seu interior. Pela insensibilidade da escola, a aluna “S” foi “zoada”, como ela argumenta, por todos os colegas de sala.

CASO 04

No refeitório, para pensar sobre os passos do projeto, duas alunas, “S” e “S”, puxaram conversa perguntando: “você é do Conselho Tutelar?” Ao responder de forma negativa, explicando o que estava fazendo na escola, elas começaram a relatar vários episódios de agressão física e verbal que presenciaram. Desde professora chamando alunos de “macaco”, proibição do uso de maquiagem às alunas, até agressões verbais e físicas entre alunos.

Esses casos demonstram a urgência de intervenções horizontalizadas entre sistema educacional-escola-gestores-professores-alunos. Contudo, pede-se cautela ao questionar a posição da escola no tratamento dessas manifestações, mas a cautela não impede as transformações de respeito e responsabilidades a todos, uma vez que as agressões não são regras nem devem ser tratadas com generalizações.

Há exemplos positivos de intervenções – *Lei Federal Anti Bullying nº. 13.185/2015*, e Projeto Educação para a Paz e Não Violência, entre outros. No entanto, denota-se que a escola tem dificuldade de transpassar suas regras e permitir que outros atores contribuam na gestão escolar. Equivale dizer, a título de exemplo explicativo, que integralizar as premissas existentes no Programa Mais Educação, conforme a Portaria Interministerial nº. 17/2007, não é tarefa tranquila, uma vez que ela tem que se esforçar para:

IV – prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócio-assistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Na visão dos professores, profissionais habilitados para alavancar processos de formação e educativos, a instituição pode ter compreendido essas prerrogativas no campo normativo, mas na prática tem limites e dificuldades humanas, políticas, sociais, culturais, e simbólicas que estão postas pela idealização da autoridade e da ação pedagógicas, nos termos da violência simbólica sugerida por Bourdieu (1983), na imposição de arbitrários culturais, cujos papéis são atribuídos ao professor e às técnicas de ensino-aprendizagem.

A autoridade pautou-se – e ainda se pauta – em plataformas autoritárias entre senhor e servo, na disciplina e no conhecimento centrado na figura do mestre. A relação ensino-aprendizagem se circunscreve pela seleção de conhecimentos que não dão sentido à reali-

dade do aluno. Nesse descompasso, explicitando as falas extraídas da pesquisa de campo, o descontentamento dos professores caminha na seguinte perspectiva:

Diante de tanta dificuldade, o aprendizado em sala de aula se torna pequeno (...). Acho que os pais deveriam explicar ao filho a importância dos estudos, o valor da educação (...);

(...) Com dificuldade de aprendizagem, mas carentes de afeto; A maioria são imaturos, gritam na sala (...), xingam e não se concentram. Outros precisavam de ajuda profissional como psicopedagoga pois tem problemas de aprendizagem;

São alunos de diversas faixas etárias e diferentes realidades o que dificulta a aprendizagem e o ensinamento (...);

Não têm vocabulário compatível com a série (...);

Não estão acostumados a trazer o material escolar e não têm hábitos de estudos (...). Acredito que muitos estão precisando de acompanhamento médico e principalmente do afeto familiar.

A escola, na visão dos alunos, não favorece o protagonismo, a sensação de pertencimento e de reconhecimento. Para estes, a educação e a escola promovem o sentimento de que foram abandonados a sorte, o que reverbera nas possibilidades de participação de qualidade junto ao modelo de sociedade vigente. A obrigatoriedade da educação ou de estudar não significa a segurança de acessar os benefícios do consumo e do mercado disponíveis em nosso tempo social. Entre os diálogos informais efetivados, determinado gestor educacional disse: “temos dois mil alunos. Desses, se dois se salvarem, já fizemos a nossa parte”. Ao privilegiar a competição e o mérito, no extremo desse argumento, a escola abandona os alunos que não se adequaram a essa realidade e, pela sensibilidade dos envolvimento, estes reconhecem a ênfase dessa opção e não vêem sentido da escola para as suas vidas.

Na dimensão simbólica da violência, o aluno foi colocado à margem da preocupação educacional. À margem, se transformou em problema. Na prática, deixa de ser sujeito principal da existência da escola: ensino-aprendizagem (ALVES; PIMENTA; SOUZA; SILVA, 2010, p. 137-158). Consciente ou não, observou-se a existência de um descaso no tratamento dado aos alunos que segue uma escala hierárquica: do Estado, das Delegacias de Ensino, da Direção da Unidade, da família. Aos alunos, resta a concepção de terem sido transformados em problema ou em culpados de tudo que acontece no entorno e/ou dentro da escola.

A ideia de “má qualidade do ensino” é atribuída ora à incompetência dos professores, ora aos alunos face ao desinteresse ou “pela” violência “na” escola. Os alunos são considerados indisciplinados e, em muitas ocasiões, bandidos, constituindo um conjunto de linguagens conferidas à escola – arquitetura, grades, técnicas de abordagens, livro queixa, disciplina, entre outros – reportam aos sistemas de repressão existentes – prisional e poli-

cial (SILVA; GONZAGA; MALDONADO, 2015, p. 35-46). Em linhas gerais, as soluções apontadas sobre violência na escola, por professores, diretores e gestores educacionais, estão relacionadas com o aumento no rigor disciplinar e das punições, assim como, aos processos de criminalização dos alunos e de seus atos.

Quando o “alvo” da violência são os alunos, tem-se no seu imaginário a sensação de que o professor o abandonou. Para Barbosa (2016), no âmbito das políticas públicas educacionais, os alunos se transformaram em estatística. Tal aspecto aparece timidamente na fala de alguns professores e demais membros que compõem a estrutura escolar. O aluno não é mais uma criança, um jovem ou um adolescente: é o problema, é o culpado.

Em posicionamentos de pouca formatação democrática, o adulto se impõe, às vezes pela força, sobre o aluno. Denota-se a animosidade nas relações promovidas em seu interior, as quais reproduzem, em certa medida, preconceitos, racismos, machismos, lutas de classe. A escola tem dificuldades em lidar com as diversidades socioculturais, socioeconômicas e sociopolíticas. Denota-se também que a cultura formal, selecionada pela educação, valoriza o silêncio, o não confronto e a obediência, herança autoritária fortemente enraizada em nossa realidade.

EDUCAÇÃO, CRIMINALIZAÇÕES E VIOLÊNCIA: OUTRAS POSSIBILIDADES DE EXPERIÊNCIAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Sabe-se que as “violências” registradas pela unidade escolar são recorridas às resoluções da polícia, do judiciário e da repressão. A escola, por meio do processo de mediação, tem um conjunto de fundamentos e princípios elencados no próprio *mister* do educar em que se apresentam as eminências pedagógicas de referência aos educadores.

Esses fundamentos e princípios trazem, por si, as concepções que justificam a mediação e estão consignados no projeto pedagógico das unidades escolares estudadas. A escola elabora no Projeto Político Pedagógico (PPP) as diretrizes para as suas ações e norteamientos e, o documento, obrigatório para todas as unidades escolares no Estado de Minas Gerais, tem inspiração em modelos ou exemplos de projetos escritos em outras realidades.

Dentro do PPP formulado pela unidade escolar encontram-se as condições políticas institucionais à promoção de debates, reflexões, diálogos e reelaborações com a capacidade de propiciar ao coletivo os espaços de trocas ativas e participação de atos administrativo-colaborativos de gestão democrática.

O PPP, dentro de suas finalidades educacionais, traz as alternativas para ações e enfrentamentos das dificuldades geradas no cotidiano escolar, mas traz também espaços para automediação. Entre o prescrito e o praticado aparecem as lacunas para a efetivação de gestões participativas, uma vez que nesse entremeio existem determinantes político-ideológico-culturais – despolitização das práticas pedagógicas; educação como espaço moral; seleção da cultura a ser traduzida como formal e adequada; saberes e fazeres hierarquizados verticalmente; usos sociais da formação e da educação – que dificultam relações mais abertas e tracejam os conceitos em retóricas atualizadas ou mero jogo de palavras – escola

como espaço de formação democrática; formação para a cidadania; autonomia, singularização e emancipação do aluno pelo conhecimento; valorização da criatividade e permissão de protagonismos.

Todos esses princípios estão escritos no PPP da escola estudada, de alguma forma nos seguintes itens: “Finalidades da Escola”, “Estrutura Organizacional”, “Currículo”, “Tempos e Espaços Escolares”, “Processos de Decisão”, “Relações de Trabalho”, “Avaliação”. Inclusive, estão presentes nos espaços de atividades extraclasse estabelecidas no horário de trabalho pedagógico (HTP), nos projetos transversais, entre outros.

A educação e a escola são espaços repletos de conflitos, de todas as ordens, advindos intra e extramuros, compostos por inúmeras tensões produzidas por alunos, instituição e profissionais da educação. Tudo em nome de determinada ordem societária ou de uma moral cívica, funcional (ALVES; PIMENTA, SOUZA; SILVA, 2010).

Na unidade escolar estudada percebeu-se, o que não pode ser considerado como regra ou exceção, um descontentamento entre o papel de ser professor e de ser aluno. A todo instante vê-se o questionamento desses papéis, no sentido de romper com a disciplina proposta pela sociedade moderna, a qual é atribuída à escola e aos professores. As concepções de educação, escola, professor e aluno ganharam outros contornos, que colocam em xeque o conceito de “autoridade” idealizado nesta relação. Vê-se que na experiência escolar ocorreram mudanças do lugar da autoridade, necessários para se aprimorar ações horizontalizadas que rompam com o conceito de hierarquia vertical adotado nas propostas pedagógicas observadas.

As manifestações de violência presentes no cenário urbano, resultantes do sangue, da faca, do revólver, do patrimônio, do medo (COSTA; PIMENTA, 2006; PIMENTA, 2007), adentraram os muros da escola. Em respostas hierárquicas e verticalizadas, vem a crença no uso da força disciplinar, em que o papel e a responsabilidade pedagógica de formação do educador e da educação se deslocam para outros atores: o poder judiciário e a polícia.

A 23ª. Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Belo Horizonte (Infracional) e a Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação (PROEDUC) do Ministério Público do Estado de Minas Gerais³ lançou uma cartilha promovendo sugestões para um campo de ações interventivas para coibir as manifestações de violências e agressividades na escola.

Essa iniciativa, por mais interessada que esteja na cultura da paz, estabelece, em concomitância, a condução do ato de disciplinar e se habilita em efetivar uma espécie de processo de criminalização das manifestações conflituosas no interior da unidade escolar. Certo que os casos criminais típicos devem ser avaliados pelo sistema judiciário, mas a escola tem a competência em promover as mediações, por ela mesma, tendo em vista que dentro da dinâmica das práticas organizativas da unidade escolar não se caracterizam, no seu tempo burocrático, as condições necessárias (espaços físico, simbólico, coletivo, político, cultural e de sociabilidades) para se evitar, e rever, o processo de criminalização do aluno.

3 Nesse sentido, ver a Cartilha “Educação: semente para um mundo melhor”. Documento reeditado em 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/NEID/Downloads/Cartilha%20Semente%20Setembro-2016%20extra-net%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/NEID/Downloads/Cartilha%20Semente%20Setembro-2016%20extra-net%20(1).pdf). Acesso em 7 de maio de 2018.

A escola não é nem deve ser lugar de polícia, enquanto técnica de aprendizagem por meio da repressão e os processos pedagógicos e educativos formais não podem assumir um caráter criminal. Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário acreditam exercer parcerias de combate e repressão às manifestações de violência (BATISTA, 2013), mas colocam em xeque os caminhos da educação universal pautada na alteridade e no direito às diversidades.

A violência, a polícia, o judiciário, a formação, a educação formal, as relações entre pessoas, os protagonismos, as sociabilidades, as diferenças, as singularidades, as desigualdades, as emancipações, as autonomias, as urgências estão “presentificadas” (MAFFESOLI, 2005) na unidade escolar. Essa realidade coloca em evidência as seguintes questões: de que forma a unidade escolar soluciona as demandas institucionais que lhe compete? Quais as práticas de encaminhamento daqueles que extrapolam as suas competências? Qual é o seu papel dentro da realidade escolar contemporânea?

A realidade impõe à unidade escolar a responsabilidade – no sentido institucional pedagógico – de enfrentar suas questões e não deslocá-las para outras instituições estranhas às competências da educação formal. Impõe também um repensar sobre as matrizes convencionais utilizadas no processo pedagógico para que possam visualizar as manifestações que lhe escapam. Essas perspectivas, a do enfrentamento e a da visualização de suas demandas internas, fortalecem a necessidade da leitura das novas exigências, de comprometimentos e responsabilizações com outras manifestações socioculturais “na” e “no entorno” da escola.

As técnicas e os processos de automediação, no sentido das possibilidades de resolução dos conflitos, ganham relevância diante da realidade exposta. Trata-se de uma aposta, um caminho para responsabilizar alunos, professores, gestão escolar e instituição. Esse exercício de responsabilização pode permitir a configuração de novo quadro de relações no interior das escolas, para que se busquem alterações de valores entre alunos-professores-escola. E se minimize o acirramento dos conflitos, na promoção da conquista da confiança institucional, por conseguinte, a confiança de professores e de alunos para com o papel da escola.

A violência é um problema da agenda pública e ganha acento na realidade escolar. O Estado, a sociedade e os profissionais da educação têm a capacidade de tomar providências que modifiquem essa realidade. A educação e a escola devem buscar o entendimento das dimensões socioculturais da violência na contemporaneidade – as relações sociais são conflitivas –, mas se faz necessário estar preparado para o enfrentamento da sociedade do conflito. Conflito, aqui subentendido, como um processo de diálogos, conversações, ideias contraditórias, diferenças, cada vez mais latentes no mundo contemporâneo, que só podem ser compreendidas se alargarmos a nossa capacidade de tolerância e de respeito ao outro, permitindo às pessoas exercerem suas liberdades para questionamentos da ordem. Portanto, o conflito está pautado na tolerância, no fortalecimento dos direitos civis, sociais, culturais, econômicos, simbólicos, dentro de um campo político em que as relações de força e de poder reconheçam no outro, qualquer que seja o outro, sua capacidade de ser proprietário do seu próprio destino.⁴

⁴ A ideia de “sociedade do conflito” foi discutida por Pimenta (2008, p. 7-24), no texto *Dimensões Socioculturais da Violência: contemporaneidade e relações sociais*.

Esse conflito, estruturado em fundamentos das noções de pertencimento, de reconhecimento, de comunidade, de juventude, de ator social e de protagonismo, fomenta identidades, afirmações, autonomias, emancipações, superações das desigualdades e das singularidades. Dentro dessa perspectiva, o conflito se faz necessário. Presente como um movimento dialético, este deve se pautar pela tolerância, capacidade de escuta ao outro e respeito às diversidades, o que se faz emergente no amadurecimento das relações sociais.

A escola poderia apostar nas técnicas de mediação para colaborar no aprimoramento da capacidade de se respeitar as alteridades, mesmo que debaixo de técnicas interventivas, visto que valoriza e transcreve em suas propostas pedagógicas os fundamentos e os princípios que embasam a dialógica dos conflitos.

A mediação propõe pequenas ações para prevenir agressões e violências. Por meio dela se reconhece que não se trata de tarefa tranquila, pelos seguintes motivos: a realidade brasileira mostra o quanto de autoritarismo e de hierarquização vertical que compõem a construção e o imaginário social de nossas relações sociais; o conflito promove a dialética da transformação, uma vez que a diversidade se apresenta como um desafio para a emancipação e o fortalecimento das tolerâncias; a mediação pressupõe movimento coletivo, com respeito e valorização dos direitos em plano horizontal, nunca verticalizado, ou de cima para baixo, e individualizado.

De posse dessas dificuldades, escola e educação formal devem constituir seus espaços de trocas efetivas entre professores, alunos, comunidade, entorno e unidade escolar, sem perder de referência os princípios que reconheçam no outro as suas dimensões políticas. Em igual proporção, portador de direitos e, nessa condição, valorize e respeite um conjunto mínimo de direitos necessários à dignidade humana.

A aposta nos processos de mediação emerge das seguintes questões: como proceder nas intervenções restaurativas do bom convívio e da paz social? Quando o professor e a escola, entendendo a mediação como uma aposta pedagógica educacional, pode propor a mediação dos conflitos? Na unidade escolar, os fatores que podem gerar confrontos circunscrevem-se ao fato de se buscar o entendimento de seu tempo social a partir de estratégias competitivas, concorrenciais, disputas estéticas e performáticas, as quais desestabilizam os sentimentos de pertencimento, de reconhecimento e de comunidade.

O professor-aluno-escola tem que lidar a atual forma de difusão das informações, as quais valorizam enunciados morais, éticos e estéticos dissimuladores da realidade que disparam vontades e desejos de consumo, bem como despertam constantes resultados de interpretações e significados líquidos, líquidos da perspectiva de Bauman (2001), alienantes e contraditórios.

Acredita-se que é na vida em comunidade, no caso escolar, que o indivíduo pode se encontrar, apoiar, interagir, ter proteção e se constituir como pessoa com os seus pares. A comunidade traz proteção e acolhimento, mas a unidade escolar, embora tenha projeto de escola aberto, associação de pais e mestres, grêmios estudantis, entre outros, se recusa a enfrentar as situações de confrontos ou nega a existência deles em seus domínios.

As ações e intervenções pedagógicas ainda são pautadas pela orientação autoritária resistente na sociedade brasileira e suas práticas disciplinares não compreendem os acon-

tecimentos conflitivos, mesmo porque sua autoridade pedagógica faz prevalecer a posição hierarquizadora da educação e da escola.

As falas recorrentes no interior da unidade escolar são a de que o professor e a escola perderam a autoridade: “(...) Falta de disciplina, limites, respeito com os colegas e funcionários (...)”; “(...) Saudade dos militares!”

A polícia vai à escola. Não é seu papel intervir nos processos pedagógicos educacionais, o que não significa afastá-la das necessárias intervenções. No campo pedagógico, não se pode delegar suas competências para outros setores institucionais.

A unidade escolar tem condições pedagógicas para observar os confrontos ou as tensões, por meio de seus recursos didáticos, e se caracterizar como espaço-lugar de convívio em comunidade, por conseguinte de mediação, bem como, de predisposição para intervenções efetivas de processos restritivos e construtivos de resolução de conflitos.

Restritiva para estabelecer a normalidade relacional no cotidiano das práticas escolares na unidade, no sentido de enfraquecimento e rompimento das relações agressivas, existentes ou preexistentes. Construtiva, face à prospecção de fortalecimento das relações sociais, com base em princípios da cooperação, colaboração e solidariedade entre pessoas, grupos e instituição, com visível faceta de valorização da pessoa humana.

Para esses caminhos, a unidade escolar privilegia a voluntariedade, a autonomia das decisões, a dissimulação das controvérsias, o consenso, a confidencialidade na dimensão pedagógica da educação, a informalidade da intervenção, a linguagem próxima da realidade dos envolvidos, o diálogo – essa é a tônica do PPP estudado.

Esses privilégios dão à mediação a dimensão de razoabilidade e de amplitude. O mediador é, acima de tudo, um educador. Na qualidade de educador, deve viabilizar a comunicação entre os mediados, no sentido de que organiza, em conjunto com os envolvidos, a compreensão deles sobre o que os levaram às agressividades e ao conflito. A proposta de mediação pela unidade escolar se constitui dentro de princípios que fortalecem as formas de cooperação e, fora delas, aumentam as dificuldades do estabelecimento do consenso.

Faz-se necessário admitir a importância da constituição de espaços escolares, reconhecidamente legítimos e legitimados pelo coletivo da unidade escolar – alunos, professores, gestores e comunidade-entorno –, no sentido de que, juntos, realizem processos de participação e resolvam-minimizem os conflitos do cotidiano escolar.

Cooperar passa a ser uma busca pelo entendimento das dinâmicas daquele lugar, em que a postura colaborativa deve contagiar pessoas e grupos aos diferentes modos de resolução dos conflitos. Há riscos. Riscos, face à unidade escolar assumir a responsabilidade de demandas sociais que tecnicamente não lhe cabem. Riscos, porque se estabelece a oportunidade de superar os modelos pedagógicos disciplinares, resistência que o sistema educacional exala.

A educação compõe um conjunto de conhecimentos inerentes à gestão da unidade escolar, quais sejam: conhecimento, traduzido pelo conjunto de saberes de que se circunscrevem a tensão produzida entre as partes, como estratégia capaz de leitura de um conflito; habilidade ou o saber-fazer, no sentido de aquisição de experiência para o domínio das

questões pertinentes à existência de conflitos; e, atitude, na perspectiva do querer fazer, implicado na vontade, ou não, de fazer coisas convergentes ao reestabelecimento da comunicação entre os envolvidos em atos de agressividade ou manifestações de violência.

No campo da automediação, a escola não tem a clareza de como promover a comunicação entre os conflitantes e se fortalece na tecnicidade (formação para as necessidades do mercado) e na burocracia (voltada para a preparação dos alunos às avaliações periódicas etc.). Trata-se de configuração de relações maduras que promovam direitos e despertem, a partir da alteridade, o respeito às diferenças e às diversidades.

Esperam-se posturas de resgate da dimensão política do processo educacional, pautado na formação da pessoa e no enfrentamento das dimensões humanas da sociedade, não para servir ao mercado, ao mundo do trabalho e ao consumismo. Portanto, caracterizar as diferentes formas de violência para, a *posteriori*, promover intervenções, requer atitudes de mediação, nas quais não desconhecem as noções de pertencimento, reconhecimento, comunidade, ator social e protagonismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações de violência passaram a compor o universo das relações e do cotidiano escolar. O que era uma preocupação dos grandes centros urbanos ganhou recorrência nas dinâmicas das escolas das cidades de médio e pequeno porte.

O controle desses eventos localizados no ambiente escolar passou a ser uma das dificuldades da educação e da escola contemporânea, no sentido de trazer soluções aos diversos embates enfrentados por professores, alunos, gestores e funcionários, em face dos seus efeitos sociais, resultados da superioridade de uns sobre os outros, da violência moral, do sangue, da morte, da agressão, do revólver, da faca.

Os gestores, professores e alunos não sentem que a unidade escolar tem a devida competência para resolver as diferentes manifestações de violência e agressividades em ocorrência sobre sua circunscrição. Essa ausência de percepção traz consigo uma crescente interferência de outras instituições na educação. As interferências são bem-vindas, desde que não sobreponham ou coloquem em xeque a competência da educação e, desde que ainda, fortaleçam atividades-ações interdisciplinares e transversais reforçadas pela idealização da cidadania, participação, comunidade, transparência, emancipação, diversidades, singularidades e cooperações.

No entanto, o que se observa, a partir dos dados empíricos da pesquisa, é a presença crescente de parcerias entre as unidades escolares com o Ministério Público, as Polícias e o Poder Judiciário. As intervenções dessas instituições podem ser frutíferas como apoio de propostas que intensificam atitudes disciplinares e repressivas, mas coloca em xeque a validade das práticas e técnicas pedagógicas dentro do projeto civilizador que a educação formal se propõe realizar.

Dessa relação emergem diferentes procedimentos de intervenção que propugnam resoluções de conflitos, mas enfatizam práticas de criminalização dos envolvidos, tanto pela

via administrativa quanto pela via militar-judicial, embora se difunda uma suposta cultura da paz, o que intensifica as desconfianças e as dúvidas sobre a ação pedagógica e o papel da educação formal de cunho disciplinar.

Explicitá-la requer *evidenciar* os elementos de mediação praticados no cotidiano escolar, conscientes ou não, os quais traçam ressignificações às manifestações de agressividades e as ações pedagógicas. Dentro desse pressuposto se apresenta a mediação, técnica a ser praticada pelos próprios atores envolvidos no contexto escolar, face ao favorecimento da superação do indivíduo vitimizado e do combate de atitudes discriminatórias.

Entender a força da educação, do educador e da escola sobre a formação do aluno requer a exploração das possibilidades normativas e pedagógicas existentes que podem contribuir para a superação de uma provável intensificação de posturas de criminalização-policial-repressiva no interior da escola.

É dentro das bases de concepção do conceito de educação universal e pública que se estabelecem as diretrizes políticas pedagógicas à busca por *superar* as desigualdades educacionais, por estabelecer práticas cidadãs efetivas e para erradicar todas as formas de discriminação. Esse quadro de perspectivas se configura dentro de uma lógica de gestão democrática da educação assumindo o seu caráter universal, de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Na prática, a unidade escolar elabora o seu PPP e define seus traçados político (espaço de formação de cidadãos conscientes), pedagógico (processos abertos de ensino-aprendizagem abertos e participativos, currículo que contemple as diversidades, a realidade do entorno), social (sociabilidades socioculturais, comunitárias, associativas, lazer, condições de trabalho etc.) e gestão (conselhos, grêmios, estilo de gestão transparente, planejamento orçamentário coletivo, relações escola e comunidade, parcerias com a sociedade civil). Dentro desse quadro de princípios é que se pauta a obrigação institucional de retomada de sua competência frente aos processos de formação dos alunos.

O PPP traz a possibilidade de *superar* a postura de criminalização-policial-repressiva aplicada às manifestações conflitivas no interior da escola. Não se pode dizer que a escola e os professores estejam inertes. O problema se desloca para distintos campos da ação pedagógica e da didática que carecem de outras práticas e técnicas-tecnologias para o seu enfrentamento, na perspectiva de se evitar modelos educacionais bancários voltados ao mercado. Ter as condições normativas ou os critérios funcionais estabelecidos não contribui para a efetivação do prescrito, visto que a educação se configura num campo de disputas políticas e de jogos de força que não devem, nem podem, ser desprezados.

A pergunta que estabelece a reflexão e o título deste trabalho inscreve pela aposta aos processos de mediação como uma possível “prática-atitude” de resolução de conflitos escolares e coloca em pauta as tendências de criminalização dessas manifestações, mas também problematiza a importância das prerrogativas do ato de educar oferecido pela escola.

Para a *ressignificação* dessas “escolhas” de criminalização-policial-repressiva, a educação e a escola precisam entender que são também responsáveis para a efetiva participação dos atores na busca da resolução de seus conflitos, enquanto tomada de decisão de seus

destinos. Da pulverização dos comprometimentos e das responsabilizações institucionais é que advêm caminhos desejáveis à consolidação do “respeito mútuo”, um dos fundamentos do processo de mediação.

Pela efetivação desses princípios, a escola tem um papel didático-pedagógico preponderante, inequívoco, mas a realidade vivida em seu cotidiano explicita a existência de um sistema que não atende, em suas premissas básicas, a uma formação pessoal-profissional aberta e humanizadora. Na prática, contradizem-se os discursos e as retóricas utilizadas em seu PPP, relevantes pela aposta na consolidação da democracia, da cidadania, da cultura da paz e das emancipações, as quais se dispõem a realizar, mas têm dificuldades de efetivação.

Na efetivação dos processos de mediação, a escola passa a ter a oportunidade de consolidação de espaços de aprendizagem, marcadamente de solidariedade, de convívio coletivo e comunitário, de participação, de protagonismo e, acima de tudo, de valorização e de respeito às pessoas.

Uma resposta afirmativa fica em aberto, merecendo acompanhamentos e aprofundamentos, pois do prescrito e do recurso discursivo à efetividade de outra escola há muitos caminhos a percorrer. Estes devem valorizar o coletivo ou a comunidade escolar, envolver-se em princípios e pertinências com a ética, a moral (entendido como regras de convívio e convenções compartilhadas), o respeito mútuo, as singularidades e as tolerâncias.

Esse percurso deve promover a educação para a vida e o mundo, não para a competição, individualismo e concorrência. Este é um dos desafios da Educação: institucionalizar práticas de mediação e resolução de seus conflitos, para que a escola tenha as condições de evitar o abafamento de outras formas de convívio que não se pautem pelo respeito, alteridade, singularidade e emancipação, permitindo que todos os envolvidos possam se constituir num *ator social* e se dotar de *protagonismo* à construção de experiências transformadoras.

Agradecimentos

À CAPES e à FAPEMIG, pelo apoio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cecília Pescatore; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; SOUZA, Régis Toledo; SILVA, André Luiz. **Educação e Mediação**: apontamentos teóricos para o debate sobre políticas públicas. In: PIMENTA; ALVES (Orgs.). Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2010, v. 1, p. 137-158.

BARBOSA, Josirene de Carvalho Barbosa. **Desenvolvimento e Educação**: O Projeto Societário Subjacente às Políticas Públicas para o Ensino Médio. Itajubá, MG: Universidade Federal de Itajubá. Dissertação (Mestrando em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade), 2016.

BATISTA, Luiz Fernando. **Análise sobre a Implantação do Núcleo de Mediação de Conflitos na cidade de Poços de Caldas, no ano de 2012, como da violência e das ações**

delituosas entre os conflitantes. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar (Monografia – Curso de Especialização em Segurança Pública), 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre et al. **Compreender.** In: A miséria do mundo, 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 693-732.

CHRISPINO, Álvaro e CHRISPINO, Raquel. **Políticas educacionais de redução da violência:** mediação do conflito escolar. São Paulo: Editora Biruta, 2002.

COSTA, Márcia Regina; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Violência:** Natural ou Sociocultural? São Paulo: Paulus, 2006.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying.** Programa Educar para a Paz. Campinas, SP: Versus Editora, 2005.

GUERNELLI, Sonia Maria Dos Santos; MACHADO, Vera Lúcia De Carvalho. A Escola na ótica de alunos de ensino médio de diferentes tribos. In: **Comunicações.** Piracicaba, SP, ano 16, n. 1, jan./jun. 2009, p. 75-87.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

LASCOUX, Jean-Louis. **O que é a mediação? 2006.** Disponível em: <http://www.forum-mediacao.net/module2display.asp?id=39&page=2>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

MAFFESOLI, Michel. **A Transfiguração do Político:** a tribalização do mundo. Jaguaré do Sul, SC: Salinas, 2005.

MICHAUD, Yves. **A Violência.** São Paulo: Ática, 1989.

MOORE, Christopher W. **O processo de mediação:** estratégias práticas para a resolução de conflitos. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NUNES, Antônio Carlos Ozório. **Como Restaurar a Paz nas Escolas, um Guia para Educadores.** São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Dimensões Socioculturais da Violência: contemporaneidade e relações sociais. In: **Sociedade em Debate (UCPel)**, v. 1, 2008, p. 7-24.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Juventude, violência e políticas públicas. **Revista Espaço Acadêmico.** Ano VII, n. 75, ago. 2007, mensal.

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento.** São Paulo: Loyola, 2006.

SILVA, Antônio Carlos Barbosa da; GOULART, Benedito Donizeti; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; SANTOS, Maria Teresa dos; RESCHILIAN, Paulo Romano; SOUZA, Régis Toledo. A Extensão Universitária e as Bases Metodológicas da Ação Interdisciplinar. In: **Revista de Extensão Universitária.** Taubaté, SP: UNITAU, ano 1, n. 1, 2003, p. 11-28.

SILVA, Clemildo Anacleto da; GONZAGA, Jorge Luiz Ayres; MALDONADO, Luciene. Escola e violência: Semelhanças entre a linguagem utilizada para se referir à violência escolar e a linguagem do meio policial. In: **Ciência em Movimento**. Porto Alegre, ano XVII, n. 34, 2015-1, p. 35-46.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. São Paulo: EDUSC, 1998.

DADOS DOS AUTORES:

CARLOS ALBERTO MÁXIMO PIMENTA

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento (NEID). Itajubá/MG - Brasil. carlospimenta@unifei.edu.br

LIGIA MARIA DE MENDONÇA CHAVES INCROCCI

Doutoranda em Ciências da Tecnologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car); mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS / UNIFEI). Itajubá/MG - Brasil. ligia.incrocci@gmail.com.

Submetido em: 09/05/2017

Aceito em: 14/06/2018



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

DIÁLOGOS E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NAS ESCOLAS

Guia Prático para Educadores

2014, Conselho Nacional do Ministério Público

Conselheiros

Rodrigo Janot Monteiro de Barros (Presidente)
Alessandro Tramuja Assad (Corregedor Nacional)
Luiz Moreira Gomes Junior
Jeferson Luiz Pereira Coelho
Jarbas Soares Junior
Antonio Pereira Duarte
Marcelo Ferra de Carvalho
Cláudio Henrique Portela do Rego
Alexandre Berzosa Saliba
Esdras Dantas de Souza
Leonardo de Farias Duarte
Walter de Agra Junior
Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Fábio George Cruz da Nóbrega

Secretário-Geral

Blal Yassine Dalloul

Secretário-Geral Adjunto

Wilson Rocha de Almeida Neto

Editorial

Redação: Antonio Carlos Ozório Nunes

Produção gráfica

Supervisão editorial: Assessoria de Comunicação Social do CNMP

Projeto gráfico, diagramação e impressão: Gráfica e Editora Movimento

© 2014, Conselho Nacional do Ministério Público
Permitida a reprodução mediante citação da fonte

Tiragem

2.000 exemplares

Apresentação

A educação é transformadora por excelência. Inicialmente, pelo conhecimento acumulado e difundido na relação pedagógica entre professor e aluno, e, ao mesmo tempo, construído nos passos aligeirados dos acontecimentos históricos. A força transformadora da educação, contudo, vai muito além: ambienta-se no espaço escolar como projeção das experiências relacionais entre alunos, pais e educadores, e desta comunidade escolar com o mundo em seu entorno. São essas experiências e vivências diárias que permitem perceber o lugar do outro, a existência de limites - por vezes afrouxados no trato familiar -, e a tolerância com aquele que não espelha nem compartilha dos mesmos valores e gostos. Enfim, a percepção de que, dentro da escola, o respeito é a condição, de início, meio e fim, para que cada um exercite, no desenho coletivo, a sua individualidade.

Os dados relacionados à violência dentro e fora das escolas são bastante preocupantes e evidenciam que o respeito, fundamento da desejada convivência saudável, na prática vem sendo submetido a progressiva deterioração. Por isso, afinado com a sua missão de defesa da sociedade e de garantidor dos direitos da cidadania, o Ministério Público, por seu Conselho Nacional, e a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), em parceria com as unidades do Ministério Público nos Estados e no DF e com as Secretarias de Estado da Educação, lançaram a Campanha Conte até 10 nas Escolas, no intuito de estimular o debate junto aos alunos do ensino médio de todo o país, em torno do respeito e dos direitos e deveres dos jovens, partindo dos alarmantes índices de vitimização da população entre 15 a 24 anos por homicídios. Além da Cartilha com roteiros de aula sobre esses temas, soma-se agora este Guia Prático para Educadores, com vasta informação sobre diálogo e mediação de conflitos, bem como atividades sugeridas, detalhadamente descritas, para que o professor nos cotidianos conflitos encontre, em conjunto com esses jovens alunos, os caminhos para solucioná-los, restabelecendo a tranquilidade na comunidade escolar e fortalecendo o vínculo de pertencimento ao grupo.

O Guia foi escrito pelo promotor de Justiça no Estado de São Paulo, Antonio Carlos Ozorio Nunes, que também se viu diariamente desafiado em sala de aula, quando professor da rede pública de ensino por mais de sete anos, ao exercício das habilidades de escuta, comunicação, diálogo e solução consensuada de conflitos. Essa experiência do autor já foi exitosamente dividida com quase dez mil educadores da rede estadual de ensino paulista, por meio de cursos presenciais e à distância, e é agora compartilhada em formato livro, de fácil transporte, manuseio e consulta. Nesta publicação, constam ainda depoimentos de educadores que, estimulados pelas informações nele trazidas, protagonizaram, com o seu alunado, transformações extraordinárias no ambiente escolar, concretizando o valor respeito que tanto se busca. Espera-se que cada educador, com a sua rica vivência em sala de aula, numa escola de capital, cidade do interior ou zona rural, encontre nas linhas que seguem mais uma razão para perseverar ensinando e formando cidadãos.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro do CNMP
Presidente da Comissão da
Infância e Juventude

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro do CNMP
Coordenador Nacional da Campanha
Conte até 10 nas Escolas

Entenda Mais

A elaboração de um guia prático para educadores e a realização de cursos presenciais no país sobre o tema práticas restaurativas nas escolas resultam do planejamento conjunto do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), idealizadores e articuladores da Campanha Conte até 10 nas Escolas.

A seguir, breves informações sobre o Ministério Público, o CNMP e a Enasp, para que você, educador, e os seus alunos, estejam cada vez mais próximos das instituições que existem para fortalecer e garantir os direitos da cidadania.

Ministério Público

O Ministério Público é uma instituição pública autônoma e independente, cuja missão constitucional é defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, e de garantir que os direitos nela previstos sejam respeitados. Dentre estes interesses, está o de preservar a ordem pública e a paz social ameaçada pela prática de crimes. Cabe ao Ministério Público a importante função de promover, com exclusividade, a ação penal pública, denunciando o autor de crime perante o Poder Judiciário, para que possa ser processado e julgado. Cabe, também, ao Ministério Público, o ajuizamento de representação para que o adolescente autor de ato infracional seja responsabilizado e submetido a medida socioeducativa.

A atuação do Ministério Público, porém, não se limita a ações repressivas; há um importante e sólido trabalho preventivo e informativo, desenvolvido em parceria com outros órgãos e entidades em todo o país, voltado para a fortalecimento da cidadania e garantia de direitos. Há assim, a atuação do Ministério Público na defesa da educação, da saúde, dos direitos do consumidor, do meio ambiente, das minorias, entre tantas outras áreas.

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi criado em dezembro de 2004 e é sediado em Brasília. Tem a atribuição constitucional de realizar o controle externo do Ministério Público, fiscalizando as suas atividades, zelando pelo cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e promovendo ações que contribuam para o seu aperfeiçoamento.

O CNMP atua em prol do cidadão, é formado por 14 membros que representam setores diversos da sociedade, e é um órgão aberto ao cidadão e entidades brasileiras que podem a ele encaminhar reclamações, denúncias e sugestões.

Com o objetivo de estimular a campanha pela paz, o CNMP lançou em novembro de 2012 a campanha “Conte até 10. Paz. Esse é a atitude”, como uma ação concebida pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). A preocupação foi a de estimular a reflexão e motivar o cidadão a contar até 10 antes de praticar qualquer violência por impulso.

Motivado pelo sucesso da campanha, que ganhou os mais diversos espaços sociais, em 2013 o CNMP direcionou a campanha para as escolas - “Conte até 10 nas Escolas”, com o objetivo de

estimular uma grande campanha pela paz nas escolas e criar uma cultura de paz entre adolescentes e jovens. Como reforço à campanha, o CNMP tem realizado outras ações, entre as quais palestras de sensibilização e cursos para resolução pacífica de conflitos. Este material faz parte destas ações!

Desta forma, o CNMP contribui diretamente com as escolas e com a sociedade num enfoque substancialmente preventivo de ações, sobretudo por ser a escola um local privilegiado para a propagação de valores. A abordagem de uma cultura de paz é fundamental para uma formação mais cidadã das nossas crianças e jovens. Quando falamos em cultura de paz logo imaginamos a construção de significados a ela correspondentes, tais como o exercício constante do diálogo; uma educação multicultural comprometida com os direitos e valores humanos; o enfrentamento de preconceitos e discriminações; a resolução pacífica de conflitos; a atenção especial a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidades e, sobretudo, a criação de uma cultura de prevenção de violência.

Enasp

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área. Lançada em fevereiro de 2010, a iniciativa é resultado de parceria entre os Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ).

Além dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público, a Enasp reúne também representantes do Poder Legislativo, das Defensorias Públicas da União e dos Estados, da Ordem dos Advogados do Brasil, da advocacia pública, além de delegados, peritos, entre outros agentes envolvidos no sistema de justiça e segurança pública.

A Enasp tem, entre suas ações, diversas iniciativas relacionadas com o alto índice de homicídios no país, como as metas para intensificar as investigações e ações penais em curso, capacitar os agentes de investigação e da ação penal, aperfeiçoar os programas de proteção a testemunhas, entre outras. A Campanha “Conte até 10. Paz. Essa é a atitude” surgiu neste contexto, a partir da percepção de que um grande número de homicídios poderia ser evitado se houvesse mais tolerância nas relações humanas. A Campanha “Conte até 10 nas Escolas” é uma das ações realizadas por essa atuação integrada entre esses órgãos.

Para conhecer mais acesse:

www.cnmp.mp.br

www.cnmp.mp.br/enasp

www.cnmp.mp.br/conteate10



“Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados:

a) No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação (...)”

Artigo 1º, da Declaração da ONU sobre uma Cultura de Paz, 1999.

Índice

Introdução	9
1. Os pilares da educação: aprender a conhecer, a fazer, a ser e a conviver	11
Atividades sugeridas	13
Atividade 1: Plano de Convivência escolar	13
Atividade 2: Mapa da comunidade	14
Atividade 3: Estabelecendo um ambiente pacífico em sala de aula	15
2. Conflitos como oportunidade de aprendizagem	16
Atividades sugeridas	17
Atividade 1: Pesquisa “O Termômetro da Violência”	17
Atividade 2: Questionário para autoavaliação dos profissionais da escola	18
Atividade 3: Troca de experiências sobre o que é um conflito	19
3. Práticas restaurativas	21
3.1. Disciplina restaurativa: estabelecer relações de cuidado e de limites	22
Atividades sugeridas	24
Atividade 1: Violências gerando notícias	24
Atividade 2: Dinâmica “Troca de Palavras”	25
Atividade 3: Valorização da Vida	25
4. Diálogo: Base para todas as demais formas de resoluções	26
4.1. Escuta ativa	27
4.2. Técnica da reformulação	28
4.3. Separar a observação da avaliação	28
4.4. Comunicação Assertiva	29
4.5. Uso das “mensagens-eu”	29
4.6. Vamos perguntar para ajudar a solucionar?	30
Atividades sugeridas	33
Atividade 1: Exercitando as questões restaurativas	33
Atividade 2: Vivenciando uma escalada de conflitos	33
Atividade 3: Aperfeiçoando o diálogo	35
5. Mediação	37
6. Círculos de construção de paz	41
6.1. Estágios	41
6.2. Elementos fundamentais dos círculos	42
6.3. Outros processos circulares	43
Atividade sugerida	46

7. Círculos restaurativos	47
7.1. Procedimento do Círculo Restaurativo	47
7.2. A escola e as preparações para as reuniões restaurativas	55
7.3. Quem pode ser facilitador dos processos de resolução pacífica de conflitos?	56
Atividades sugeridas	61
Atividade 1: Pesquisa sobre as expressões restaurativas	61
Atividade 2: Realização de um círculo restaurativo	61
Atividade 3: Construção de uma proposta de paz	61
8. Sugestões para uma escola segura e pacífica	62
8.1. A Gestão Democrática nas Escolas	62
8.2. Projeto político-pedagógico (PPP)	63
8.3. Conselhos Escolares atuantes e fortalecidos: democratização da escola e construção da cidadania	64
8.4. Grêmio Estudantil	66
9. Trabalho em parceria e em rede para uma escola cidadã	68
9.1. É preciso cuidar mais de quem precisa de mais cuidado	68
9.2. Políticas de atendimento	68
9.3. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	69
9.4. Fluxos	70
9.5. Trabalho em rede	71
9.6. Um pouco mais sobre alguns importantes órgãos da rede	73
Atividades sugeridas	81
Atividade 1: Dinâmica “A rede”	81
Atividade 2: Fontes de apoio na comunidade	81
10. Adolescente e ato infracional	83
10.1. A escola e o adolescente em conflito com a lei	84
10.2. Atos infracionais na Escola	86
Atividades sugeridas	87
Atividade 1: Discussão com os alunos sobre uma vida mais harmoniosa	87
Atividade 2: Enfrentamento da violência nas escolas	87
Conclusão	89
Material complementar de apoio	90
Bibliografia	98

Introdução

Os conflitos fazem parte da natureza humana e, simples ou graves, devem ser vistos como oportunidades de mudanças e de crescimento. Os conflitos estão muito presentes nas escolas, que são espaços privilegiados para a disseminação de valores e construção da cidadania. Por isso, a comunidade escolar precisa conhecer ferramentas, estratégias e habilidades que possibilitem o seu gerenciamento pacífico.

As práticas restaurativas trazem procedimentos, práticas proativas e habilidades que podem colaborar para uma melhoria na prevenção e na resolução positiva de conflitos em geral, contribuindo para o desenvolvimento de boas relações no espaço escolar. São ferramentas simples em recursos e profundas nas relações de convivência, pois elas dão um destaque especial ao desenvolvimento de valores sociomoraís importantes às crianças e aos jovens, tais como o respeito, a empatia, a interconexão, a responsabilidade social e a autodisciplina.

Nas escolas, as práticas restaurativas colaboram com o trabalho preventivo de reafirmação das relações, visando melhorar o relacionamento escola-família-comunidade, a busca do diálogo entre todos, a promoção da melhoria do vínculo da comunidade escolar, a comunicação não violenta e as atividades pedagógicas restaurativas. Desta forma, elas contribuem para um trabalho proativo de comunidade escolar segura, democrática e respeitável e o fortalecimento de uma cultura de paz. Além disso, elas destinam-se, também, à restauração e à reparação das relações através do diálogo, dos círculos de paz e das reuniões restaurativas (mediações e círculos restaurativos), buscando reconectar e reconstruir relações.

Lembramos, ainda, que a escola tem um papel essencial de atuação na Rede Protetiva. Sendo um espaço privilegiado para se detectar situações de violência, vulnerabilidades ou perigos envolvendo crianças e adolescentes, dentro da escola pode-se realizar a imediata atenção ao caso e os encaminhamentos necessários, cumprindo a ideia de “intervenção precoce”, trazida pelo artigo 100, inciso VI, do ECA.

Este é um material de apoio ao curso presencial de práticas restaurativas nas escolas, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público a educadores/multiplicadores das escolas públicas do ensino médio dos cem municípios brasileiros com os maiores índices de mortalidade juvenil decorrente de homicídios, situados em dezessete unidades da Federação. O trabalho como um todo tem por objetivo levar às pessoas envolvidas com as comunidades escolares, os preceitos fundamentais das práticas restaurativas, para que possam ser utilizados no ambiente escolar e comunitário. O curso busca sensibilizar e levar informações teóricas básicas aos educadores, mescladas com atividades práticas e vivências entre os participantes. As informações deste Guia Prático complementam as informações do curso.

O presente Guia Prático não esgota o assunto. Ao contrário, aborda de forma essencial os temas tratados no curso, trazendo dinâmicas e vivências que podem ser reproduzidas em sala de aula e na escola, bem como indica sugestões de leituras e pesquisas.



Os pilares da educação: aprender a conhecer, a fazer, a ser e a conviver

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Nelson Mandela

A educação é a construção contínua do ser humano e a integração de todas as dimensões da nossa vida: dos saberes, das aptidões, das habilidades, da capacidade de discernimento e de ação. Educar é contribuir para o aperfeiçoamento intelectual, profissional e emocional do homem.

Para dar respostas aos grandes desafios da educação no mundo contemporâneo e para terceiro milênio, em 1993 a Unesco criou uma Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, presidida por Jacques Delors. A Comissão produziu um relatório com sugestões e recomendações, que passou a ser conhecido como Relatório Delors, e que ganhou o *status* de agenda para políticas públicas na área da educação em todo o mundo.

O Relatório defende a organização da educação com base em quatro princípios (os pilares do conhecimento), os quais interagem e são interdependentes, focados num conceito amplo de educação, contemplando o ser humano em sua totalidade e em suas relações sociais.

Os quatro pilares foram caracterizados da seguinte forma: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. A educação é concebida numa visão integral, que vai além dos limites da sala de aula e extrapola o processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, numa via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos, grupos e nações.

O “aprender a conhecer” está relacionado às competências cognitivas, ao desenvolvimento intelectual, ao aprender a aprender. A princípio, a escola é um local para ensinar e aprender, e isso demanda um ambiente estimulante para despertar a curiosidade e para provocar o entusiasmo pelo aprendizado. A dinâmica ensino-aprendizagem deve se constituir em um espaço privilegiado para que todos errem, acertem, reflitam, envolvam-se e se responsabilizem pelo que é ensinado e aprendido.

O “aprender a fazer” relaciona-se às competências produtivas, ao desenvolvimento da capacidade de empreendedorismo, de comunicação, de diálogo, de livre expressão, de trabalho em equipe. A escola deve considerar as pessoas e as suas necessidades como o ponto de partida para desenvolver a prática educativa.

O “aprender a ser” está ligado às competências pessoais, e na concepção do Relatório Delors, significa que “a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade social, espiritualidade” (DELORS, 2003, p. 97). Como essência das competências pessoais, temos o autodesenvolvimento (voltado para si mesmo) que implica o desenvolvimento de habilidades tais como o autoconhecimento, o autoconceito, a autoestima, a autonomia, entre outras.

O “aprender a conviver” liga-se às competências relacionais, ao aprender a viver com os outros. A escola deve ensinar o aluno a se relacionar melhor em seu meio, de forma participativa,

solidária e cooperativa. Essa perspectiva transdisciplinar é um novo desafio para a escola do século XXI, pois o aprender a conviver significa habilitar-se para o respeito nas relações humanas, para a cooperação, para o exercício de uma boa comunicação e para o gerenciamento positivo dos conflitos. Aprender a conviver significa também aprender a ter uma maior consciência e responsabilidade social, desenvolvendo empatia, apreciação pela diversidade, respeito pelos outros e espírito de solidariedade.

Com base nesses pilares, a escola precisa ensinar a importância do diálogo e da paz, o que pressupõe preparar as crianças e os jovens para um conjunto de habilidades sociais necessárias ao desenvolvimento de uma personalidade equilibrada; ao aprendizado de boas relações sociais e dos valores sociomoraes; ao aprimoramento das relações interpessoais, sobretudo através de comunicação eficiente; à compreensão das diferenças interculturais e à cultura da não violência.

Quando falamos em cultura da não violência logo pensamos em respeito à vida, no fim de qualquer modalidade de violência, na cultura do diálogo e da solução pacífica dos conflitos, do respeito à dignidade da pessoa humana e no compromisso com os direitos humanos. Para tanto, as práticas restaurativas são extremamente vantajosas, pois possibilitam mudanças diretas no campo das inter-relações. Elas levam aos envolvidos uma abordagem inclusiva e colaborativa, que resgata o diálogo, a conexão com o próximo e a comunicação entre os atores escolares, familiares, comunidades e redes de apoio.

As práticas restaurativas nos levam a lidar com os conflitos de forma diferenciada: desafiando os tradicionais padrões punitivos. Passamos a encarar os conflitos como oportunidades de mudança e de aprendizagem, ressaltando os valores da inclusão, do pertencimento, da escuta ativa e da solidariedade. São mudanças de modelos de cultura, de paradigmas e de práticas que permitem uma melhoria nos relacionamentos, contribuindo para a construção de cultura de paz nas escolas.

O objetivo deste nosso trabalho e da Campanha Conte até 10 nas Escolas é contribuir para que as escolas sejam pacíficas e pacificadoras, permitindo, através das práticas restaurativas, a compreensão adequada dos conflitos vivenciados nos seus espaços e mostrando formas positivas de solução dos problemas surgidos a partir desses conflitos, com vistas a prevenir a violência.



Atividades sugeridas

Atividade 1: Plano de Convivência escolar

Passo 1: realização de diagnóstico dos principais problemas de sua escola em termos de violência, discriminação, drogas e relações interpessoais, desenvolvendo um planejamento participativo, com a escuta da comunidade escolar.

A ideia é fazer um diagnóstico pleno que permita a elaboração de projetos sociais de intervenção sobre a problemática da violência na escola; se não for possível, pode ser um mais simples, como aqui sugerido.

Passo 2: procure desenvolver, por escrito, um projeto simples de um Plano de Convivência Escolar para a sua escola. O trabalho pode ser feito individualmente ou em grupo.

A ideia é montar um plano que possa prevenir e buscar uma boa convivência na escola, transformando cotidianos de risco em cotidianos protetores.

Vale usar a criatividade para desenvolver o plano. Sugestões para serem nele incluídas, entre outras:

- a) elaboração de um diagnóstico sobre a situação em que se encontra a sua escola;
- b) uso de assembleias escolares para a prevenção e a solução coletiva de problemas comuns;
- c) elaboração de regulamentos escolares coletivos com a participação de todos;
- d) articulação com o Conselho Escolar e com o Grêmio Estudantil para o enfrentamento conjunto dos problemas relacionados à convivência na escola;
- e) planejamento para uma melhor atmosfera nas escolas, visando à criação do hábito do diálogo e da resolução consensual de conflitos, a partir dos próprios envolvidos;
- f) busca de meios para se fazer a capacitação dos alunos, colaboradores, professores e demais envolvidos na escola sobre assuntos ligados à solução alternativa de conflitos, tais como mediação, círculos de paz, práticas restaurativas etc;
- g) realização de projetos sobre expressões culturais juvenis: é conhecida a importância da utilização de expressões culturais juvenis como instrumento para uma boa convivência, considerando-se que a música e os movimentos culturais constroem espaços de fala, escuta e expressão dos estudantes. Neste ponto, podem ser planejadas oficinas e atividades artísticas e culturais, visando envolver os alunos e toda a comunidade escolar. A ideia é aproximar o corpo docente às linguagens juvenis, criando um canal de diálogo e intercâmbio de experiências.

Atividade 2: Mapa da comunidade

Vamos conhecer um pouco a comunidade do entorno da escola?

Convide os alunos ou monte um grupo para trabalhar cooperativamente visando à criação de um mapa da comunidade de sua escola. Essa é uma pequena sugestão, que pode ser alterada, ampliada e aperfeiçoada.

O mapa deverá conter um diagnóstico geral da comunidade do entorno da escola, a partir das seguintes informações (entre outras que você queira colocar):

- tempo de existência; habitantes, as maiores construções públicas (ex. parques, correios, prefeitura, escolas, lugares de compras etc) e de serviços públicos (ex. hospitais, corpo de bombeiros, delegacias de polícias etc); além de outros lugares que são importantes para a comunidade (ex. pontos comerciais, cemitério, cinemas, postos de gasolina, mercado etc);
- existem ou não associações de direitos (ex. Procon, ONGs em geral; associação de moradores de bairro etc) na sua cidade? E no seu bairro? Como você explica isto (a existência ou não de associações)?;
- quais são as manifestações culturais da comunidade?

Com o levantamento, discutir

Quais serviços públicos faltam na comunidade?

Há algum lugar nesta comunidade onde as pessoas se mobilizam para proteger os direitos humanos ou para evitar que as suas violações ocorram?

Quais manifestações culturais da comunidade poderão ser adotadas pelos mais jovens?

Quais as manifestações culturais dos moradores mais antigos poderão ser aproveitadas pelos mais jovens?

Atividade 3: Estabelecendo um ambiente pacífico em sala de aula (NUNES, 2011, p. 69)

Fase 1: peça aos seus alunos para se sentarem em círculo. Formado o círculo reflita com os alunos que a paz deve começar em sala de aula.

Enfatize a necessidade de cada aluno assumir a responsabilidade pela criação de um ambiente pacífico em sala de aula. Coloque em debate o que o aluno entende por “assumir a responsabilidade”. Os alunos poderão expor para o grupo ou para outros círculos. É importante que todos falem.

Pergunte aos alunos como eles gostariam que fosse o ambiente em classe durante o ano letivo. Como deve ser a forma de tratamento de uns com os outros? Qual é o ambiente pacífico ideal? O que seria uma sala de aula não pacífica? Pergunte a eles se aceitam fazer um pacto de uma sala de aula pacífica e num ambiente de cooperação. Pergunte a eles se alguém não concorda com o ambiente de paz sugerido e por quê? É uma forma de repassar a todos a responsabilidade pelo propósito de paz.

Fase 2: depois da discussão, o educador colocará numa folha de papel em branco, com a ajuda dos alunos, os requisitos discutidos pelos alunos para a existência de um ambiente pacífico em sala de aula. O educador escreve: “Uma sala de aula pacífica é aquela na qual...” e os alunos vão ditando para o professor os requisitos que eles entenderem necessários para uma sala de aula pacífica (p. ex. respeito ao próximo; não falar aos gritos; ser atencioso com o colega; não xingar etc).

Em seguida, fazer um cartaz com os dados de como seria uma sala de aula “não pacífica” e fazer um debate.

Fase 3: após, perguntar aos alunos se eles concordam em fazer tudo o que está no primeiro cartaz para que possam ter uma sala de aula pacífica. Explicar que o cartaz ficará como um guia a ser consultado durante o ano. Indague os alunos se algum deles terá dificuldades em cumprir as regras que estão no cartaz. Em seguida, peça aos alunos que façam um acordo por escrito em que todos concordarão em manter um clima de cooperação dentro da sala de aula. Por exemplo, os alunos assinarão embaixo de uma frase com os seguintes dizeres: “nós concordamos em seguir as regras que estabelecemos juntos para conviver em um ambiente de aula pacífico”.

Conflitos como oportunidade de aprendizagem

O conflito é inerente à condição humana e pode representar uma oportunidade para a construção do diálogo e da cooperação. Ele pode significar perigo se o impasse permanecer e a situação conflitiva continuar, retirando as energias individuais e potencializando o conflito; ele pode significar oportunidade se forem criadas novas opções e possibilidades para que os indivíduos criem e solucionem problemas cotidianos.

A simples convivência humana implica uma pluralidade de interesses, necessidades e vontades, significando uma potencialidade constante para os conflitos. Por isso, se gerenciados com eficiência, eles podem levar à restauração das relações e à colaboração; ao contrário, podem levar ao desajuste nas relações interpessoais e até mesmo à violência.

A escola é palco de uma diversidade de conflitos, sobretudo os de relacionamento, pois nela convivem pessoas de variadas idades, origens, sexos, etnias e condições socioeconômicas e culturais. Todos na escola devem estar preparados para o enfrentamento da heterogeneidade, das diferenças e das tensões próprias da convivência escolar, que muitas vezes podem gerar dissenso, desarmonia e até desordem.

Como vimos, a escola também é encarregada de formar valores e habilidades para a convivência e deve se preparar para trabalhar os conflitos que nela ocorrem. Muitos desses compõem o cotidiano dos nossos alunos e constituem práticas saudáveis para o desenvolvimento humano, tais como os conflitos nas brincadeiras, nos jogos, nas práticas esportivas, entre tantos. Por outro lado, alguns tomam rumos indesejados nas relações interpessoais e transformam-se em agressividades, atos de indisciplina, indiferença, depredação do patrimônio escolar, atitudes de preconceitos e discriminações.

Esses desvios são preocupantes pois desestabilizam as relações escolares e são geradores de violência. Vários são os fatores que os desencadeiam entre os alunos, na convivência escolar: a rivalidade entre grupos; as disputas de poder; as discriminações e as intolerâncias com as diferenças; a busca de afirmação pessoal; resistências às regras; desentendimentos e brigas; *bullying*; conflitos de interesses; namoros; perdas ou danos de bens escolares; assédios; uso de espaços e bens; falta de processos para a construção de consensos; necessidades de mudanças; a busca por novas experiências; reações a manifestações de injustiças, entre outras.

De qualquer modo, até mesmo quando os conflitos tomam rumos indesejáveis, eles podem refletir aspectos positivos e são excelentes oportunidades de aprendizagem e de crescimento individual e coletivo, desde que devidamente bem compreendidos, elaborados e resolvidos, possibilitando uma melhoria na qualidade dos relacionamentos pessoais e sociais. Os conflitos ocorridos na escola, se bem gerenciados, podem ser aproveitados para o fortalecimento dos vínculos sociais.

Por isso sugerimos as práticas restaurativas nas escolas. Precisamos ensinar às nossas crianças e jovens o gerenciamento positivo dos conflitos, pequenos ou grandes, que surgem nas relações de convivência. Elas são importantes ferramentas para a cultura de paz e para a prevenção da violência, pois elas são centradas no diálogo e no encontro. No próximo capítulo vamos aprender um pouco mais sobre as práticas restaurativas.



Atividades sugeridas

Atividade 1: Pesquisa “O Termômetro da Violência” (EDNIR, 2007)

Trata-se de um questionário a ser preenchido pelos alunos e equipe escolar para medir quais as formas de violência existentes na escola. O questionário deve ser aplicado em uma ou mais classes, com tabulação dos resultados, que poderão ser utilizados para avaliação e elaboração de programas preventivos. Deve ser repetido periodicamente para verificação de melhorias ou não do ambiente escolar.

Como você se sentiu na escola e na comunidade esse mês?

eu me senti:

na sala de aula:

seguro () não muito seguro () inseguro () muito inseguro ()

na escola:

seguro () não muito seguro () inseguro () muito inseguro ()

nos arredores da escola:

seguro () não muito seguro () inseguro () muito inseguro ()

entre a escola e a casa e vice versa:

seguro () não muito seguro () inseguro () muito inseguro ()

Esse mês:

mexeram comigo e ou me intimidaram:

nunca () algumas vezes () muitas vezes () o tempo todo ()

me xingaram e ou ameaçaram:

nunca () algumas vezes () muitas vezes () o tempo todo ()

fiquei com medo de certos alunos:

nunca () algumas vezes () muitas vezes () o tempo todo ()

algo meu foi roubado:

nunca () algumas vezes () muitas vezes () o tempo todo ()

eu estive envolvido em briga e ou violência física:

nunca () algumas vezes () muitas vezes () o tempo todo ()

Eu conversei sobre essas coisas com a seguinte pessoa na escola: _____

e isso:

ajudou () não ajudou ()

Atividade 2: Questionário para autoavaliação dos profissionais da escola (adaptado de HOPKINS, 2004)

1 – Eu respeito os sentimentos dos alunos, mesmo acreditando que muitas vezes são questões triviais?

() sim

() não

() não sei

2 – Eu encorajo os alunos a resolverem os seus próprios problemas ao invés de oferecer soluções prontas?

() sim

() não

() não sei

3 – Este incentivo transmite cuidado e preocupação?

() sim

() não

() não sei

4 – Se estou em um conflito com um aluno, colega ou parente, eu o convido a me dar uma perspectiva sobre o caso, antes de julgá-lo?

() sim

() não

() não sei

5 – Eu tento entender as razões por trás do comportamento das pessoas.

() sim

() não

() não sei

6 – Eu sinto ou penso que sou um bom ouvinte?

() sim

() não

() não sei

A política da escola é sustentada pelos valores abaixo indicados? (adaptado de HOPKINS, 2004)

Sim/Não/Não Sei

Respeito mútuo

Confiança

Empoderamento

Conexão

TolerânciaIntegridade

Congruência

Incentivo às pessoas para ter habilidades para resolver os seus próprios problemas

Aceitação de pontos de vista e de opiniões diversas

Valorização do outro

Reconhecimento

Encorajamento

Escuta

Compartilhamento de ideias

Aceitação de que erros acontecem e que aprendemos com eles

Importância dos sentimentos, necessidade e direitos

Atividade 3: Troca de experiências sobre o que é um conflito

(NUNES, 2011, p. 18)

Objetivos

Com base em experiências e percepções pessoais os alunos desenvolverão uma definição de conflito, podendo comparar diversos tipos de conflitos interpessoais e concluir que existem conflitos piores do que outros.

Analisar as causas do conflito e o que a família, a escola e a comunidade podem fazer para trabalhá-los de forma positiva e adequada.

Melhorar a habilidade dos alunos para a comunicação interpessoal.

Fase 1: primeiramente passar as seguintes questões para os alunos, para que respondam individualmente, em dez minutos:

1. o que é um conflito? Descreva uma situação de conflito que você teve com alguém no passado ou na semana. O que você fez? Como o conflito foi resolvido? Ter solucionado o conflito fez você se sentir bem (ou, não ter solucionado o conflito fez você se sentir mal)?;
2. o conflito fez você ficar irritado e frustrado? Estes sentimentos foram ruins? Você aprendeu alguma coisa com o caso? O quê?;

3. para resolver conflitos, as pessoas precisam ser capazes de falar e escutar umas às outras. Por que você acha que isso é importante? Por que é importante falar uns com os outros sobre seus sentimentos e não mantê-los guardados dentro de si?

Fase 2: em seguida, cada aluno escolhe um colega da turma e sentam-se juntos. O educador deve estimulá-los para que, em mais ou menos 10 minutos, eles discutam, em duplas, as respectivas respostas um com o outro.

Fase 3: depois, em grupos maiores, de cinco ou seis alunos, o educador pedirá para que eles façam uma lista de motivos pelos quais os conflitos que eles tiveram resultaram em aspectos positivos, ou seja, deles tiraram boas lições. Cada aluno deve ficar responsável em comentar pelo menos um motivo escolhido pelo grupo.

Fase 4: em seguida, num grupão em forma de “U” e com o educador sentado no espaço livre, este deve pedir para que cada aluno comente um motivo escolhido pelo grupo e, se possível, faça comentários sobre as razões que levaram o grupo a concluir por tal ou qual motivo.

Ao final, o educador pode colocar num mural as conclusões de todos os alunos, sobre os aspectos positivos das lições que aprenderam com os conflitos.

Práticas restaurativas

As práticas restaurativas são formas de gerenciamento de conflitos, através das quais um facilitador auxilia as partes direta e indiretamente envolvidas num conflito, a realizar um processo dialógico visando transformar uma relação de resistência e de oposição em relação de cooperação.

Nesse processo, através de técnicas de comunicação não violenta, os envolvidos decidem coletivamente como lidar com circunstâncias decorrentes do ato danoso e suas implicações para o futuro, com vistas a alcançar uma boa reflexão, a restauração e a responsabilização, permitindo o fortalecimento das relações e dos laços comunitários.

Diversas são as práticas restaurativas que podem ser utilizadas no contexto escolar, entre outras, o diálogo e o perguntar restaurativo, a mediação escolar, a mediação de pares, os encontros restaurativos, os círculos de paz e de diálogo e os círculos restaurativos.

As Práticas Restaurativas originaram-se do modelo de Justiça Restaurativa, cuja filosofia surgiu inicialmente dentro do campo da justiça criminal e basearam-se em práticas oriundas de comunidades indígenas, principalmente do Sudeste Asiático e do Canadá. Hoje as Práticas Restaurativas são recomendadas pela ONU e estão ganhando reconhecimento e aplicação na área da Educação e em outros campos da vida social.

Nas escolas, as Práticas Restaurativas têm sido usadas para lidar com uma gama de conflitos escolares, desde os mais simples até os mais sérios. No Brasil, diversas redes municipais e estaduais de ensino têm incentivado a sua implantação e ampliação.

Os princípios e valores das práticas restaurativas têm se revelado importantes nas escolas para criar uma cultura de diálogo, de respeito mútuo e de paz. É importante ressaltar que elas não são soluções para todos os problemas, mas são ferramentas úteis a possibilitar uma melhoria nos relacionamentos de forma a alterar os seguintes paradigmas: elas levam a mudanças diretas no campo das inter-relações; mostram aos envolvidos uma abordagem inclusiva e colaborativa, que resgata o diálogo, a conexão com o próximo, a comunicação entre os atores escolares, familiares, comunidades e redes de apoio; buscam a restauração das relações; guiam as pessoas a lidar com os conflitos de forma diferenciada, pois ao desafiar tradicionais padrões punitivos, passa-se a encarar os conflitos como oportunidades de mudança e de aprendizagem, ressaltando os valores da inclusão, do pertencimento, da escuta ativa e da solidariedade.

As práticas restaurativas têm como objetivos principais: i) ajudar na segurança da comunidade escolar, pois têm estratégias que constroem relacionamentos e capacitam todos da escola para assumirem a responsabilidade pelo bem-estar dos seus membros; ii) desenvolver competências nas pessoas, pois aumentam as habilidades pró-sociais daqueles que prejudicaram outros, ajudando no fortalecimento da personalidade de cada um; iii) trabalhar valores humanos essenciais, tais como: participação, respeito, responsabilidade, honestidade, humildade, interconexão, empoderamento e solidariedade, como veremos adiante; iv) restaurar aquela relação afetada pelo conflito, se possível com a reparação do dano causado à vítima; v) assumir responsabilidades: as práticas restaurativas permitem que os infratores prestem contas àqueles a quem prejudicaram, habilitando-os a repararem, na medida do possível, os danos causados.

3.1. Disciplina restaurativa: estabelecer relações de cuidado e de limites

Na vida social todos precisamos aprender a viver e a conviver orientados por normas e, como vimos, um dos desafios da educação é ensinar o “aprender a viver juntos”. Nesse contexto, a construção conjunta de normas, como veremos, desponta como um interessante diferencial na qualidade das relações comunitárias e escolares, pois é importante equilibrarmos nesses espaços de convivência os nossos direitos e deveres, as nossas possibilidades e os nossos limites. Aprender a conviver é aprender a respeitar o direito do outro; é aprender a ter responsabilidade pelo que se faz aos outros e à comunidade.

O quadro das “Janelas de Disciplina Social” (figura abaixo), desenvolvido por Paul McCold e Ted Wachtel, do Instituto Internacional de práticas restaurativas, mostra duas forças vetoriais para um sistema social, por eles denominado de controle e apoio, as quais correspondem à dicotomia entre cuidados e limites (McCOLD & WACHTEL, 2002, p. 115).

O vetor horizontal representa o apoio, o suporte que a pessoa deve receber em sua formação, devendo ter sustentação e estímulo para que possa assumir a responsabilidade individual por seus comportamentos e por sua vida, bem como ter auxílio para (re)descobrir a sua autoestima e o valor que ela tem para si mesma, para a sua família e para o mundo ao redor.

O vetor vertical representa os limites e os deveres que a pessoa deve ter para a sua formação. Nas escolas ele representa as regras e os acordos para que o comportamento de cada aluno seja respeitoso e contribua para o bom ambiente escolar, nas relações aluno-professor, aluno-funcionário, aluno-aluno e aluno-família, desenvolvendo um ambiente cooperativo e com senso de comunidade na escola.

Janela da Disciplina Social de Wachtel



Se educarmos uma criança ou um jovem com baixo apoio e baixo controle, a disciplina será negligente; se a educação for com muito apoio e baixo controle, poderemos ser permissivos; se a educação for com muito controle e baixo apoio, será uma educação punitiva. Nenhum desses modelos é ideal para a formação de uma pessoa; por isso, a disciplina ideal é a restaurativa, que combina o equilíbrio entre o controle e o apoio, pois sairemos dos radicalismos e dos extremos do apoio (permissividade) e do controle (punição).

A disciplina restaurativa não nega as consequências do mau comportamento; ao contrário, ela busca levar ao jovem a compreensão do dano causado por suas ações e, como combina alto controle e apoio, ela leva o jovem à reflexão, à responsabilização e à restauração dos danos causados. Ela desenvolve no jovem o pensamento crítico, as habilidades para solucionar problemas, a assertividade, a empatia pelos outros e a solução de problemas através de processos de cooperação, ao contrário dos métodos punitivos que pouco fazem para reduzir a reincidência ou os comportamentos negativos nas escolas.

Nos capítulos seguintes vamos ver um pouco mais sobre as práticas restaurativas. Elas são ferramentas úteis que podem ser usadas nas escolas quando o conflito se intensificar ou se transformar em violência, sem necessariamente levarmos em conta o tipo de infração ou transgressão praticada ou o perfil do autor do fato.

Um detalhe: todas as formas pacíficas de solução de problemas e conflitos precisam necessariamente do diálogo. Por isso, no próximo capítulo vamos ver dicas sobre como construir um bom diálogo.



Atividades sugeridas

Atividade 1: Violências gerando notícias (NUNES, 2011, p. 22)

O objetivo da atividade é fazer uma “tempestade cerebral” visando produzir ideias e discussão de soluções para as diversas formas de violência, apresentadas nos artigos trazidos pelos alunos. Busca-se vencer barreiras que nos impedem de enxergar soluções para os problemas apresentados e criar um clima de otimismo no grupo, mostrando que para os problemas podem existir soluções.

Fase 1: solicitar aos alunos que tragam um artigo ou notícia atual, de jornal ou revista, sobre qualquer tipo de violência (física, sexual, psicológica etc) em qualquer nível (pessoal, local, mundial).

Com os artigos em mãos, sentar-se em círculo com os alunos, num clima descontraído, de informalidade e espontaneidade. Em seguida, se houver tempo suficiente, pedir a cada um que, rapidamente, comente sobre o material que trouxe e identifique a violência ali apresentada; se não houver tempo, escolher alguns alunos para que relatem sobre os materiais que trouxeram.

Após a explicação dos alunos, o educador deve escolher um artigo ou notícia trazida por um aluno no qual todos possam concentrar as suas atenções, podendo ser aquele mais significativo ou mais atual. O educador deve ler ou comentar o artigo com a classe. Depois, o educador deve escrever no quadro uma frase que definirá a violência apresentada (p. ex. “o fato apresentado refere-se a uma violência doméstica” ou “o fato apresentado refere-se à agressão de um aluno contra o professor”).

Fase 2: em seguida dividir a classe em grupos de mais ou menos seis alunos para que encontrem a solução do problema ou como seria a forma de preveni-lo. Cada grupo deverá escolher um colega para a anotação das sugestões dos colegas em uma cartolina ou “chart”. Peça-lhes para que se empenhem na atividade de *brainstorm* (tempestade cerebral) buscando soluções ousadas, criativas, devendo escolher uma ou duas soluções (ou talvez a combinação de várias) e explique que é no processo criativo que se revelam novas ideias. Para tanto, o educador deve suspender críticas, julgamentos, explicações, permitindo somente a colocação de ideias. O educador deve levar todos a romperem com a autocensura, expondo tudo o que lhes vier à mente, sem prejulgamentos. Deve pedir que os alunos emitam ideias em frases breves e simples. O educador deverá dar um tempo entre cinco a dez minutos, se entender importante, delimitando um número mínimo de sugestões. Em seguida, deverá pedir aos líderes de cada grupo para que apresentem a solução encontrada e comentem como o processo de solução de problemas foi discutido pelo grupo. Em seguida, o educador deverá escrever no quadro a solução apresentada por cada grupo e os alunos deverão votar naquela que considerarem mais adequada e que, se for o caso, será adotada pela classe. Em seguida, o educador deverá mostrar para a classe que as ideias dos alunos são muito importantes e que eles podem ter respostas para vários problemas envolvendo a violência.

Atividade 2: Dinâmica “Troca de Palavras” (NUNES, 2011, p. 19)

Objetivos

- pensar, juntos, sobre a importância das formas pacíficas de resolução de conflitos;
- refletir sobre a cooperação intra e intergrupar;
- trabalhar os seguintes valores humanos: respeito à opinião do outro; boa comunicação para a resolução dos conflitos; flexibilidade e abertura para ouvir o outro e entendê-lo; ética para encontrar a melhor solução para o grupo e não somente para si.

Número de Participantes: cinco ou seis por grupo.

Duração: 20 minutos para a etapa dentro dos grupos e mais 20 minutos para os relatos e debates.

Descrição: em tiras de papel, escrever palavras-soluções relacionadas à convivência social (por exemplo, solidariedade, paz, saúde, amizade, afeto, calor humano, bondade etc). Em outras tiras, anotar palavras-problemas sobre convivência social (violência, indisciplina, briga, doença, miséria, poluição, bomba atômica, armamento etc). Essas palavras são criadas pelo educador.

Os participantes são divididos em grupos e recebem as palavras-problemas, que serão distribuídas até que todas acabem. Em seguida, da mesma maneira, os grupos recebem as palavras-solução. O objetivo é que cada grupo disponha as palavras-problemas em ordem de prioridade a serem solucionadas. Depois, cada grupo usará as palavras-soluções correlacionadas e promoverá uma discussão sobre os assuntos apresentados. Em seguida o grupo escolherá um relator que comentará a experiência. Há possibilidade dos grupos trocarem palavras-soluções para melhor adequação e resolução dos problemas.

Dicas: este é um jogo de reflexão que pode ter inúmeras variantes, de acordo com o grupo. Para grupos em que haja conflitos, por exemplo, o facilitador pode dispor de palavras-problemas específicas, de maneira que possam proporcionar a discussão destes conflitos e suas causas.

Outra possibilidade, em se tratando de um jogo cooperativo, é a troca de palavras ou mesmo de participantes que funcionarão como conciliadores, podendo experimentar uma outra situação. O importante é o exercício da discussão, da reflexão e da cooperação para a solução de conflitos.

Atividade 3: Valorização da Vida (págs.da Cartilha Conte até 10 nas Escolas, também disponível em www.cnmp.mp.br/conteate10)

Diálogo: Base para todas as demais formas de resoluções

“Em um diálogo não há a tentativa de fazer prevalecer um ponto de vista particular, mas a de ampliar a compreensão de todos os envolvidos” - David Bohm

O diálogo é uma ferramenta eficiente, econômica e construtiva para as organizações superarem os obstáculos mais difíceis, para proporcionar ações colaborativas entre as pessoas e, sobretudo, para resolver os conflitos de forma simples e fácil. Ele é essencial para a transformação das pessoas e da sociedade! A construção de um bom diálogo é a principal ferramenta para se lidar com os conflitos. Diálogo é troca de entendimento e quem o inicia deverá procurar o retorno da outra pessoa para saber se a mensagem foi recebida e compreendida. Além das palavras, fazem parte do diálogo: as emoções, o sorriso, o olhar, os gestos, entre outras formas de expressão, que muitas vezes são mais relevantes que as próprias palavras.

Nos tópicos abaixo, daremos algumas dicas gerais para que o diálogo possa ser uma boa base para as soluções dos problemas ocorridos nas escolas, através dos processos e encontros restaurativos. As sugestões servem tanto para quem quer construir um diálogo restaurativo, como para o facilitador que ajudará na construção do diálogo de terceiros.

Para um bom diálogo é importante:

- escolher um bom local para dialogar. Os diálogos sobre problemas e conflitos intra e interpessoais verificam os sentimentos e as necessidades das pessoas e trazem questões relacionadas à intimidade e, por isso, devem ser feitos reservadamente;
- escolher o momento certo. Muitas vezes não dá para construir um bom diálogo logo que o problema surge; se necessário, as partes devem “dar um tempo” para “esfriar” a cabeça;
- procurar a pessoa e tentar dialogar sobre o problema. Fazer perguntas do tipo: “eu queria saber o que você acha disso tudo. Qual sua opinião?”;
- tomar alguns cuidados para iniciar um diálogo: preste atenção no tom da sua voz; não interrompa; mostre interesse e tente realmente escutar;
- ser consciente de que aquilo que você fala não é exatamente o que o outro escuta. Verifique!
- fazer perguntas para entender melhor: “você está me dizendo que...?”;
- expressar seus próprios sentimentos sem violência: “senti raiva quando você começou a gritar...” “tenho a impressão de que você está preocupado com uma coisa...”;
- não dar sermão nem conselhos;
- não usar as palavras e os sentimentos como armas. Devemos controlar as palavras, principalmente após uma situação de grande tensão emocional. Palavras podem magoar, causar dor e sofrimento a outras pessoas;
- pensar antes de falar, sempre escolher as palavras com mais cuidado;
- combater a linguagem preconceituosa;

- estabelecer a igualdade na comunicação;
- ser claro no que diz. Um bom diálogo não exige agrados ou bajulação. Ser claro é ser assertivo e permite que você diga sim ou não;
- evitar julgamentos moralizadores, pois eles estimulam a violência, levam ao insulto, à culpa, à depreciação, à rotulação etc. As pessoas precisam conversar sobre o que precisam em vez de falar do que está errado com os outros; nesse caso, a possibilidade de encontrar maneiras de atender às necessidades de todos aumenta;
- não fazer comparações: comparações são formas de fazer julgamentos e exercem poderes negativos sobre nós. Comparar, classificar e julgar outras pessoas também promove violência;
- aprender a assumir a responsabilidade, para não ficar somente na defensiva;
- aprender a superar ressentimentos: a pessoa precisa ser treinada a resolver e superar conflitos do passado e que ainda se manifestam no presente;
- construir a empatia: ter empatia é tentar imaginar e sentir o que e qual é a dificuldade que a outra pessoa está passando ou sofrendo. A empatia se estabelece entre pessoas que se veem, se aceitam e se respeitam como seres humanos, com todas as suas diferenças;
- evitar a linguagem retributiva: para repelir um mal, muitas vezes pensamos que através das palavras, podemos “dar o troco”. Agredir a outra pessoa com palavras, para fazê-la refletir ou mesmo ver se ela “se toca” dos seus erros e mude de comportamento, gera barreiras no diálogo.

Lembre-se: empatia, motivação, clareza, firmeza, iniciativa, competência, apoio e solidariedade são forças que impulsionam um bom diálogo.

4.1. Escuta ativa

A ferramenta mais importante para um bom diálogo e para resolver conflitos é saber escutar com atenção e vontade. Escutar demanda decisão consciente e a vontade de se livrar da distração e das intervenções. Além de prestar total atenção na outra pessoa, é preciso escutar também com o coração e com a alma. Aprender a escutar desenvolve paciência e humildade.

São técnicas para uma boa escuta:

- prestar atenção na outra pessoa, permitindo que ela sinta e perceba o seu interesse pela sua história;
- entender a mensagem do ponto de vista do outro, ou seja, da pessoa que fala;
- escutar exige esforço para captar a totalidade da mensagem emitida, ou seja, além das mensagens, os sentimentos e as emoções;
- prestar atenção na outra pessoa;
- escutar a mensagem e prestar atenção nos sentimentos e nas emoções;
- não interromper;
- não fazer julgamentos ou reprovações;

- ter empatia;
- parafrasear ou reformular.

4.2. Técnica da reformulação

Reformular consiste em resumir, com as suas próprias palavras, as falas do outro, enunciando-as novamente. Para tanto, é possível repetir ou resumir com as nossas palavras o que escutamos e a ideia é refletir sobre o que foi dito sem incluir um julgamento, mas apenas testar o entendimento da mensagem.

Também se pode reformular recorrendo a perguntas que indiquem às partes que as entendemos. São exemplos de perguntas úteis: “o que você está me contando é...? Não entendi muito bem, você poderia me contar novamente...? Você está dizendo que... sentindo que...? Você está frustrado porque sente necessidade de ser escutado? Você está magoado porque gostaria de receber mais reconhecimento pelo que você fez ontem? Eu compreendo que você esteja com raiva, mas tivemos problemas com o telefone.”

A reformulação traz benefícios para quem fala pois gera estímulo para o outro contar a história; traz relaxamento e melhoria de autoestima, gerando o aumento de possibilidades na busca de soluções. Também para quem escuta é benéfica: cria um clima de confiança, de melhoria do entendimento e compreensão, além de permitir uma boa conexão com a outra pessoa.

4.3. Separar a observação da avaliação

A Comunicação Não Violenta, também chamada de Comunicação Compassiva ou CNV nos ensina a importância de separarmos a observação da avaliação. A técnica da CNV foi desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Marshall Rosenberg e sua equipe ao longo das últimas décadas e nos orienta, dá dicas e sugestões para que possamos expressar e ouvir melhor as pessoas.

Para Rosenberg (2006, p. 57), “quando combinamos observações com avaliações, os outros tendem a receber isso como crítica” e resistir ao que foi falado. Por isso, as observações devem ser sem avaliações, julgamentos, críticas, adjetivações. Se a pessoa se sente julgada, criticada, ela assumirá uma postura de ataque, dificultando o diálogo. Vamos exemplificar para visualizar melhor:

OBSERVAÇÃO COM AVALIAÇÃO (indesejável)	OBSERVAÇÃO (desejável)
Zequinha é um péssimo jogador de futebol	Zequinha tem perdido muitos gols
João é muito agressivo	João bateu em um colega ontem durante a aula
O professor de português é severo	O professor de português puniu o aluno que fez uma pergunta
Luana é causadora de confusão	Luana se envolveu em cinco ocorrências na escola no último mês

4.4. Comunicação Assertiva

Uma comunicação assertiva significa emitir uma mensagem seguindo um objetivo, com coerência entre sentimentos, pensamentos e atitudes. A assertividade traz enormes vantagens nas relações interpessoais e são essenciais para o diálogo. Somos assertivos quando expressamos de forma sincera, clara e honesta os nossos próprios interesses.

Para uma linguagem assertiva, usamos as verbalizações “penso”, “sinto”, “entendo”, “quero”. São exemplos de frases e mensagens assertivas, que não levam ao constrangimento e ajudam na solução de problemas: “isto é o que eu penso...”; “esta é a minha forma de ver a situação...”; “isto é o que eu sinto...”, “como podemos resolver isto?”, “o que você pensa disto?”

Uma comunicação assertiva ajuda a pessoa a reduzir conflitos interpessoais; atuar de acordo com os seus interesses e as suas necessidades; expressar sentimentos honestos e enviar mensagens claras; lidar com as reações emocionais de outras pessoas e interagir com elas; exercer os seus próprios direitos sem negar os direitos dos demais.

Uma pessoa assertiva conhece e defende seus próprios pontos de vista, respeitando os demais; fala com fluidez e serenidade e o seu modo de olhar é direto, sem ser desafiante; é capaz de discordar abertamente, de pedir esclarecimento sem ofender ou exaltar-se. Sabe dizer não e aceitar os erros.

Para ser assertivo é preciso ser capaz de ver o que há de positivo no outro; ser capaz de dizer “não” sem ofender; ser capaz de pedir um favor ou permissões, se necessário; ser capaz de expressar tanto os sentimentos positivos como os negativos de maneira compassiva e terna; ser capaz de expressar sua opinião pessoal sem dogmatismos; ser capaz de manter os próprios direitos, respeitando os direitos dos demais.

4.5. Uso das “mensagens-eu” (falar na primeira pessoa)

Em quaisquer situações de raiva e de fortes emoções é preciso inicialmente: i) identificar o sentimento; ii) determinar a causa principal, ou seja, a necessidade que está por trás do sentimento e que não está sendo atendida; iii) e, por fim, decidir como administrar a emoção e a situação.

Para um maior sucesso nos diálogos em geral, e diálogos difíceis em particular, devemos fazer o uso da linguagem “eu”, que é uma ferramenta excelente para uma fala assertiva. As “mensagens-eu” são formas simples de dizer o que cada pessoa envolvida no diálogo sentiu em relação a um fato ocorrido no passado e o que sente no momento.

As “mensagens-eu” são importantes durante um conflito, para restabelecer diálogos, para superar ressentimentos, não são acusatórias e ajudam a pessoa a ver o “outro lado”. São exemplos de “mensagens-eu”: “eu me sinto ofendido por causa disso”, “eu não gostei daquilo”; “eu penso que esta é a melhor opção por causa disso”; “eu senti raiva por esse motivo”; “estou triste porque você pegou o meu material”; “em minha opinião isto poderia ser resolvido de outra forma, o que você acha disto?”.

As “mensagens-você” são acusatórias, invadem o íntimo da outra pessoa e geralmente impõem culpa ao outro. Elas fazem com que as pessoas revidem ou se retirem da conversa. São exemplos de “mensagens-você”: “você me irrita”; “você está errado”.

A linguagem do “eu” deve levar a três momentos da fala: i) no primeiro, a pessoa expressa o seu sentimento: “eu sinto...”, “eu estou chateado...” etc; ii) no segundo, a justificativa: “estou chateado porque você me chamou por um apelido que não gosto”; e iii) depois um apelo à solução: “estou chateado porque você me chamou por um apelido que não gosto; eu o perdoo, mas que tal se você não mais me chamar de tal forma?”

Vamos treinar vendo alguns exemplos?

Mensagens-você	Mensagens eu
Você me magoou naquele dia	Naquele dia eu fiquei magoado... quando você... porque...
Você não ajudou em nada no trabalho...	Eu fiquei preocupado...quando você não fez a sua parte no trabalho....porque...
Você não colaborou com a nossa festa...	Eu fiquei frustrado ontem quando você não colaborou com a nossa festa...porque...
Você não veio conforme combinou... Você é um tratante...	Eu fiquei muito desapontado quando você faltou a festa... porque....

Fácil não é? Você pode ajudar os alunos a se saírem bem numa situação conflituosa usando sempre a seguinte fórmula da “mensagem-eu”: “eu me sinto...quando você...porque”. Treine! É fácil e muito eficiente!

4.6. Vamos perguntar para ajudar a solucionar?

As perguntas são ótimas ferramentas para gerar diálogos colaborativos. Elas são importantes para a reflexão, pois levam à escuta, possibilitando o acolhimento e a conexão. As perguntas ajudam a restaurar as relações rompidas, pois permitem às pessoas terem maior clareza do que está acontecendo; levam à avaliação e à verificação de diferentes pontos de vista.

Em qualquer situação, sobretudo durante a resolução de um problema ou um conflito, você pode utilizar-se de perguntas. Lembre-se que uma pergunta poderosa é simples e clara; provoca o pensamento; gera energia; enfoca a indagação; aflora suposições inconscientes e abre novas possibilidades. Porém, tome cuidado com as perguntas, pois elas: desencadeiam lembranças; promovem novas percepções de si e do outro; não são ingênuas e são interventivas (podem causar raiva, medo, vergonha, culpa etc).

As perguntas fechadas pedem “sim” ou “não” como respostas e devem ser evitadas. Já as perguntas abertas são muito úteis, pois pedem respostas mais abrangentes e com mais conteúdo; elas levam a muitas respostas e estimulam o pensamento, facilitando as trocas de informações; elas abrem possibilidades de reflexão sobre determinado tema.

Pergunta fechada	Pergunta aberta
Foi você que fez isto?	O que aconteceu?
Você estava no pátio no momento da briga?	Você pode me dizer o que viu lá no pátio?
Você quebrou a vidraça?	Você e os demais colegas viram o momento em que quebraram a vidraça?
Você ainda não realizou o seu trabalho?	O que você descobriu de novo enquanto realizava o seu trabalho?

4.6.1. Perguntar restaurativo

Quando ocorre um problema, em primeiro lugar, sempre é preciso saber o que aconteceu. Para tanto, algumas questões são cruciais: quem? O quê? Quando? Onde? Por quê? Como?

Com a situação clareada, no momento certo, é possível fazer uso direto de perguntas restaurativas pois elas trazem novas perspectivas e maior clareza para o problema; ajudam na reflexão e permitem às pessoas um novo olhar sobre a situação; levam à escuta, possibilitando o acolhimento e a conexão, e são ótimas ferramentas para restaurar relações rompidas.

Na abordagem tradicional sempre perguntamos assim:

o que foi desta vez? É você de novo?;

quem começou isso? O que eu posso fazer agora para punir o culpado?

Num abordagem restaurativa as perguntas são diferentes. A forma de perguntar já separa a(s) pessoa(s) do problema, o que é essencial. Vejamos:

o que aconteceu?;

quem foi afetado ou sofreu algum dano?;

o que você sentiu naquele momento?;

como está se sentindo agora?;

o que posso fazer para que você possa se sentir melhor?;

como se pode dar uma oportunidade aos envolvidos de repararem o dano e colocarem as coisas em ordem?;

o que você pode aprender desse fato?;

como você poderia ter feito isso de outra maneira?;

como você acha que a vítima se sente? O que pensa?;

quais as soluções que podem beneficiar mais cada um dos envolvidos?;

o que você pensou no momento do acontecimento? Estava tentando conseguir o que?;

houve mudanças na sua vida depois do incidente?

O “perguntar restaurativo” leva a uma forma de ouvir que possibilita ao ouvinte entender a história do interlocutor e possibilita o reconhecimento de seus pensamentos, sentimentos e necessidades em um dado momento. Em síntese, o “perguntar restaurativo”:

- permite que o interlocutor reflita sobre o que ocorreu e suas consequências no futuro;

- promove a reflexão, expressão dos sentimentos, pensamentos, ações, comportamentos e necessidades, e auxilia na busca de um caminho ou de um modo de fazer com que as coisas fiquem bem;
- pode ocorrer em toda a situação que o ouvinte deve permanecer imparcial.

Vejamos melhor as perguntas restaurativas no passado, no presente e no futuro.

Perguntas restaurativas (passado)

Pode me explicar o que aconteceu?

O que passou pela sua cabeça naquele momento? (pensamento)

Como você estava se sentindo naquele momento? (sentimentos)

Quem mais foi afetado? (outros sentimentos, pensamentos e comportamentos)

Perguntas restaurativas (presente e futuro)

Quais são os seus pensamentos desde então? E agora, quais são eles? (pensamentos)

Como você está se sentindo agora? (sentimentos)

O que você precisa que aconteça neste momento para que:

- as coisas possam ficar em ordem?;
- o mal possa ser reparado?;
- você possa ficar melhor?

Veja no quadro abaixo as tradicionais perguntas retributivas e as perguntas sobre um outro enfoque, o restaurativo.

Perguntas retributivas	Perguntas restaurativas
Qual lei foi violada?	Quem foi prejudicado?
Quem fez isso?	Quais as suas necessidades?
O que ele merece?	Quem tem obrigação de se responsabilizar por essas necessidades (ou seja, trabalhar pela restauração dos danos e das relações) ?



“... o aprendizado sobre técnicas de diálogo e práticas restaurativas trouxe transformações profissionais e pessoais em mim. Em algumas situações em sala de aula (e até em casa, com minhas filhas), consegui mudar minha forma de reagir perante alguma situação de conflito. Consegui ouvir mais os alunos e até questioná-los de forma diferente, procurando uma reflexão sobre os erros e em como consertá los. Gostei muito da experiência e do aprendizado com o curso”.

Sandra Claret Burin Tolomio, Vice Diretora da EMEF, E.E Profª Judith Campista César, Taubaté-SP.



Atividades sugeridas

Atividade 1: Exercitando as questões restaurativas

Temos abaixo as questões restaurativas.

Para o autor dos fatos:

1. pode contar o que aconteceu?;
2. o que pensou no momento do acontecimento?;
3. como você sentiu logo depois o acontecimento?;
4. o que sente e pensa hoje sobre o que aconteceu?;
5. quem foi afetado pelas suas ações? Como?;
6. o que é necessário agora para as coisas ficarem bem?;
7. como o dano pode ser reparado?

Para a vítima:

1. qual foi sua reação no momento do fato/acontecimento?;
2. como você sente sobre o que aconteceu? Como você foi afetado?;
3. o que foi a parte mais difícil para você?;
4. como sua família e amigos/as reagiram quando souber do acontecimento?

Escolha uma situação conflituosa e utilize-se das questões restaurativas. Faça a experiência com o ofensor, com uma vítima ou com ambos, e depois relate:

- a) qual foi a situação?;
- b) foi possível fazer as questões?;
- c) como você se sentiu?;
- d) quais foram os problemas enfrentados?

Relate a sua experiência.

Atividade 2: Vivenciando uma escalada de conflitos (NUNES, 2011, p.20)

Fase 1: pergunte aos alunos o que eles ouvem e o que eles veem quando há um conflito. Divida o quadro em duas partes e numa parte coloque o que eles disseram que ouvem (gritos, palavrões, insultos, choros, linguagem de baixo calão, interrupções etc) e na outra, o que eles disseram que veem (dedo apontado para o outro, expressão de raiva na face, confrontação face-a-face, luta física etc).

Explique aos alunos que um conflito entre duas pessoas, se não for gerenciado, pode crescer e intensificar-se.

Fase 2: peça aos alunos para que fiquem em grupos de três e explique-lhes que farão uma atividade visando refletir sobre uma escalada de conflitos. Em cada grupo, os alunos 1 e 2 simularão o conflito e o número 3 irá observá-los. Em seguida passe as seguintes instruções:

Para o número 1: Na hora do lanche você está na cantina da escola com uma blusa branca e nova, que a sua mãe não gostaria que você utilizasse na escola. Enquanto você conversa com um amigo.

Para o número 2: Você chega à cantina com pressa, pede um suco de laranja, que logo é servido e sai rapidamente. Ao sair você esbarra acidentalmente na pessoa número 1 e derrama uma boa parte do suco de laranja em sua blusa branca e nova, manchando-a.

Para o número 3: O seu trabalho será observar o conflito para depois relatar como cada pessoa fala e age durante o incidente, gerando uma escalada no conflito.

Em seguida peça ao trio para simular o que ocorreu depois, dando-lhes uns três minutos para a interação. Pare as atividades e peça aos observadores para relatarem o que aconteceu nas simulações, tanto na linguagem falada, como na linguagem corporal, mostrando as escaladas dos conflitos.

Alguns passos que deverão ser comumente identificados, como por exemplo:

- um culpou o outro;
- o responsável não pediu desculpas e se retirou;
- o responsável pediu desculpas e não foi desculpado;
- eles acabaram conversando e chegaram a um acordo etc.

Fase 3: após, faça com toda a turma uma reflexão conjunta sobre a melhor forma de resolver de forma pacífica aquele incidente, pedindo sugestões aos alunos, sempre lembrando da importância do diálogo e do uso da não violência.

Outras questões para reflexão (individual ou em grupo):

1. se você tiver um desentendimento com alguém e perceber que a pessoa está completamente errada, o que você faz? Recua? Concorde com a pessoa para encerrar a discussão? Discorda e insiste na discussão? Ofende a pessoa? Parte para a briga?;
2. há muita violência em sua escola? O que cada aluno pode fazer para ajudar e evitar que os conflitos partam para violência? O que as escolas podem fazer para ajudar a evitar a violência?;
3. como é possível controlar as emoções? Que tipo de situações que tornam as suas emoções incontroláveis? Quais são as coisas que poderemos fazer para controlar as nossas emoções?

Atividade 3: Aperfeiçoando o diálogo (NUNES, 2011, p. 79)

Objetivo

Desenvolver nos estudantes habilidades e entendimentos que possam ajudá-los para um bom convívio diário e numa melhor harmonia nos trabalhos em grupo. A atividade desenvolve o aprendizado para um mútuo respeito, para uma maior participação democrática e para a construção de um bom diálogo.

Um diálogo através de negociações permite evitar um conflito e ao mesmo tempo solucioná-lo. O diálogo possui diversas vantagens pois é colaborativo, encoraja os participantes a buscarem as metas a serem compartilhadas, permite que a pessoa ouça a outra parte e construa uma solução conjunta para um problema, permite a autoavaliação, possibilita a compreensão do outro, permite que a pessoa veja todos os lados da questão e, sobretudo, contribui para resolver quaisquer problemas.

Fase 1: explique a todos que esta atividade visa desenvolver uma série de habilidades que levarão a uma melhoria no trabalho em grupo e no convívio escolar e comunitário.

Em seguida, o educador fará com a classe o *brainstorm*, através dos seguintes passos: 1 – forme grupos de alunos; 2 – apresente o assunto, no caso, “**como ter um bom diálogo**”; 3 – peça aos alunos para que apresentem todas as ideias que lhes vierem à mente sobre o tema; 4 – nenhuma ideia apresentada deverá ser alvo de comentários negativos ou positivos; 5 – os alunos deverão deixar que os pensamentos surjam espontaneamente; 6 – todas as ideias verbalizadas devem ser escritas pelo grupo para que todos os outros vejam, estimulando novas ideias.

O educador deve dar um prazo de mais ou menos 15 minutos para o *brainstorm* e pode ajudar os alunos a iniciarem os debates escrevendo duas ou três frases da lista de exemplos escrita abaixo e que servirá de parâmetro para o trabalho do educador.

Fase 2: ao término das verbalizações o educador analisa e seleciona aquelas sugestões que forem mais adequadas ao tema proposto, sem desprezar as demais, apenas para focalizar melhor as conclusões.

Formar um círculo com toda a classe. Se não der, formar dois círculos, um dentro do outro. Em seguida, discutir cada um dos itens apresentados pelos alunos, explicando cada um deles para toda a classe. Promover discussões e reflexões sobre cada sugestão, tais como: alguma vez em suas vidas este item não foi observado? Se observarmos a sugestão feita, haveria alguma melhora no relacionamento da sala?

Exemplo de dicas para manter um adequado trabalho em grupo e ter sempre um bom diálogo:

cada um fala de uma vez;

não interrompa outro estudante enquanto ele está falando;

durante um diálogo normal evite ser crítico e procure demonstrar simpatia;

mantenha em foco os tópicos sugeridos;

seja sempre aberto e honesto;
olhe nos olhos da outra pessoa, quando você se dirige a ela;
quando você discordar da opinião de alguém, declare sua opinião sem atacar a outra pessoa (por exemplo usando as expressões: “eu acredito...” ou “o caminho que eu entendo melhor é ...”);
divida o tempo da conversa, permitindo à outra pessoa a chance de falar;
não faça graça do que a outra pessoa disser ou fizer;
mantenha o espírito de ajudar o outro.

Mediação

Além do diálogo, vamos abordar as outras formas restaurativas de resolução de conflitos. Vamos lembrar, porém, que nem todos os conflitos são mediáveis ou solucionáveis através de meios consensuais. Há situações graves que, excepcionalmente, vão exigir outras providências.

Vamos começar pela mediação, que é uma ferramenta bastante eficiente e que sempre pode ser usada nas escolas, sobretudo naquelas situações conflitivas mais simples e corriqueiras.

A mediação é uma reunião entre o facilitador ou mediador e as partes envolvidas, visando ao restabelecimento do diálogo. Ela permite a solução de conflitos rotineiros através do diálogo e da compreensão e busca a construção de soluções a partir das necessidades dos envolvidos. É uma reunião restaurativa simplificada e o mediador pode ser qualquer pessoa. Atualmente as escolas têm usado muito alunos como mediadores, também chamado de “mediadores de pares”, “mediadores jovens” ou “mediadores mirins”.

Passos para a mediação

a) Pré-mediação

Em primeiro lugar, as partes devem concordar com a mediação. É importante nesta fase fazer a pré-mediação, que é aquele momento em que o mediador ganha a confiança das partes, ouvindo separadamente cada uma das pessoas envolvidas, delimitando o problema e convidando as partes para a mediação.

Ao ouvir atentamente cada uma das pessoas envolvidas, o mediador faz uso da escuta ativa (vide tópico 4.1 acima) para identificar a versão de cada um, os seus sentimentos e as necessidades.

b) Mediação

Na mediação o mediador recebe as pessoas envolvidas num problema e as convida para se sentarem, de preferência uma de frente para a outra, deixando-as à vontade. Depois o mediador abre a conversa, dizendo que está preocupado com as partes e que está ali para ajudá-las.

O facilitador (mediador) deve dizer às pessoas que está preparado para ouvi-las, para que todos construam um acordo juntos. Deve mostrar que ele é imparcial, que não escolhe os lados e que ajudará as partes a acharem as próprias soluções para o problema. Neste ponto ele se utiliza de argumentações como: *“você têm um problema. Por que não resolvê-lo juntos, já que os dois lados poderão sair ganhando?”*

O mediador deve pedir às partes para que:

- procurem restabelecer o diálogo;

- tentem solucionar a questão;
- usem as técnicas para um bom diálogo (vide tópico 4 acima) e procurem usar a “mensagem eu” (vide tópico 4.5 acima) e não façam ataques;
- as partes não devem interromper o outro quando este estiver falando;
- as partes não devem culpar uma à outra ou fazer xingamentos;
- os envolvidos devem manter confidência sobre os pontos abordados durante a mediação.

Desenvolvimento

Superada a fase introdutória, o mediador vai indagar das partes o que aconteceu: “Vamos falar sobre o que aconteceu? Quem gostaria de começar?” (normalmente começa-se com o relato do ofendido).

O mediador pedirá que a parte relate objetivamente o caso ocorrido.

A cada fala, de um ou de outro, o mediador vai reformulando o relato feito, resumindo os pontos (vide tópico 4.2 sobre reformulação acima) e utilizando-se de perguntas, que ajudam as pessoas envolvidas a olharem o problema de outra forma e numa perspectiva de futuro.

Ex: “você disse que foi agredido no banheiro da escola”; “explique mais sobre esta situação”; “o que você pensou quando aquilo ocorreu?”; “como você se sentiu no momento dos fatos e como se sente agora?”; “o que mais ocorreu?”; “alguém mais foi prejudicado?”.

Depois, faz as mesmas perguntas para a outra(s) parte(s).

Após as exposições dos pontos de vista, o mediador deve pedir a cada um que relate o que sente com o problema e porquê.

O mediador deve procurar entender quais são os sentimentos e as necessidades das partes envolvidas e focar nelas, utilizando-se de perguntas-chaves para qualquer dinâmica de resolução pacífica de conflitos: “o que aconteceu?”, “o que pode ser feito para reparar o mal causado?”; “como você gostaria de resolver o problema?”; “o que você quer e por que você quer?”. “quem gostaria de começar?”.

Em caso de não haver resposta, o mediador deve perguntar ao autor do fato: “o que você pode fazer aqui e agora para ajudar a resolver o problema?”. Com a resposta, o mediador deve repeti-la e em seguida fazer a mesma pergunta para a(s) outra(s) parte(s).

Em caso de dificuldades para as respostas ou para a construção do acordo, o mediador pode utilizar-se de perguntas circulares que ajudam as partes a buscar uma solução construtiva, a partir de novas perspectivas. Ex: “como você se sentiria se estivesse no lugar do outro?”; “o que você acha que os seus pais vão pensar sobre o que aconteceu?”; “o que você poderia dizer para outra pessoa que tivesse um similar problema?”; “como poderia ser trabalhada uma solução para o caso?”; “poderia você pensar em alguma coisa a ser feita?”; “pode você relatar mais sobre a sua ideia?”; “o que aconteceria se vocês não encontrassem uma solução para o problema?”.

Com as respostas aos problemas, a busca da solução deve ser discutida e ela deve ser boa para os envolvidos e para as suas necessidades. O mediador deve ajudá-los a construírem uma solução específica: quem fará o quê, quando, onde e como?

Encontrada a solução, esta deve ser indagada de todos os envolvidos, para ver se concordam. O mediador pode fazer uma ata ou um formulário, escrito de forma simples e assinado pelos envolvidos. Em seguida, o mediador deve agradecer as partes pelo sucesso da mediação.

Quadro de perguntas que auxiliam uma mediação (você pode afixá-la na sala onde ocorrem as mediações, para facilitar as lembranças)

1. Para a abertura do encontro

Você poderia nos contar sua questão que a /o trouxe até aqui hoje?

Por favor, explique o que aconteceu.

Você poderia nos contar um pouco sobre o pano de fundo, a história desta situação? Qual é sua visão?

2. Para obter mais informações

Você poderia nos dar um exemplo?

Você poderia explicar um pouco mais sobre sua visão?

Você poderia dizer como você está se sentindo nesta situação?

Você imagina como a outra pessoa esteja se sentindo?

Você poderia me ajudar a entender?

Você poderia descrever o que aconteceu e quando?

3. Para conseguir identificar os interesses

O que é importante para você nesta situação?

Você poderia ajudar-me a entender por que isso é importante para você?

O que lhe preocupa nesta situação?

Como esta situação a/o afeta?

Será que existe algo que você não consiga entender referente a esta situação?

4. Para identificar uma transformação / resolução

Qual saída poderia funcionar neste momento?

Esta saída é uma solução a curto prazo ou contempla o longo prazo?

Esta saída é uma solução que pacifica este momento ou supera / transforma a situação?

Que outra coisa pode ser tentada?

O que poderia ajudar a melhorar a proposta?

5. Para ver as consequências deste encaminhamento

Quais outras opções você teria caso não se construa um consenso?

Que tipo de mudança você está disposto(a) a fazer?

Que problemas podem aparecer se você seguir por este caminho?

Se você aceitar esta saída proposta, que tipo de consequências você teria que assumir?

6. Para o acordo / pacto

Esta saída é aceitável para ambas as partes?

Há algo que não lhe é confortável neste acordo?

Você pode viver com esta saída, hoje, amanhã e depois de amanhã?

Anotações 



“...os conflitos e as tensões através do diálogo sempre existiram e vão continuar existindo. Nos dias atuais, através das técnicas da justiça restaurativa e com a mediação poderemos solucionar os problemas, os conflitos, as tensões, através do diálogo. O importante é estarmos atentos e estabelecer a mediação e o diálogo como instrumentos da paz da convivência, da tolerância, do respeito...”

Ana Lúcia Bispo do Nascimento, E.E Prof. Dr. Luiz Lustosa da Silva, Osasco - SP

Círculos de construção de paz

O círculo é uma importante forma geométrica para reuniões pedagógicas, para atividades escolares em geral e para a solução de conflitos. O círculo estabelece conexão profunda entre as pessoas; explora as diferenças ao invés de eliminá-las, e constitui um espaço de construção coletiva do saber e de análise da realidade social, pois permite a reflexão conjunta, o confronto de ideias e o intercâmbio de experiências entre os participantes.

Eles podem ser usados para atividades visando “quebrar o gelo”; para acalmar inevitáveis desacordos ou discórdias; para repelir equívocos, desavenças, raivas ou violências em potencial ou para construir e restaurar relações; para a resolução de conflitos e outros problemas; para a construção da paz; para discutir a responsabilidade coletiva na escola, entre outras funções.

O espaço circular garante mais autonomia aos participantes, leva ao empoderamento, gera horizontalidade nas relações, melhora o senso de pertencimento ao grupo e é uma poderosa ferramenta para o diálogo. Permite, também, que as pessoas tímidas e que raramente falam, passem a se expressar, gerando inclusão, e possibilita àqueles que falam muito e ouvem pouco, aprendam a ouvir as demais opiniões.

Os círculos congregam pessoas, reforçam vínculos, fortalecem os relacionamentos e ajudam intensamente na paz das escolas. Por isso, nas escolas, eles devem ser usados em reuniões, para equipes de professores, grupos de pais, em Conselhos de Escola, em Grupos de Classe, entre outros. Sugerimos os círculos para estabelecer regras coletivas para problemas usuais nas salas de aula, tais como, o uso de celular, a disciplina em classe, entre outros.

Os Círculos de Construção de Paz representam os costumes dos povos tradicionais da América e da Nova Zelândia. Segundo anota Kay Pranis, especialista em Círculos de Construção de Paz e Justiça Restaurativa, existem vários tipos de Círculos de Paz, relacionados a diferentes propósitos e motivações (PRANIS, 2010, p. 28). Temos, por exemplo, Círculos de Entendimento, para compreensão de questões; de Apoio, para apoio à vítima ou ao ofensor do ato danoso; de Construção do Senso de Comunidade, para temas de interesse comum do grupo; o Círculo de Resolução de Conflitos etc.

Como podemos organizar um processo circular adequadamente?

6.1. Estágios

Aplicabilidade: em primeiro lugar é preciso preparação. É necessário ver a sua adequação, ou seja, se aquele processo circular é adequado para o fim indicado, se as pessoas querem participar, e se estão abertas ao diálogo e a aceitar diferentes perspectivas sobre o tema. Em seguida, é preciso ver se há facilitadores e se há tempo suficiente para a aplicação do processo circular. Além disso, é preciso haver um limite razoável para o número de participantes. Um círculo com muitos participantes fica dispersivo e sem foco. Consideramos um limite aceitável de no máximo 40 participantes, a depender do tipo de círculo.

Preparação: é preciso saber quem vai participar do círculo, p. ex., os alunos de uma classe; o grupo de alunos que sofreu um impacto com o problema ocorrido; se vai ter convidado de fora daquele grupo que possa contribuir com o diálogo; etc.

Na preparação é preciso definir quem será o guardião ou facilitador, bem como o dia e o horário do encontro. É também o momento de focar o contexto do problema escolhido e de familiarizar as partes com o processo circular.

Encontro: no dia do encontro, se quiser, pode-se colocar uma peça central no círculo, como uma toalha com flores, ou um objeto que tenha sido pensado antes e que possua significado para o grupo, como forma de potencializar a conexão entre todos e evocar e criar sintonia entre as pessoas.

O facilitador cumprimenta os participantes; convida as pessoas a se sentarem, dá as boas-vindas a todos, agradecendo pela participação. Em seguida, faz a cerimônia de abertura, expõe novamente os objetivos daquele círculo; apresenta o bastão de fala e mostra como funciona, dizendo que ele passa por todos e somente quem segura o bastão pode falar; para aqueles que não quiserem falar, em silêncio, podem passar o bastão. Veja abaixo mais explicações sobre o bastão de fala.

Pode-se iniciar o círculo com uma rodada de apresentações, se os integrantes do grupo ainda não se conhecem; em seguida, o facilitador começa o diálogo pelos tópicos relacionados ao tema escolhido, evocando os participantes a manifestarem os seus pensamentos e sentimentos sobre a questão.

Este momento, de encontro de todas as partes, é a oportunidade de identificar os valores partilhados e os princípios orientadores; é a oportunidade de examinar as causas subjacentes aos conflitos e aos danos e é a ocasião para desenvolver acordos e explicitar responsabilidades.

A duração do círculo será conforme o tema ou a quantidade de pessoas, lembrando que não deve ser muito demorado, para não causar dispersão. Antes do final é conveniente que o facilitador faça uma rodada para que as pessoas se manifestem sobre os seus sentimentos em participar daquele círculo.

Ao final o facilitador faz o encerramento, resumindo a experiência, relacionando a conclusão ao propósito inicial do círculo, e faz o agradecimento a todos os participantes do grupo.

Depois há o acompanhamento, que é o momento de monitorar os acordos feitos no círculo; de examinar as causas que levaram ao descumprimento dos acordos e das obrigações assumidas; de readaptar os acordos e de celebrar o sucesso.

6.2. Elementos fundamentais dos círculos

Disposição em Círculo: como dissemos, este formato geométrico garante conectividade, igualdade entre os participantes e senso de pertencimento ao grupo.

Cerimônias de abertura e encerramento: tanto na abertura, como no encerramento, o facilitador (organizador do Círculo) deve fazer uma cerimônia, ainda que bem simples. A cerimônia confere seriedade, respeito e foco para a participação nas discussões do círculo.

A cerimônia de abertura serve para acolher os participantes, é um convite para que eles se concentrem nas discussões do grupo e serve para explicar sobre o “bastão de fala”. Esta cerimônia

pode ser uma simples conversa de abertura, a leitura de um poema, de um texto, a escuta de uma música ou a visualização de um pequeno vídeo.

Após o término dos trabalhos, teremos a cerimônia de encerramento, através do qual o facilitador vai agradecer o grupo pelo esforço em todo o processo de discussão, pelo aprendizado conjunto e pelas conclusões obtidas pelas discussões do círculo.

Bastão de fala: o bastão ou a peça de fala é elemento fundamental, pois disciplina a fala do grupo, permitindo a participação de todos, estimulando aqueles que pouco falam a se expressar e inibindo aqueles que muito falam a respeitar os demais.

O bastão de fala é uma peça que deve ser escolhida pelo grupo, de preferência algo que tenha um significado importante para todos. Entretanto, pode ser qualquer coisa ou objeto. O bastão de fala deve passar de mão em mão, em sentido horário ou não, mas sempre em círculo, não podendo cruzar o círculo e nem pular pessoas. Aquele que não quiser falar, passa a vez. Quem está com o bastão de fala tem o direito de se expressar e todos os demais devem escutar atentamente, sem interrupções. Em outras palavras: só quem está com o bastão de fala pode se expressar. Apenas o facilitador poderá fazer intervenções sem o bastão de fala, para disciplinar o diálogo. A experiência mostra, entretanto, que nem sempre será necessária esta intervenção, pois o bastão de fala, por si só, já cumpre este papel organizador do diálogo.

Facilitador: é a pessoa que vai coordenar os debates, as perguntas ou temas norteadores para estimular a conversa e manter o foco sobre o tema que foi motivador do círculo. O facilitador deverá preparar perguntas sobre o tema, preferencialmente com antecedência, para facilitar e permitir a realização de um bom diálogo. No Círculo de Construção de Paz o facilitador não é neutro, ao contrário dos outros processos de resolução de conflitos, pois ele participa do processo e oferece as suas sugestões.

Processo decisório consensual: a construção do consenso é muito interessante, embora mais trabalhosa, pois exige mais exploração do diálogo e da persuasão. As decisões consensuais conferem poder a todos os participantes e têm mais chances de sucesso.

6.3. Outros processos circulares

Como dissemos, diversas são as outras hipóteses para a construção de círculos, com finalidades distintas. Vamos aqui citar mais outros exemplos de círculos que são interessantes para serem usados nas escolas, com o objetivo de prevenir problemas.

6.3.1. Círculos de Apoio

Os círculos de apoio são destinados a dar suporte a pessoas que precisam realizar mudanças significativas no seu comportamento. Ele é muito conveniente nos casos de pessoas que estão precisando de uma atenção mais específica e pode contar com o apoio de pessoas da comunidade e técnicos da Rede Protetiva. Este Círculo pode ajudar a pessoa a fazer planos de ação ou restabelecer projetos pessoais e é ideal para o acompanhamento desta pessoa.

Nas escolas, esses círculos são importantes para ajudar jovens em tratamento contra drogas; com desajustes pessoais; em situações de vulnerabilidade pessoal ou familiar etc.

6.3.2. Círculos de Reintegração

São adequados para a (re)integração de pessoas que estão excluídas e voltarão para as suas comunidades. Visam promover acolhimento, inclusão, reconciliação e aceitação. Neles são discutidos planos de ações, uma rede de apoio, a integração do jovem com o grupo e família, e a preparação de um projeto de futuro.

Nas escolas esses círculos são adequados para receber alunos que estão sendo reintegrados após um afastamento para tratamento contra drogas ou, por exemplo, depois do cumprimento de uma medida socioeducativa de internação, ou mesmo qualquer outra situação para a qual seja interessante reorganizar a sua integração ao grupo.

6.3.3. Círculos de Celebração

São utilizados para celebrar eventos festivos, tais como aniversários ou comemorações. Devem ser usados para comemorar as vitórias do grupo, para o cumprimento dos acordos conjuntos, entre outros.

6.3.4. Círculos de Diálogo

Os círculos de diálogo não precisam levar ao consenso e na escola são muito úteis para prevenir problemas ligados à indisciplina, para estabelecer regras comuns, para sanar rupturas nos relacionamentos, para dialogar sobre problemas escolares e para diversas outras finalidades em geral.

6.3.5. Assembleias

Assim como os Círculos de Diálogos, as Assembleias são importantes espaços democráticos no âmbito escolar que ajudam na harmonia do ambiente e contribuem para preparar os estudantes para a convivência democrática da sociedade adulta. Podem se realizar através da forma circular ou não.

A escola é um centro irradiador de valores e deve manter sistemas que inspirem e orientem os comportamentos dos alunos. Se apesar das diferenças de papéis entre professores e alunos, a escola conseguir incentivar espaços democráticos e de convivência participativa, ela vai poder transmitir aos seus alunos valores universalmente desejáveis.

Muitos desses valores vão refletir nas relações de convivência da escola, propiciando oportunidades de interação e reflexão sobre eles, permitindo o desenvolvimento integral de todos. Exemplos de alguns desses valores: justiça, igualdade, diálogo, generosidade, altruísmo, tolerância, cidadania, entre outros.

Segundo o professor Ulisses de Araújo (ARAÚJO, 2010), a Assembleia Escolar é usada para regular e regulamentar as relações interpessoais no âmbito dos espaços coletivos (docentes, estudantes, funcionários). Ainda segundo ele, a Assembleia discente é usada para temáticas relacionadas ao projeto político pedagógico da instituição; à vida funcional e administrativa da escola; ao convívio entre docentes e entre esses e a direção; a conteúdos que envolvam a vida funcional e administrativa da escola.

As Assembleias Escolares e os Círculos de Diálogo são importantes e devem ser incentivados nas escolas em razão dos seguintes benefícios diretos:

1. as bases das relações interpessoais na escola estão sustentadas na democracia e no respeito mútuo, presentes nestas formas de participação. Democracia faz lembrar os conceitos de diálogo e igualdade;
2. permitem a participação dos alunos nas decisões da escola e possibilitam à equipe gestora a realização de uma gestão democrática e que estimule a participação de todos;
3. possibilitam a construção de normas e regulamentos participativos envolvendo todos da comunidade escolar;
4. permitem aos professores um ambiente de diálogo para elaboração de regras;
5. são espaços que potencializam a melhoria no convívio e permitem a construção coletiva através da reflexão, do confronto de ideias e da troca de experiências entre os participantes.

Anotações



“...Mais importante do que administrar os conflitos mais graves é preveni-los. É necessário que o professor tenha a sensibilidade de perceber que algo está causando desconforto com determinada turma e a partir destas observações criar ações preventivas. O círculo de diálogo é um excelente momento (espaço) para a prevenção, bem como para reflexão, e o círculo restaurativo para possíveis resoluções dos problemas existentes na comunidade escolar. O curso sobre práticas restaurativas me causou significativas reflexões no sentido de como lidar com os conflitos existentes dentro de uma escola. A minha relação com as crianças e os adolescentes melhorou significativamente, tornando meu ofício mais agradável e humano”.

Professor Joel Teles Bertin Filho, E.E Sérgio Murillo Raduan, São Paulo – SP



Atividade sugerida

Realização de um círculo de diálogo

O professor, ou grupo de professores, deve organizar e realizar um Círculo de Diálogo. Em seguida deve anotar como foi a experiência.

Roteiro básico:

- a) o que motivou a ocorrência do Círculo?;
- b) quem preparou e como cuidou do Círculo?;
- c) qual foi o tema discutido e quantas pessoas participaram?;
- d) quais foram as maiores dificuldades?;
- e) qual foi o resultado?;
- f) relate a experiência.

Círculos Restaurativos

Dentre as opções de práticas restauradoras temos também os chamados Círculos Restaurativos, que são reuniões circulares envolvendo: as pessoas diretamente ligadas ao conflito, um facilitador e outras pessoas que tenham interesse ou que possam colaborar com a solução do conflito (familiar, professor, funcionários, pessoas da comunidade etc).

Os círculos restaurativos são recomendados e podem ser aplicados em todos os tipos de conflitos, desde os mais insignificantes até os mais complexos; os individuais e os grupais. Normalmente ele é preferido para situações um pouco mais complexas, pois contam com outros atores, além dos envolvidos diretamente no problema, para ajudar na construção das soluções.

Em primeiro lugar, é importante dizer que não existem rituais prontos e padrões exclusivos para as reuniões restaurativas. Entretanto, há alguns parâmetros de orientação e certos procedimentos que podem e devem ser seguidos para uma melhor sistematização nas escolas e maior eficiência dos trabalhos. Esses procedimentos podem ser ajustados e adaptados conforme as particularidades culturais de cada espaço e de cada comunidade nas quais as reuniões restaurativas vierem a ser aplicadas. Para tanto, antes da aplicação das reuniões restaurativas deverá haver uma preparação prévia do espaço escolar e de orientação de todos os envolvidos: professores, funcionários, gestores, pais, alunos e comunidade. Depois, as reuniões restaurativas deverão ser conduzidas por um coordenador, apto a fazer a preparação, condução e posterior acompanhamento dos resultados do encontro.

7.1. Procedimento do Círculo Restaurativo

O círculo restaurativo é a mais completa das práticas restaurativas porque ele possibilita o encontro entre todas as pessoas envolvidas em um conflito, além do facilitador e demais interessados, tais como familiares e pessoas da comunidade. A grande importância do círculo está na possibilidade do funcionamento coordenado entre a escola, a família e a comunidade. Outros órgãos públicos e redes de atendimento aos direitos da criança e do adolescente poderão ser partícipes no processo, sobretudo nos casos mais complexos ou envolvendo alunos mais problemáticos ou vitimizados.

O processo, em síntese, reúne as pessoas mais afetadas pelo conflito ou problema para que conversem a respeito do caso, em destaque sobre: i) o que aconteceu; ii) como o incidente as afetou; e iii) como consertar o dano feito. Os envolvidos podem convidar familiares ou a comunidade para o apoio, e um facilitador coordenará os trabalhos.

Embora possa e deva ser realizado da maneira mais informal possível, é adequado que o círculo restaurativo tenha uma sequência de encontros interligados, coordenados pelo facilitador. Este procedimento restaurativo envolve três etapas: o pré-círculo (preparação para o encontro com os participantes); o círculo (realização do encontro propriamente dito); e o pós-círculo (acompanhamento).

7.1.1. Pré-círculo

Esta fase é muito importante e poderá definir o sucesso ou não do círculo a ser realizado. O facilitador faz um encontro separadamente com cada uma das partes envolvidas e escuta essas pessoas; ele explica como funciona o círculo restaurativo, define a questão a ser abordada no Círculo, os passos do procedimento oferecido, a sua meta, o acordo e a sua avaliação pós-círculo.

Com a concordância das pessoas em participar do círculo, elas podem indicar outros participantes que desejam ver no encontro, tais como familiares, colegas, outras pessoas afetadas, vizinhos, funcionários da escola etc. A participação em qualquer reunião restaurativa é sempre voluntária. Ninguém pode ser coagido a participar, apenas estimulado.

A escola deve incentivar a participação, pois mesmo que os acordos não saiam, o processo restaurativo por si só tem um grande valor. De qualquer forma, a participação é livre, assim como são livres as falas, os atos e as decisões daqueles que participam das reuniões restaurativas.

Para o pré-círculo deve ocorrer, em resumo:

- o agendamento de uma conversa com cada participante do círculo;
- um resumo do caso focando nos fatos. Deve-se deixar a pessoa expressar seus sentimentos e pensamentos;
- o facilitador deve explicar o processo, que é um encontro entre pessoas direta e indiretamente envolvidas na situação do conflito: autor e receptor do fato, comunidade de apoio (familiares, amigos/as, comunidade de afeto);
- o círculo é um espaço no qual as pessoas envolvidas e os interessados podem conversar e identificar suas necessidades para desenvolver ações construtivas que beneficiam todos. Deve ser um espaço seguro onde seja possível realizar uma compreensão mútua entre todos os envolvidos e construir um acordo coletivo para reparação de danos;
- no círculo devem prevalecer os valores do diálogo, respeito, participação, honestidade, responsabilidade.

7.1.2. Círculo

O círculo é o momento do encontro entre o ofensor, a vítima, o facilitador e as demais pessoas da comunidade. Neste momento o diálogo é o ponto de partida para que as partes, de forma colaborativa, busquem um acordo. Através da comunicação, busca-se a compreensão mútua, pela qual se faz uma análise do ocorrido e de como as partes se acham no momento. Depois as pessoas fazem um retrospecto do ato e identificam as suas necessidades, buscando-se, em seguida, o acordo. Com o círculo, há a restauração da situação, com responsabilidades e prazos definidos para eventuais obrigações a serem cumpridas.

O momento do círculo pode ser um tanto tenso e o facilitador buscará relaxar as partes, acalmá-las e ter a sensibilidade para conduzir calmamente a reunião. Em seguida o facilitador conduzirá os trabalhos, buscando um acordo, num espaço de poder que é compartilhado e cujas relações se organizam horizontalmente, ou seja, todos têm voz ativa, participam e deve ser compreendidos. O facilitador deverá estimular a segurança, a confiança das partes e o tratamento digno entre os participantes.

Passos a serem trilhados no círculo

Abertura do encontro

1. Apresentação, com o nome das pessoas que se encontram no círculo.
2. Explicação sobre os facilitadores:
 - esclarecimento de que ele (o facilitador) é um coordenador do diálogo entre as pessoas e buscará celebrar um acordo ao final;
 - informa sobre a sua imparcialidade, ou seja, de que ele não julga e não toma partido da situação e das questões.
3. Indaga às partes quem os encaminhou para ali.
4. Pergunta o que sabem sobre um encontro restaurativo.
5. Em seguida explica o que é um encontro restaurativo, ou seja, que é um trabalho em círculo onde todos conversarão sobre o que está ocorrendo para que todos busquem soluções para as necessidades dos envolvidos. As conversas serão guiadas pelos facilitadores.
6. Regras: respeito, fala assertiva e respeitosa, igualdade de todos, vontade de colaborar, e roteiro.
7. Importância do encontro: haverá a contribuição e a participação de todos, partes direta ou indiretamente envolvidas na questão; as soluções serão construídas com a participação de todos, sem imposição de posições; as soluções permitirão um olhar para o futuro, inclusive com condições para a manutenção de um relacionamento.

Compreensão mútua

É a fase em que as pessoas começam a falar. Normalmente a vítima começa a falar. O facilitador pode começar ajudando-a com a pergunta: “como você está passando atualmente, depois do que aconteceu, e quais as consequências para você?”. A pergunta pode ser também neste sentido: “o que quer que o outro saiba sobre como você está, neste momento?”.

Em seguida, com a resposta, o facilitador perguntará ao ofensor: “o que você compreendeu do que ele disse?” e pede para que ele manifeste, resumidamente, por suas próprias palavras, de forma simples e breve, as ideias que foram emitidas pelo interlocutor. Esta ação de resumir o que o outro disse se chama “técnica da reformulação” e tem objetivo clarificar ou confirmar a compreensão da mensagem. Além disso, a reformulação mostra um sinal de respeito e apreço pelo outro que está falando, pois significa que estamos com cuidado na interpretação das suas palavras. A reformulação possibilita uma comunicação sem distorções e leva à cooperação.

Depois o facilitador indaga da vítima: “você disse tudo e se sente compreendido?”. O papel do facilitador é ajudar a vítima/receptor do fato a ter os seus sentimentos e suas necessidades compreendidas pelo ofensor/autor do fato, se necessário auxiliando na comunicação.

O facilitador vai ajudar no diálogo, indagando das partes se elas compreenderam o que ouviram. Ele ajuda a repetir as perguntas e depois as pessoas vão, por elas próprias, repetindo as questões.

É importante que o facilitador mantenha o foco nas necessidades das pessoas, para manter a comunicação de forma isenta e sem julgamentos. Essas necessidades podem ser as mais diversas, dependendo do caso; normalmente são necessidades de compreensão, respeito, segurança, proteção, privacidade, empatia, lazer, pertencimento, liberdade, entre outras.

Para auxiliar as partes e possibilitar que as necessidades da vítima e demais envolvidos sejam compreendidas por todas as pessoas do círculo, é conveniente que o coordenador se utilize de perguntas empáticas, como por exemplo: i) “você está inseguro e teme que tais fatos ocorram novamente?”; ii) “você está assustado com as ameaças e por isto está se sentindo inseguro e quer proteção?”; iii) “a sua privacidade é violada quando todos pegam a sua bolsa e a abre perto dos outros?”; iv) “a sua honra é violada quando colocam este apelido em você”? v) “quando todos os colegas olham para você e te cumprimentam, você se sente atendida na sua necessidade de respeito?”.

As perguntas são livres e poderão ser adaptadas a cada caso concreto, tais como: “você está sentido tristeza?” – “não, eu estou sentido raiva!” – “então o que você precisa é de compreensão?” – “sim, um pedido de desculpas e a promessa de que tais fatos não ocorram, já resolveria o meu problema”. Neste momento o coordenador busca facilitar ao ofensor/autor dos fatos a compreensão das necessidades da vítima/receptor do fato. As perguntas empáticas auxiliam em redirecionar a escuta de todos para as necessidades das partes.

Uma vez satisfeita a vítima/receptor do fato por ter sido ouvida e compreendida em suas necessidades, é chegada a hora da manifestação da comunidade (pais, familiares, funcionários, pessoas da comunidade etc) que é convidada a falar; ou seja, todos aqueles que foram convidados para participar do Círculo terão a palavra e deverão fazer comentários gerais ou específicos, com foco nos fatos. Todos deverão ter a oportunidade de expressão dentro do círculo e deverão se sentir satisfeitos por terem sido escutados sobre as suas necessidades.

Durante o círculo, lembre-se das perguntas importantes para auxiliar no processo

Perguntas para o ofensor

1. O que aconteceu?
2. O que você estava pensando e sentindo naquele momento?
3. O que você vem pensando e sentindo desde então?
4. Quem mais você acha que foi afetado por isto? Como eles foram afetados?
5. O que precisa acontecer para as coisas ficarem bem?
6. O que você aprendeu? O que você poderia fazer diferente no futuro?

Para a pessoa que foi afetada

- Qual foi a sua reação no momento do incidente?
- Como você se sente sobre o que aconteceu?
- Como você foi ou tem sido afetado?
- Qual tem sido a coisa mais difícil para você?

Perguntas restaurativas sugeridas para as reuniões restaurativas (Hopkins, 2004)

Ouvindo a história

- Você pode me explicar o que aconteceu?
- O que você estava pensando naquele momento?
- Como você estava se sentindo naquele momento?
- Quais foram os seus pensamentos desde então?
- Quais são os seus pensamentos agora?
- Como você está se sentindo agora?
- Quem você acha que tem sido afetado por isto?
- O que você precisa fazer para que:
 - as coisas possam ser corrigidas?;
 - o mal possa ser reparado?;
 - você possa seguir em frente?

Clarificando o acordo

- O que você pensa sobre a sugestão de fulano de tal?
- O que mais você necessita/ou precisa fazer?
- Quando/como/onde isto irá ocorrer?
- Gostaria que o acordo fosse escrito?

Reconhecimento, reabilitação e fechamento final

- Como esta situação pode ser tratada de forma diferente numa outra vez?
- Como você está se sentindo?
- Existe alguma coisa que você gostaria de dizer a alguém daqui?

Fase da autorresponsabilização

Neste momento buscaremos saber quais as necessidades de cada um no momento dos fatos, bem como as necessidades que cada um deixou de atender. Aqui todos falam e escutam como estavam e o que queriam na hora do ato.

É a fase de perguntas como: “o que você estava precisando no momento do fato?”; “o que você entendeu do que ele disse?”; “você se sente compreendido?”; “como vocês estão, neste momento, em relação ao fato e às suas consequências?”.

Por fim a pessoas apoiadoras que participam do círculo (pais, familiares, funcionários, pessoas da comunidade etc) são convidadas a falar, com foco nos fatos, até que todos possam se dar por satisfeitos, expressando que foram compreendidos.

Fase do acordo

Por fim, passaremos ao momento do acordo, quando se buscará atender às necessidades dos participantes. Neste momento, as pessoas que estão no círculo serão solicitadas a pedir e a sugerir alternativas. A pergunta norteadora é “o que querem fazer agora para solucionar o conflito?” ou “o que vocês querem pedir ou oferecer?”. Abre-se o diálogo e são aguardadas as sugestões para a solução do problema, firmando-se um acordo claro e objetivo, com prazos e metas definidas. O coordenador deve atentar para que as necessidades não atendidas sejam resolvidas e contempladas.

Nos conflitos escolares, os principais compromissos serão de ordem pessoal, sob o encargo direto dos participantes, tais como: devolver um objeto furtado; responsabilizar-se em não mais provocar a vítima; comprometer-se a reparar o dano; praticar serviços na escola; fazer um curso etc. Outros poderão ser necessários, tais como compromisso de obter apoio psicológico; compromisso de tratamento contra a dependência química etc.

É importante que o acordo restaurativo seja escrito ou registrado em uma ata. Em seguida, finaliza-se o processo, com o agradecimento aos participantes e com o agendamento do Pós-Círculo.

Resumo do Círculo

Introdução

- * Preparação da sala e indicação/sinalização dos assentos.
 - * Acolhimento.
 - * Apresentações no círculo.
 - * Indicar o objetivo e a intenção.
 - * Explicar os passos do círculo.
1. Introdução.
 2. Usar os nomes das pessoas - Ofensor(es).
 3. Usar os nomes das pessoas - Vítima(s).
 4. Comunidade (primeiro da vítima, depois do ofensor).
 5. Acordo.

Ler o resumo dos fatos

Exemplo

Sejam bem vindos ao nosso encontro. Sou _____, o facilitador do círculo hoje. Por favor, peço que cada pessoa se apresente falando seu nome e sua relação com _____ e _____ (nomes de ofensor e vítima).

Obrigado pela sua presença hoje. Eu sei que deve ser difícil para todo mundo, mas sua participação no círculo é muito importante.

Nosso objetivo hoje é conversar e refletir sobre o fato ocorrido, entender como as pessoas foram afetadas e ver como o dano pode ser reparado. Espero que seja possível chegar a uma

compreensão mútua entre todos os envolvidos. Cada um vai ter tempo de falar e escutar. Como já falamos no pré-círculo, este trabalho é baseado no diálogo e no respeito. Não estamos aqui para xingar ou agredir ninguém. Queremos escutar como as pessoas foram afetadas e tentar reparar os danos.

Meu papel será manter as etapas do processo, ajudar as pessoas a falarem e a ouvirem umas às outras e registrar o acordo. Gostaria de ter a participação ativa de todas as pessoas. Quero pedir a vocês que, quando falarem, dirijam-se ao Círculo como um todo e não a mim, pois a conversa é com todos os participantes.

Todo mundo está entendendo estas orientações? Alguém tem alguma pergunta?

Para começar eu vou ler o resumo dos fatos. O foco deste círculo é... (ler o resumo dos fatos).

É importante entender que nós vamos enfocar nas ações de _____ (nome da pessoa) ofensor e como este comportamento afetou as outras pessoas. O ofensor já admitiu sua parte no acontecimento. Vamos começar com ele.

Para o ofensor

1. Pode contar o que aconteceu?
2. O que pensou no momento do acontecimento?
3. Como você se sentiu logo depois do acontecimento?
4. O que sente e pensa hoje sobre o que aconteceu?
5. Quem foi afetado por suas ações? De que forma?

Para a vítima

1. Qual foi sua reação no momento do fato/acontecimento?
2. Como você se sente em relação ao que aconteceu? Como você foi afetado?
3. O que foi a parte mais difícil para você?
4. Como sua família e amigos/as reagiram quando souber do acontecimento?

Para a comunidade de apoio à vítima

1. O que pensou quando escutou sobre o fato?
2. Como você se sente agora?
3. O que foi a parte mais difícil para você?
4. Daquilo que você escutou hoje, o que você acha mais importante?

Para a comunidade de apoio ao ofensor

1. Fale para a pessoa mais próxima do ofensor (afetivamente): eu imagino que tudo isso foi difícil para você. Quer comentar ou falar um pouco?
2. Depois para a comunidade de ofensor.
3. O que pensou quando escutou sobre o fato?
4. Como você se sente agora?

5. O que foi a parte mais difícil para você?
6. Daquilo que você escutou hoje, o que você acha mais importante?

Ofensor

1. Você quer falar alguma coisa neste momento? (Se for necessário, pode perguntar: O que você pode oferecer para a reparação de danos?)

Vítima(s)

1. O que você quer deste círculo de hoje? (Se for necessário pode perguntar: O que você quer pedir para reparação de danos?)

Peça para o **ofensor** responder o pedido da vítima

“O que pensa sobre isso?”. Você, facilitador, pode abrir a conversa para quem quer fazer uma proposta de um acordo que lide com as necessidades levantadas, uma reparação de danos, e para que o fato não se repita. Importante que o ofensor responda cada sugestão de acordo. No fim da conversa, leia o acordo para todos os participantes do círculo para verificar se todos concordam com os seus termos.

Fechamento do círculo

Antes o fechamento do círculo, dê a oportunidade para quem quiser fazer uma fala final.

Termo do acordo

Após, as pessoas voltam ao círculo. O facilitador(a) lê o termo de acordo e todos os presentes o assinam. Alguém fica responsável para que o acordo seja cumprido. Marcar a data para o pós-círculo.

7.1.3. Pós-círculo

O pós-círculo é um encontro posterior com os participantes do círculo para verificação do cumprimento do acordo e se as pessoas estão bem e satisfeitas.

Importante

É bom lembrar que nas reuniões restaurativas os julgamentos, as acusações e as rotulações devem ser totalmente eliminados da linguagem. O objetivo é traduzir a linguagem dos conflitos em uma comunicação transparente e livre desses fatores que obstruem um bom acordo.

Os ingredientes a serem usados são os da comunicação não violenta, através da qual são expostos os fatos de uma situação, sem interpretação ou opinião; reconhecem-se os sentimentos implícitos; identificam-se quais necessidades humanas estão ou não sendo atendidas e apontam-se quais ações se gostaria de ver executadas para satisfazê-las.

7.2. A escola e as preparações para as reuniões restaurativas

Como já ressaltamos, os conflitos fazem parte da natureza humana e nas escolas eles estão muito presentes. É por isso que os alunos precisam municiar-se de ferramentas, estratégias e habilidades para gerenciá-los positivamente, para que possam ser vistos como oportunidades de mudanças e de crescimento. Ao aprender sobre o conflito, as crianças e os jovens aprendem mais sobre eles mesmos.

As reuniões restaurativas são excelentes meios de gerenciamento positivo dos conflitos, pois nela trabalhamos e discutimos os sentimentos e as necessidades não atendidas, levando à restauração das relações, além de permitir o desenvolvimento de diversos valores tais como a interconexão, a humildade, a fraternidade, o pertencimento, entre outros.

Para as reuniões restaurativas a escola precisa realizar algumas ações muito simples e que facilitarão para que essas ferramentas possam ser colocadas em prática.

Facilitadores

A escola precisa ter mediadores ou facilitadores, que podem ser professores, trabalhando como voluntários ou não, pessoas da comunidade, alunos, pais, entre outros. A escola pode montar uma equipe, com uma ou duas pessoas trabalhando em revezamento. Muitas escolas se utilizam hoje dos mediadores jovens, uma experiência rica que envolve os próprios alunos na atuação como mediadores.

Local

É preciso ter um local, ainda que pequeno e simples, para que os participantes tenham tranquilidade e a necessária privacidade para os diálogos.

Modo de solicitação

A escola deve ter um local, p. ex., na secretaria da escola, para a solicitação das reuniões restaurativas. No local poderá haver um caderno no qual o estudante solicitará a realização de uma mediação ou círculo. Pode-se, ainda, adotar um baú de sugestões para que os alunos mais inibidos solicitem a reunião restaurativa.

Se o aluno vier encaminhado para a Direção da Escola por ato indisciplinar, a escola poderá oferecer-lhe uma reunião restaurativa, como alternativa à punição prevista nas regras disciplinares da escola.

Autorização dos responsáveis

É importante que os pais ou responsáveis autorizem os filhos a participar das mediações e dos círculos restaurativos. Esta autorização pode ser dada no momento da matrícula do filho na escola. Vide no Anexo um modelo de autorização.

A escola deve informar a comunidade escolar que está adotando formas alternativas de resolução de conflitos e deve explicar o que são as Mediações e os Círculos e como eles funcionam; quais os passos de funcionamento dessas dinâmicas; quais são os horários, dias e locais de funcionamento; e como uma pessoa pode solicitar uma Mediação ou um Círculo.

7.3. Quem pode ser facilitador dos processos de resolução pacífica de conflitos?

Qualquer pessoa que tenha disponibilidade para trabalhar como voluntário pode ser mediador ou facilitador nas mediações e nos círculos em geral. Pode ser um adolescente ou um adulto e o trabalho desta pessoa será o de coordenar uma mediação ou um círculo restaurativo. Se a unidade escolar possuir condições, poderá haver alguns profissionais especialmente habilitados para exercer tais funções; pode, ainda, contar com voluntários que podem ser alunos, pais de alunos e membros da comunidade, entre outros.

É importante que o mediador ou facilitador tenha boa aceitação na escola; boa autoestima; compromisso com o diálogo e o desejo de escutar o outro; aceite a autonomia da vontade das partes (respeite as decisões das partes) e tenha um treinamento básico para iniciar os trabalhos.

Essas formas de resolução de conflitos não tem regras exatas e muitas vezes requerem muita flexibilidade e espontaneidade dos mediadores e facilitadores, de acordo com cada situação. Há alguns procedimentos a serem trilhados, mas na prática o mediador e o facilitador exercem papéis proativos e são responsáveis por criar e manter uma atmosfera que promova a cooperação e a solução de problemas de forma colaborativa. Muitas vezes o mediador ou facilitador trilhará múltiplos e imprevisíveis caminhos que levarão as partes conflitantes a continuar a cooperação até chegarem ao consenso. A prática no dia a dia será muito importante para o aprendizado e o facilitador verá que, além das qualidades acima, será preciso muito bom senso para cada situação.

Qualquer pessoa pode desenvolver habilidades para ser um mediador de conflitos ou facilitador de outros processos pacíficos de resolução de conflitos. Basta desenvolver algumas habilidades e treinar sempre. A seguir elencamos as atitudes básicas a serem buscadas ou seguidas por um mediador ou facilitador:

- ter comprometimento – o mediador ou facilitador é uma pessoa encarregada de restaurar relações rompidas. Ele precisa se envolver com o processo e coordenar os trabalhos sem críticas e julgamentos. Deve conduzir as reuniões buscando possibilitar e incentivar as pessoas envolvidas no problema a falar sobre os seus sentimentos e necessidades, esclarecer dúvidas, continuar com o diálogo, até procurar uma solução final ao problema;
- incentivar a linguagem do “eu” nas reuniões restaurativas – ao promover o encontro das partes, o mediador ou facilitador deve, logo de início, mostrar a elas a importância da linguagem “eu”. Como dissemos acima, as “mensagens-eu” são formas simples de dizer o que cada pessoa envolvida está sentindo. Para isso, a pessoa deve se utilizar da primeira pessoa, por exemplo: “eu estou chateado por este motivo”; “eu não gostei deste comportamento”, “fiquei ofendido porque você me magoou”, “estou triste porque você pegou a minha mochila”, “em minha opinião esta situação poderia ser resolvida de outra maneira, o que você acha disto?”. As “mensagens-eu” ajudam a sensibilizar as pessoas a compreenderem “o outro lado”, melhora a perspectiva do problema, trazendo ao diálogo o ponto de vista da outra pessoa e a abre o diálogo de uma forma não acusatória (vide acima sobre “mensagens-eu”);
- usar e incentivar a escuta ativa – o mediador ou facilitador deve mostrar às partes a importância de se ter uma boa reciprocidade na comunicação, ou seja, as pessoas que estão se comunicando devem estar comprometidas com o processo de ouvir atentamente a outra

parte e trocar informações. Ele deve mostrar que está interessado em ouvir atentamente os relatos dos seus pensamentos, sentimentos e necessidades das pessoas envolvidas. Deve, ainda, incentivar os participantes a ouvir atentamente um ao outro. Somente as pessoas que se sentem verdadeiramente escutadas estarão dispostas a escutar o outro, a escutar o facilitador e a aceitar um acordo.

Dicas para a escuta do facilitador: manter uma postura relaxada; evitar escutar e realizar outra atividade ao mesmo tempo; participar ativamente da conversa, com receptividade; e com disposição para escutar; não interromper a pessoa no meio da fala; fazer perguntas e ser compreensivo;

- utilizar-se de perguntas – após a fase inicial dos relatos, o coordenador deve se utilizar de perguntas. Ao invés de polemizar, acusar ou formar rápido juízo de valor, o coordenador deve perguntar primeiro sobre os pontos do conflito, o que o gerou, por que a vítima se sentiu ofendida, por que o ofensor tomou aquela atitude etc. As perguntas não ofendem; esclarecem, e através delas o mediador passa a entender melhor o problema e ajuda as partes a compreenderem o problema do outro. Sobre perguntas-chaves e perguntas circulares, vide mais item 5;
- construir a empatia – a empatia nada mais é do que o sentimento de colocar-se no lugar da outra pessoa, para tentar entender as suas razões. Ao visualizar as coisas do ponto de vista do outro, fica mais fácil perceber a situação de modo imparcial e completo. A empatia facilita a descoberta do interesse comum a ser buscado;
- o coordenador deve estabelecer a igualdade na comunicação – o mediador ou facilitador deve permitir que uma parte fale claramente as suas opiniões e os seus pensamentos, mas respeite o igual direito dos outros de falar. Depois de escutar atentamente o que cada um tem a dizer, o coordenador deve promover uma comunicação em que todos respeitem o direito dos demais de se expressarem;
- orientar a comunicação sobre fatos e sentimentos – o coordenador deve orientar e incentivar que as partes compartilhem os seus sentimentos sobre o problema com as demais pessoas da reunião, mostrem porque estão se sentindo daquela maneira e o que pensam sobre o conflito. Também é importante que as partes compreendam o ponto de vista dos demais;
- enfocar a necessidade das pessoas – o processo restaurativo deve levar à reflexão e ao esclarecimento dos danos emocional e material sofrido com o problema. Por isso o coordenador deve levantar as consequências sofridas e as necessidades que as pessoas passaram a ter como resultado. As necessidades deverão ser levadas em conta na hora do ajuste ou acordo;
- orientar para a clareza na comunicação – o coordenador deve mostrar para as partes envolvidas que é importante a clareza na comunicação; ser claro é ser assertivo e permitir que os envolvidos digam sim ou não;
- separar a pessoa do problema e ser imparcial - é essencial que o facilitador separe a pessoa do problema. Além disso, o processo restaurativo deve compreender a realidade dos envolvidos sem que nenhum preconceito ou valor pessoal prejudique ou interfira no seu trabalho;

- o coordenador precisa considerar a experiência da vítima – os sentimentos, os danos físicos ou psicológicos, as perdas e as observações da vítima precisam ser levados em conta sem questionamentos, censuras, críticas ou aconselhamentos. O mal a ela causado deve ser reconhecido e não pode ser ignorado, minimizado ou banalizado, evitando-se a revitimização;
- ajudar os envolvidos a discutir e a trabalhar juntos o problema – o facilitador é responsável pelo processo de mediação ou do círculo restaurativo e não pela solução do problema, cuja responsabilidade é dos envolvidos;
- os resultados das reuniões restaurativas devem ser transformativos – ou seja, devem atender às necessidades presentes e preparar para o futuro, sem se preocupar com punições em relação ao passado. Os resultados da reunião restaurativa devem ser relevantes para ajudar a vítima a se curar das feridas e a reintegrar o infrator.

Em suma, um bom facilitador é uma pessoa que:

- tem capacidade de escuta e tolerância e sabe sentir o que o outro está sentindo;
- possui estabilidade emocional;
- tem atitude de confiança, segurança e senso de justiça;
- interessa-se de verdade pelo outro e faz perguntas para conhecê-lo melhor;
- é respeitoso e trata as partes com compreensão;
- possui confidencialidade: o coordenador não pode revelar os fatos, situações e acordos feitos durante a mediação ou nos círculos;
- gosta mais de observar as pessoas do que fazer julgamentos e críticas;
- tem facilidade em se expressar e em se expor;
- fica animado com novos desafios e aprendizados;
- faz treinamento e adquire competência para exercer a tarefa quando estiver minimamente habilitado.

Resumidamente, essas são as considerações gerais sobre as reuniões restaurativas. De forma geral elas são muito simples e devem ser usadas habitualmente nas escolas, pois além de solucionar conflitos, têm um grande potencial transformador na vida das pessoas.



Para saber mais sobre Justiça Restaurativa e práticas restaurativas

Livros interessantes, disponíveis para download na internet, e que poderão complementar o seu conhecimento:

Justiça e Educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania.

Disponível em:

http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/A_Justica_e_educacao.pdf

Justiça Restaurativa e Comunitária em São Caetano do Sul: Aprendendo com os conflitos a respeitar direitos e promover cidadania.

Disponível em:

http://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadoriaInfanciaJuventude/JusticaRestaurativa/SaoCaetanoSul/Publicacoes/jr_sao-caetano_090209_bx.pdf

Cultura de Paz e Justiça Restaurativa: nas escolas de Porto Alegre.

Disponível em:

http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_309.pdf

Nos sites abaixo você encontrará diversos artigos, estudos, manuais, orientações, guias e outros materiais sobre Justiça Restaurativa:

<http://www.justica21.org.br/>

<http://www.cdhep.org.br/>



“Na minha escola uma menina tímida estava sendo vítima de bullying porque usava a mesma meia todos os dias. Estava sendo ridicularizada e os colegas a chamavam de “pé-de-meia”. Iniciei um pré-círculo, ouvindo a menina e os ofensores e combinamos um círculo restaurativo. No dia do círculo, todos ficaram juntos: a vítima e os ofensores. A primeira a expor seus sentimentos foi a vítima. Ao ouvi-la, os ofensores ficaram tímidos e colocaram-se no lugar da jovem. Comprometeram-se a parar de importuná-la e protegê-la caso alguém iniciasse tais constrangimentos. Depois de quinze dias, realizou-se o pós-círculo e a aluna parecia estar com uma aparência mais segura e agradeceu emocionadamente a mim e aos alunos. Ela se sentia mais feliz e mais incluída no ambiente escolar.”

Professora Rosane Aparecida Carvalho de Souza Oliveira, E.E Prof^a Maria Angela Batista Dias, Assis SP.



Atividades sugeridas

Atividade 1: Pesquisa sobre as expressões restaurativas

Vamos construir um glossário de expressões utilizadas para as práticas restaurativas?

Cada pessoa (ou grupo de até 5 pessoas), deve escolher três expressões abaixo relacionadas e procurar as suas definições (neste guia ou em outras fontes de pesquisa: internet, livros etc), trazendo-as por escrito.

As expressões são as seguintes: práticas restaurativas; justiça restaurativa; círculo de paz; círculo restaurativo; responsabilidade coletiva; rede primária de apoio; rede intersetorial; pertencimento; empoderamento; conflito; diálogo restaurativo; perguntar restaurativo; escuta ativa; facilitador; comunicação não violenta.

Atividade 2: Realização de um círculo restaurativo

Cada professor (ou grupo de professores, se forem da mesma escola) vai planejar, organizar e realizar um Círculo Restaurativo. Faça o registro da ocorrência, se possível fazendo uma filmagem, para que você possa avaliar o resultado (apenas cuidado para que a filmagem não seja indevidamente exposta ou divulgada nas redes sociais).

Roteiro:

- arrumar o facilitador (que pode ser o professor);
- preparar o círculo;
- quais recursos utilizados (telefonemas para as partes direta e indiretamente envolvidas, reuniões prévias, pré-círculo etc);
- quais foram as dificuldades e como elas foram trabalhadas;
- qual foi o caso levado ao círculo;
- quantas pessoas participaram do círculo;
- relatar as etapas do círculo;
- relatar as emoções vividas no círculo;
- relatar o resultado do círculo e se ele foi satisfatório e adequado;
- fazer uma avaliação da experiência.

Atividade 3: Construção de uma proposta de paz (págs. 53/55 da Cartilha Conte até 10 nas Escolas, também disponível em www.cnmp.mp.br/conteate10)

Sugestões para uma escola segura e pacífica

Para início de conversa, ao pensarmos num ambiente escolar seguro, restaurativo e protetivo, precisamos ir além de sabermos gerenciar positivamente os conflitos. É preciso também construir e fortalecer um espaço organizacional que permita alcançar estes objetivos. Para tanto, algumas ações são essenciais. Abaixo listamos algumas dessas ações, sem prejuízo de outras igualmente importantes:

1. aprimorar, fortalecer e priorizar a boa conexão entre escola-família-comunidade, principalmente com o fortalecimento dos Conselhos Escolares e com uma maior participação dos pais no espaço escolar;
2. realizar atividades contínuas que possam melhorar o vínculo interno nas unidades escolares e tornar pacíficos os ambientes escolares, sobretudo com o fortalecimento dos grêmios estudantis, dos conselhos escolares e de classe;
3. construir coletivamente as regras da convivência escolar, através de Círculos de Diálogos ou Assembleias;
4. democratizar a escola e tornar democráticos os espaços no sistema escolar;
5. fortalecer a cidadania e a participação nas atividades escolares, construindo canais que permitam o protagonismo de todos;
6. aprimorar o vínculo interno nas relações humanas, priorizando o diálogo e a cooperação entre todas as pessoas da comunidade escolar;
7. aperfeiçoar competências e habilidades que permitam uma boa comunicação e um bom diálogo entre todos;
8. construir soluções alternativas e pacíficas aos conflitos, para que não terminem em violência;
9. construção de conteúdos e de atividades pedagógicas que sejam contextualizadas e façam sentido para os alunos;
10. criar redes informais de apoio a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e manter uma boa articulação com a rede intersetorial de atendimento, da qual a escola também é parte.

Olhando para esses tópicos vamos perceber diversos pontos em comuns que convergem para a Gestão Democrática nas Escolas. Por isso, vamos falar um pouco desse assunto?

8.1. A Gestão Democrática nas Escolas

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.” Paulo Freire

A gestão democrática da escola é um dos princípios do ensino e está prevista na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional da Educação. Para haver uma gestão democrática na escola é fundamental a existência de espaços propícios para que as relações sociais entre os diversos segmentos escolares possam acontecer.

A gestão de uma escola envolve um processo contínuo de tomadas de decisões de diversos agentes (professores, pais, alunos, funcionários e a comunidade em geral). Logo, a construção desta gestão não deve ser um processo autoritário ou isolado, mas coletivo, com o envolvimento de todos os agentes nas discussões e nas decisões.

Por isso, é preciso fortalecer e exercitar as relações de parceria, o que nem sempre é fácil em uma cultura ainda pautada por relações de dominação, de mando, por estruturas verticalizadas e hierarquias rígidas. A construção de processos democráticos na educação, especialmente entre a escola e a sociedade, é um aprendizado contínuo.

A gestão democrática e participativa na escola apresenta-se como um dos aspectos fundamentais das condições de oferta de ensino com qualidade e, por isso, é essencial a participação da comunidade escolar para a resolução de problemas, planejamento e tomada de decisões.

Essa participação pode ser feita por meio dos conselhos escolares, das associações de pais e mestres, dos grêmios estudantis, dos conselhos de classe ou das assembleias etc. Democracia na escola significa decisões compartilhadas. Daí a importância da implementação de mecanismos de participação para a formação de uma nova cultura escolar.

Em suma, democracia na escola e processos de participação significam:

- acolhimento e respeito pelas normas;
- aprimoramento dos processos de provimento ao cargo de Diretor;
- criação e consolidação de órgãos colegiados na escola (Conselhos Escolares, Conselho de Classe etc);
- fortalecimento da participação estudantil por meio da criação e consolidação de grêmios estudantis, das assembleias, dos círculos de diálogo, dos representantes da escola e de turma;
- a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola;
- a progressiva autonomia da escola.

A gestão democrática está prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Contudo, vale ressaltar que não se desenvolve uma gestão democrática apenas porque as normas mandam. Em pleno século XXI, a democracia ainda é um desafio da gestão escolar. Por isso, é preciso incentivar a ação da comunidade e das famílias nos processos de gestão escolar, pois para cumprir a sua função social, a escola precisa planejar e definir com a comunidade as demandas de curto, médio e longo prazos.

8.2. Projeto político-pedagógico (PPP)

Toda escola tem metas, objetivos e sonhos a serem realizados. O conjunto dessas metas e os

meios para realizá-las é o que dá forma ao projeto político-pedagógico. Por isso, o chamado PPP serve como referência e um norte para os agentes envolvidos na ação educativa da escola e não deve ser feito apenas para cumprir uma formalidade e ficar guardado na gaveta.

O projeto político-pedagógico é um mecanismo eficiente que servirá de base para o planejamento escolar, além de reunir pessoas e recursos para a efetivação das metas e dos ideais da escola. Contudo, é preciso que a escola tenha plena consciência da sua identidade e que o PPP seja o resultado de uma construção coletiva envolvendo os vários agentes (educadores, equipe escolar e comunidade como um todo), os quais poderão pensar, planejar, executar e avaliar o seu próprio trabalho.

- Projeto - a palavra projeto traz a ideia de futuro, ou seja, de plano, de intenções. Por isso, falamos “projetar o futuro”. Portanto, é projeto, pois reúne planos e propostas de ações orientadas a serem executadas por um período de tempo, como um compromisso da escola.
- Político – é político porque, como ressalta Gadotti (1998, p. 16): “Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola”.
- Pedagógico – é pedagógico porque define a organização da escola para o que ela pretende ser e realizar, o que exige sistematização das atividades e projetos educacionais necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

O projeto político-pedagógico (PPP) refletirá o plano geral da escola e os caminhos para a sua plena autonomia e identidade; a sistematização de um processo de planejamento participativo; a manifestação de vontade de todos os atores que participaram de sua elaboração; a cultura da escola e da comunidade em que está inserida.

São características do PPP: processo global, amplo e de avaliação permanente; coletivo e democrático, com a participação de todos. Trata-se de processo de longa duração e deve revelar uma constante articulação entre ação-reflexão-ação, num processo de construção continua. Possui como valores intrínsecos: democracia, respeito, responsabilidade, diálogo, seriedade, respeito, ética, justiça, disciplina, cooperação, diversidade, diferença, individualidade, esperança, participação etc.

8.3. Conselhos Escolares atuantes e fortalecidos: democratização da escola e construção da cidadania

Os Conselhos Escolares são os principais responsáveis pela democratização da escola. O Conselho Escolar reflete uma maior participação social e a gestão democrática da escola e é um espaço para discussão, negociação, encaminhamento das demandas educacionais.

São atribuições dos Conselhos deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola e analisar as ações a serem empreendidas e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola.

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2004) os Conselhos Escolares são órgãos colegiados constituídos por representantes da comunidade escolar (professores, demais funcionários e alunos) e da local (pais ou responsáveis pelos alunos), cuja principal atribuição, para além de suas funções consultivas, fiscais e de mobilização, é a deliberação sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras da escola. Assim, podem (e devem) participar do conselho escolar: pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores da escola. A participação nos conselhos é um excelente meio de envolvimento da família na vida escolar.

O Conselho Escolar tem a função de opinar e decidir sobre questões relacionadas à qualidade da escola e do ensino. Ele é o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática da escola. Tem como importante missão acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e o processo de ensino-aprendizagem. Por exemplo: os conselhos acompanham o funcionamento da escola e o aprendizado dos alunos, discutem currículo, analisam resultados de provas, sugerem atividades para melhorar o ensino e verificam se o dinheiro está sendo bem aplicado.

O Conselho é um instrumento de tradução dos anseios da comunidade. Por isso é fundamental que o conselho congregue em si a síntese do significado social da escola, para que possa constituir a voz da pluralidade dos atores sociais a quem a escola pertence.

Em geral o conselho escolar deve participar da elaboração do projeto político-pedagógico e acompanhar o desenrolar das ações da escola, num processo permanente de acompanhamento e avaliação. Essa avaliação serve para um diagnóstico visando a manutenção e/ou revisão dos procedimentos e das práticas realizadas no dia a dia da escola.

O Conselho Escolar deve ter uma relação harmoniosa e responsável com os demais poderes constituídos, tais como a direção e outras instâncias de poder na comunidade escolar.



“...É importante trazer a comunidade à escola, empoderando-a para participar das decisões coletivas. Fazer algo como um “Café Pedagógico”, onde temas importantes sobre a escola serão debatidos com os pais, é um exemplo de aproximação possível. Importante para que esses encontros sejam positivos é o exercício de uma escuta ativa e valorizadora por parte da equipe escolar, considerando as diferenças de interesses como elementos propulsores de mudanças. Quando os pais participam de decisões sobre os rumos da escola e não somente da execução de tarefas, fica mais fácil o engajamento dos mesmos nas instituições e conselhos escolares.”

Profª Dra. Claudia Aparecida Sorgon Scotuzzi – Supervisora de Ensino do Estado de SP – Gestora Regional do Sistema de Proteção Escolar



Para saber mais sobre os Conselhos Escolares

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares - Cadernos 01 a 10. SEB/MEC, Brasília/DF, 2004.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12384&Itemid=655

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Diretrizes dos Conselhos Escolares.

Disponível em:

http://www.sme.fortaleza.ce.gov.br/educacao/files/2012/cartilha_diretrizes__conselho_09-02-12.pdf

8.4. Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil é uma organização democraticamente constituída em qualquer nível de ensino que representa os interesses educacionais, culturais, cívicos, esportivos e sociais dos estudantes em uma escola. O grêmio permite aos alunos vivenciar a democracia participativa, levando-os a discutir, criar e fortalecer as inúmeras possibilidades de ação, tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade.

Assim, o grêmio é também um importante espaço de aprendizagem de valores, de cidadania e de convivência, além de possibilitar a discussão de temas ligados à qualidade de ensino. Participar do grêmio é trabalhar de forma colaborativa. Um grêmio pode ter diversos objetivos, entre eles defender as propostas apresentadas pelos estudantes para a escola.

O grêmio escolar deve ser capaz de:

- contribuir para aumentar a participação e o protagonismo dos alunos da escola;
- organizar eventos que favoreçam os processos de integração e de aprendizagem;
- permitir ao jovem a experiência da democracia participativa e mostrar a ele a importância de participação na sociedade;
- levar o jovem a compreender seu papel na sociedade e a estimular seu senso crítico.

Um dos principais objetivos do grêmio é representar os alunos junto ao corpo docente da escola: professores, coordenadores e direção. Ele pode propor soluções, encaminhar propostas colaborativas ou mesmo participar, com as partes, como um mediador, na discussão de projetos para a escola.

Na defesa dos interesses individuais e coletivos dos alunos, os grêmios podem propor ideias e projetos e contribuir para a integração dos alunos. Além disso, como espaço de aprendizado e exercício de cidadania, é importante que o grêmio conte com o apoio e o suporte do corpo docente. Contudo, apesar da autonomia, ele deve seguir as regras da escola, visando manter uma boa relação com a comunidade escolar.

Estudos e pesquisas apontam o papel fundamental dos grêmios na redução da violência nas escolas, pois eles estimulam a colaboração e a solidariedade na comunidade escolar. Assim, uma escola democrática deve se preocupar em formar jovens ativos, responsáveis, protagonistas e capazes de solucionar as suas demandas e problemas por meio do diálogo, da negociação e da cooperação.



“.....o protagonismo juvenil tem sido um assunto de pauta quando pensamos na construção de um mundo melhor. Protagonista é o personagem principal, é aquele que participa da elaboração, da execução e da avaliação de ações propostas. Criar um ambiente onde a criança e o jovem possam dialogar e se sintam senhores de suas histórias possibilita a formação de cidadãos capazes e felizes. E esse é o papel de gestores e professores, no espaço escolar...”

Prof^a Dra. Claudia Aparecida Sorgon Scotuzzi – Supervisora de Ensino do Estado de SP – Gestora Regional do Sistema de Proteção Escolar

Trabalho em parceria e em rede para uma escola cidadã

9.1. É preciso cuidar mais de quem precisa de mais cuidado

A escola precisa ter uma boa gestão democrática e deve manejar bem as ferramentas para solucionar positivamente os conflitos. Ocorre, porém, que muitas vezes o desafio da escola é ainda maior: como resolver problemas (ou encaminhar) aqueles jovens que estão com transtornos psiquiátricos, com dependência química, com distúrbios psíquicos, com agressividades crônicas, entre outros problemas mais complexos e de difícil solução?

A escola deve ser inclusiva e necessita se preparar para cuidar destas pessoas, seja para ajudá-las no próprio espaço interno da escola, seja para encaminhá-las para a rede protetiva, como por exemplo, para os serviços de saúde da comunidade. O primeiro passo é entender que este é, também, um problema da escola.

Além de todas as ferramentas e mecanismos já sugeridos (círculos restaurativos, círculos de diálogo etc), a escola pode fazer um diagnóstico individualizado desses alunos, para saber, ainda que seja sem um aprofundamento, o que está acontecendo na vida desta criança ou adolescente! Através de entrevista(s) reservada(s) com um representante da escola, com quem o aluno tem um bom relacionamento, é possível preencher uma ficha confidencial, para ficar no prontuário do aluno, com dados básicos da vida daquela pessoa. Essas entrevistas reservadas e feitas através de diálogo, ajudam a dar um norte para saber porque aquela pessoa está apresentando problemas e desajustes.

A partir deste diagnóstico mínimo, será possível tomar as providências para ajudar na solução desses problemas, no próprio âmbito da escola, com o apoio da família, ou então com o apoio da rede protetiva (rede primária ou secundária de apoio). Assim, a escola estará cuidando com mais atenção de quem necessita de mais cuidado.

Como observou Leonardo Boff, “o que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro” (BOFF, 1999, p. 33). Cuidar de quem precisa de mais cuidado é um dever de todos nós e a escola é o local ideal para detectar todo tipo de violência contra a criança e adolescente, fazer a intervenção necessária e ajudar na política de atendimento.

9.2. Políticas de atendimento

A única forma de uma sociedade melhorar é cuidando bem das suas crianças e adolescentes. Por isso, eles têm prioridade absoluta, em tudo, para a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

As crianças e adolescentes devem ainda ser protegidas de todo tipo de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Brasil tem leis modernas para garantir os direitos das crianças e adolescentes. Entretanto, é necessário avançar muito para respeitar os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que norteiam as políticas de atendimento. Esses princípios são: proteção integral, concepção de sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, prioridade absoluta e superior interesse da criança e do adolescente.

A proteção integral e a prioridade absoluta compreendem:

- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

A política de atendimento prevê um conjunto de ações articuladas de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Prevê, ainda, uma ação fortalecida entre o sistema de garantias e direitos da criança e do adolescente, a rede de proteção integral à criança e ao adolescente, os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares.

Portanto, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente envolve o trabalho de diversos órgãos e autoridades, em múltiplas ações e articulações, com igual responsabilidade na apuração e solução, visando a efetivação desses direitos.

Como dissemos, a escola não fica fora desse importante trabalho conjunto; ao contrário, a escola é um local muito privilegiado para uma intervenção precoce no apoio a crianças e adolescentes em situação de risco ou de vulnerabilidades e para tomar as providências necessárias.

9.3. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

A palavra sistema significa um conjunto de elementos interconectados, de modo a formar um todo, uma estrutura organizada. O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) é a articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Em outras palavras, o SGDCA significa a articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil; a aplicação de instrumentos normativos; o funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente a atuação nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

O SGDCA é dividido em eixos. Para facilitar o entendimento, podemos dividi-lo em três partes, como se fosse um caminhão dividido em três eixos, cada um responsável por uma parte do trabalho: Eixo da Promoção, Eixo da Defesa e Eixo do Controle.

Eixo da Promoção (ou do Atendimento)

Tem como objetivo dar acesso a políticas sociais e de proteção, de prestar serviços, de cuidar e proteger as pessoas envolvidas na situação de violência/negligência (a vítima, o acusado/ofensor, os familiares).

Os atores deste eixo são as instituições executoras de políticas sociais (os Ministérios, as Secretarias Estaduais e Municipais na área da saúde, educação, assistência social, trabalho e profissionalização, cultura etc.) e de serviços e programas de proteção especial, inclusive as ONGs que atuam nessas áreas.

Eixo de Defesa

Este eixo cuida para que as pessoas e os órgãos públicos façam a sua parte para a garantia da defesa dos direitos e dos adolescentes em situação de risco. Se por acaso alguma entidade que deveria proteger a criança e o adolescente não está fazendo a sua parte, entra a mão pesada do Eixo da Defesa para cobrar respostas, inclusive com responsabilização pelos atos.

Fazem parte deste eixo: os Conselhos Tutelares, as Varas da Infância e Juventude, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os órgãos de Segurança e Polícias e os Centros de Defesa.

Eixo do Controle

Este eixo vigia o cumprimento do ECA. Visa responsabilizar judicialmente os autores (adolescentes ou adultos) de violações de direitos da criança e adolescente e ao ECA. Temos o controle formal, exercido pelos órgãos governamentais, tais como Delegacia de Polícia (inclusive especializadas), Varas Criminais, Ministério Público, Vara da Infância (quando o autor da infração é adolescente); temos ainda o ECA.

9.4. Fluxos

Vimos que o Sistema de Garantia de Direitos é dividido em eixos e cada ator tem a sua responsabilidade. Para a política de atendimento ser adequada e cada ator cumprir a sua parte, nós falamos em fluxos. E o que é um fluxo? É um caminho a ser seguido. É como uma estrada que precisa ser percorrida, ou seja, uma sequência de passos que precisam ser feitos para garantir o atendimento à criança e ao adolescente.

O fluxo de atendimento é uma ferramenta da lei e tem como referência o ECA e outras leis protetivas. Cada entidade responsável pelos eixos do Sistema de Garantia de Direitos deve seguir os fluxos, para evitar falhas no atendimento. Em suma: seguir o fluxo é trabalhar para que as coisas deem certo.

A Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores e Defensores da Infância e Juventude (ABMP) elaborou um completo caderno com fluxos operacionais a partir de ocorrências de fatos que envolvam crianças e adolescentes. Você pode acessar o material completo no link http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/convivere/aprender/Documentos/caderno_fluxos_operacionais.pdf.

Além de conhecer os fluxos as serem percorridos, os eixos precisam trabalhar de forma harmônica, pois são componentes de um sistema. Para funcionar bem, eles precisam estar integrados e

ativos em torno de um único objetivo: garantir os direitos da criança e do adolescente. Para isso, é necessário o trabalho em rede, que vamos chamar de Rede de Proteção.

Rede de Proteção é a atuação integrada de diversas instituições visando à promoção e a proteção dos direitos da criança e adolescente. Vamos falar um pouco mais sobre esse trabalho em rede?

9.5. Trabalho em rede

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança” Provérbio Africano

Rede, do latim *rete*, tem inúmeras concepções, mas todas guardam significado com a imagem de fios, malhas que formam um tecido comum. São exemplos de redes sociais: rede familiar, rede de vizinhança, rede comunitária, rede de comunidades religiosas, rede de categorias profissionais, rede de proteção criança e adolescente, redes sociais na internet etc.

Para o nosso tema, rede é uma forma de organização entre pessoas ou instituições, que buscam, de maneira horizontal, cooperar entre si, em torno de objetivos específicos. O trabalho em rede permite uma maior troca de informações e de apoios, uma vez que a articulação conjunta em rede potencializa um melhor rendimento e eficiência no resultado do trabalho pretendido.

Com efeito, muito valorizado, sobretudo nos últimos anos, como um significativo avanço humano na organização da sociedade, o trabalho em rede é uma concepção de trabalho integrado e intersetorial que permite trocas de informações, articulações em geral e implementação de ações conjuntas por meio de diversas instituições governamentais e não governamentais. A escola pode (e deve) trabalhar em rede. Deve contar com a rede primária de apoio e com a rede secundária de apoio (rede protetiva).

Rede primária de apoio

A escola pode contar com as redes primárias de apoio que são aquelas formadas por pessoas próximas à criança e adolescente, tais como família, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, voluntários da comunidade etc.

Quando falamos em família, não estamos nos referindo apenas aos pais e irmãos da criança ou adolescente, mas também àqueles parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. É o caso de tios, avós, primos etc. Quando queremos nos referir a esses parentes próximos, usamos a expressão família extensa ou ampliada.

Detectar essa rede primária de apoio e envolvê-la como parceira, é utilizar-se do capital humano que existe próximo da escola. Além de ajudar na aproximação da escola com a comunidade, muitas pessoas podem ajudar a escola em projetos de apoio, no atendimento pontual de casos, em mediações, círculos restaurativos, entre outros.

Tanto o ECA como a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) ressaltam a importância da família extensa (ou ampliada) e da comunidade no apoio, no cuidado e proteção de crianças e adolescentes e de pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Esse suporte é essencial, por exemplo, em casos de vitimização, para apoio social e emocional.

Todas as comunidades nas quais as escolas estão inseridas sempre possuem seus pontos fortes, podendo ser eles talentos humanos; vocação econômica e produtiva; elementos naturais; organização social existente; líderes; aspectos geográficos, dentre outros.

A escola lida constantemente com inúmeros conflitos e tensões envolvendo diversos aspectos que extrapolam o ambiente escolar. Para dar conta destas questões ela deve acionar os recursos disponíveis na rede e na comunidade, sendo imprescindível conhecê-los.

Diante disso, como reflexão e como um primeiro passo, é interessante que os educadores encontrem na comunidade onde se situa a sua escola, os atores que poderiam fazer parceria com ela, para atuar conjuntamente nos problemas e conflitos que esta apresenta.

Além dos tradicionais parceiros, tais como os Conselhos Escolares e as associações de pais e mestres, a escola deve ainda identificar as referências fortes na comunidade, sejam elas do poder público ou da sociedade civil. Enfim, deve descobrir na própria comunidade fontes de apoio para fazer parcerias e alianças, buscando enfrentar os problemas encontrados no âmbito escolar, que, consequentemente, também atingem toda a comunidade.

Rede protetiva

A rede protetiva é aquela formada por todos os órgãos, governamentais e não governamentais, encarregados de zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Além dos recursos humanos e sociais da própria comunidade, a escola precisa estar conectada com os programas sociais, os equipamentos governamentais e não governamentais existentes, ou seja, a própria rede de serviços como um todo.

O trabalho em rede denota uma nova concepção e filosofia. Ele é horizontalizado; pressupõe uma interação lateral e não hierárquica; as relações são voluntárias, portanto, sem comandos rígidos. No trabalho em rede temos multilíderes que se regem pelo autocontrole e com flexibilidade. Apesar de sua importância, o trabalho em rede é permeado de inúmeros desafios.

Dicas para que o educador possa participar de um eficiente trabalho em rede:

- é preciso conhecer a rede;
- deve-se acionar a rede;
- estar aberto e participar quando for acionado;
- é preciso conectar-se e promover conexões. O trabalho em rede exige que todos sejamos protagonistas e proativos. Temos que servir de ponte: apresentar pessoas e promover encontro de projetos;
- pontos de vistas diversos, opiniões diferentes, concepções distintas para uma ação conjunta, são exemplos de dificuldades no trabalho em rede. Por isso é preciso respeitar a diversidade;
- é preciso exercer a liderança, sem subordinar e sem ser subordinado;
- é importante ser humilde;
- é preciso participar ativamente e cooperar para produzir coordenação eficaz;
- é necessário cultivar vínculos de amizade.

Em síntese: a formação de uma rede de serviços é a melhor forma de proteção de crianças e adolescentes, porque o trabalho em rede permite:

- o compartilhamento de ações, superando preconceitos;
- a previsão de possíveis consequências;
- a responsabilidade compartilhada;
- uma real perspectiva quanto à complexidade das situações;
- um olhar multirreferencial sobre as situações;
- o real caráter multidimensional dos fatos sociais e humanos;
- oportunidade para o diálogo entre os serviços e entre esses e os usuários;
- o rompimento do caráter hierárquico dos sistemas, garantindo a necessária horizontalidade;
- mais clareza aos aspectos políticos que envolvem a definição das políticas de atendimento.

É na escola que se concentra a maior parte das crianças e adolescentes de um bairro e, na maioria das vezes, os educadores são os primeiros a detectarem as situações de risco ou vulnerabilidades envolvendo crianças e adolescentes.

Por esse e outros motivos, a escola precisa fazer parte da rede e se adequar às rotinas de reuniões e discussões de casos. Precisa, ainda, conhecer os locais de atendimento, os quais podem facilmente ser obtidos na internet.

9.6. Um pouco mais sobre alguns importantes órgãos da rede

9.6.1. Sistema Único de Assistência Social (Suas)

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), instituiu o Sistema Único de Assistência Social (Suas), regido pela Lei 12.435/11. O Suas é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

A família no centro das atenções do Suas!

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a família é definida como “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa ser cuidada e protegida”. Com a família na primazia das suas atenções, o Suas estabelece dois níveis de proteção social para assegurar à criança e adolescente o direito à convivência familiar: i) básica, de caráter preventivo; e ii) especial, quando ocorrem violações de direitos.

Como a escola é parte integrante da rede protetiva, é importante que o educador conheça esses níveis de proteção. Vamos lá?

Os serviços de proteção social básica são aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo os vínculos internos e externos de solidariedade, que ainda não foram

rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. Esses serviços têm como objetivos:

- prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- atender à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Quem executa os serviços de proteção social básica são os Centros de Referência de Assistência Social (Cras). Os Cras são unidades públicas estatais de base territorial, localizados em áreas de vulnerabilidade social, que abrangem um total de até 1.000 famílias/ano. Os Cras executam os serviços de proteção social básica, organizam e coordenam a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.

O principal serviço oferecido pelo Cras é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), cujas formas de acesso são as seguintes: por procura espontânea; por encaminhamento da rede socioassistencial do Suas ou por encaminhamento das demais políticas públicas e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Os principais objetivos do Paif são:

- fortalecer a função protetiva das famílias;
- prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários;
- promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais e aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares;
- contribuir na melhoria da qualidade de vida.

Desta forma, pessoas ou famílias que precisam de serviços de referência, no âmbito da assistência social devem procurar o Cras mais próximo. O órgão conta com diversos profissionais assistentes sociais, psicólogos, estagiários etc.

Os serviços de proteção social especial de média complexidade são aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, tais como serviços de orientação e apoio sociofamiliar, abordagem de rua, entre outros.

Estes serviços demandam maior especialização no acompanhamento familiar e maior flexibilidade nas soluções protetivas.

Requerem, ainda, intensa articulação em rede para assegurar efetividade no atendimento às demandas da família e sua inserção em uma rede de proteção necessária para a potencialização das possibilidades de superação da situação vivida.

Por fim, os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu

núcleo familiar e, ou, comunitário, tais como: programas de acolhimento institucional (abrigos e casas-lares), de acolhimento familiar (ou famílias de apoio), trabalho protegido, entre outros.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) são unidades de Assistência Social coordenadoras e articuladoras de serviços de proteção social de média e alta complexidade, onde, via de regra, devem ser executados programas como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi). Eles contam com uma equipe especializada, formada por assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, estagiários, advogados etc. São objetivos do Creas:

- articular os serviços de média complexidade e operar a referência e a contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e demais instituição que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e movimentos sociais;
- prestar atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes;
- atender adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;
- produzir material educativo.

O público-alvo das ações do Creas são:

- crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual;
- crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual, negligência);
- famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) que apresentem dificuldades no cumprimento das condicionalidades;
- crianças e adolescentes que estejam sob “medida de proteção” ou “medida pertinente aos pais ou responsáveis”;
- crianças e adolescentes em cumprimento da medida de proteção em abrigo ou família acolhedora, e após o cumprimento da medida socioeducativa, quando necessário suporte à reinserção sociofamiliar;
- adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade;
- adolescentes e jovens após cumprimento de medida socioeducativa de Internação, quando necessário suporte a reinserção sociofamiliar.

9.6.2. Unidades Básicas de Saúde – UBS

As unidades básicas de saúde podem ser:

1. **Unidade de Saúde da Família:** unidade pública específica para prestação de assistência em atenção contínua, programada nas especialidades básicas e com equipe multidisciplinar para desenvolver as atividades que atendam às diretrizes da Estratégia Saúde da Família do Ministério da Saúde. Conta com a presença dos agentes comunitários de saúde.

2. **Posto de Saúde:** unidade destinada à prestação de assistência a uma determinada população, de forma programada ou não, por profissional de nível médio, com a presença, intermitente ou não, do profissional médico.
3. **Centro de saúde/unidade básica de saúde:** unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral a uma população, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior. A assistência deve ser permanente e prestada por médico generalista ou especialistas nessas áreas. Pode ou não oferecer Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia (SADT) realizados por unidades vinculadas ao SUS e pronto atendimento 24 horas.

9.6.3. Centro de Atenção Psicossocial – Caps Adulto

É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos para pessoas com transtornos mentais severos e/ou persistentes. Oferece atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Deve incluir ações dirigidas aos familiares.

Para ser atendido num Caps, pode-se procurar diretamente esse serviço ou ser encaminhado pelo Programa de Saúde da Família ou por qualquer serviço de saúde. A pessoa pode ir sozinha ou acompanhada, devendo procurar, preferencialmente, o Caps que atende à região onde mora.

9.6.4. Centro de Atenção Psicossocial – Caps Álcool e Drogas

É um serviço que oferece atendimento diário a pacientes que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. Desenvolvem uma série de atividades que vão desde o atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros) até atendimentos em grupo ou oficinas terapêuticas e visitas domiciliares. (Fonte: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=925, acesso em janeiro de 2014)

9.6.5. Centro de Atenção Psicossocial – Caps Infantil

O Caps é um serviço de atenção diária destinado ao atendimento de crianças e adolescentes com condição psíquica gravemente comprometida. O tratamento deve ter sempre estratégias e objetivos múltiplos, preocupando-se com a atenção integral a essas crianças e adolescentes, o que envolve ações não somente no âmbito da clínica, mas também ações intersetoriais.

O tratamento tem mais probabilidade de sucesso quando a criança ou adolescente é mantida em seu ambiente doméstico e familiar. (Fonte: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=925, acesso em janeiro de 2014)



Para saber mais sobre a saúde da criança e do adolescente, vide os manuais nos seguintes links:

- http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/06_0004_M.pdf
- http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/crianca/0004/pro_adolesc.pdf
- <http://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/saude/Manual%20de%20aten%C3%A7%C3%A3o%20a%20saude%20do%20Adolescente.pdf>
- http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf

Sobre saúde na escola:

- http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf

Você sabia?

O “Disque 100” recebe e encaminha denúncias de violação de direitos humanos de todos os estados brasileiros. Em relação à criança e ao adolescente, o atendimento é feito 24 horas.

Trata-se de um canal de comunicação da sociedade civil com o poder público para fazer denúncias de ocorrências. Começou com o objetivo de atender denúncias de violações sexuais contra crianças e adolescentes e ampliou o atendimento para Grupos Sociais Vulneráveis, tais como crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiências, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e população em situação de rua.

O serviço é gratuito e além de receber denúncias oferece orientações, dá sugestões, informa sobre serviços públicos, entre outros. Basta ligar “100”.

Para saber mais vide:

http://portal.sdh.gov.br/downloads/cartilha_disque_100_leitura.pdf

9.6.6. Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar é o órgão permanente, autônomo e não jurisdicional (que não integra o Judiciário) encarregado pela sociedade de cuidar e fiscalizar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. É órgão de atuação no âmbito municipal.

As atribuições do Conselho Tutelar estão previstas no artigo 136 do ECA. Vejam que ele não executa programas de atendimento; ele zela pelos direitos da criança e do adolescente.

Vamos conferir algumas das atribuições do Conselho Tutelar?

- atender as crianças e adolescentes em situações de risco ou vulnerabilidade a aplicar as medidas protetivas cabíveis (artigo 101, I a VII);
- atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, tais como encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, inclusão em programa de tratamento de alcoólatras ou toxicômanos etc;
- requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- requisitar certidão de nascimento e óbito de crianças e adolescentes;
- encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente (ECA, art. 136, IV);
- fiscalizar as entidades de atendimento (ECA, art. 95);
- iniciar os procedimentos de apuração de irregularidades em entidades de atendimento, através de representação (ECA, art. 191);
- iniciar os procedimentos de apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente (ECA, art. 194);
- assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente (ECA, art 136, IX);
- representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural (ECA, art 136, XI).

O Conselho Tutelar e a Escola

Quando os problemas que envolvem os alunos e as buscas de soluções fogem da competência da escola, o parceiro de plantão é o Conselho Tutelar, com quem a escola deve ter grande proximidade.

O artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) confere aos dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Educação Infantil o dever de comunicar ao Conselho Tutelar os casos maus-tratos envolvendo os alunos, reiteração de faltas injustificadas e evasão escolar, além dos elevados níveis de repetência. Mas atenção! Só se deve comunicar e encaminhar os casos nos quais a escola esgotou completamente as possibilidades de solução!

Por outro lado, não podemos esquecer que a escola faz parte da Rede Protetiva e pode encaminhar diretamente os casos para os órgãos de saúde, trabalho, assistência social ou outros órgãos do Sistema de Garantias de Direitos.



Para saber mais sobre os esses temas:

Sites:

- http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=925
- <http://www.promenino.org.br/Homes/Gloss%C3%A1rio/tabid/64/Default.aspx>
- http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/guia_pratico_conselheiro_tutelar_2a_edicao_2010.pdf
- http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/infanciahome_c
- http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/convivereaprender/Documentos/caderno_fluxos_operacionais.pdf
- <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes>
- <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>
- <http://www.secretariageral.gov.br/Juventude>
- <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-socialsnas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-dosservicos-socioassistenciais>

Elencamos a seguir algumas sugestões para incentivar e/ou fortalecer a existência da rede de proteção na sua escola.

Sugestões

- Faça uma pesquisa em seu bairro ou município sobre as organizações da rede de atendimento à criança e adolescente (posto de saúde, hospital, conselho tutelar, secretaria de assistência social, Ministério Público, Defensoria Pública, delegacia, corpo de bombeiros, polícia militar, associação de bairro, centro de referência etc);
- afixe em sua escola cartazes com endereço e telefones dessas redes e dos programas de atendimento;
- convide pessoas que trabalham nessas redes e programas para falar na escola sobre os tipos de serviços que prestam e a realidade desse tipo de atendimento.

Num contexto de trabalho efetivo em rede, muitas vezes até a expedição de ofícios chega a ser desnecessária, pois as reuniões periódicas de trabalho e a facilidade de dialogar com os outros serviços (solicitando avaliação e atualização de casos, encaminhamentos etc) são as formas mais produtivas e eficazes de resolver as questões que surgem no dia a dia escolar.

Veja o excelente material disponibilizado pela “Pro-menino”:



Para saber mais sobre o trabalho em rede:

- http://www.pro-menino.org.br/publ_redes/MOB.pdf

Texto: “**Rede: uma estrutura alternativa de organização**”, de Francisco Whitaker. Disponível em:

- http://inforum.insite.com.br/arquivos/2591/estrutura_alternativa_organizacao.PDF

Outros:

- http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/guiaescolar/guiaescolar_p085_086.pdf
- <http://www.ufrn.br/sites/engenhodesonhos/hipertexto/oquerede.htm>

Anotações



“ ... o trabalho em rede está presente nas diversas atividades que permeiam a sociedade atual e traz muitos benefícios para pessoas e instituições e não podia ser diferente quando falamos em escola. Criar uma rede primária de apoio à escola, com aproximação da comunidade, fortalecimento dos Conselhos Escolares e de instituições como a APM (Associação de Pais e Mestres) e o Grêmio Estudantil, é um caminho poderoso para tornar a escola um ambiente mais pacífico e que coloca em prática princípios democráticos... Também é importante a escola articular-se com as demais instituições de atendimento à criança e ao adolescente. Essa proximidade, apesar dos desafios, traz muitos benefícios para alunos e comunidade. A equipe escolar começa a conhecer e entender a criança e o adolescente no contexto social em que vivem e não somente nos espaços escolares...”

Profª Dra. Claudia Aparecida Sorgon Scotuzzi – Supervisora de Ensino do Estado de SP - Gestora Regional do Sistema de Proteção Escolar



Atividades sugeridas

Atividade 1: Dinâmica “A rede” (NUNES, 2011, p. 40)

Objetivo:

visualização das relações escolares e sociais, compreendendo a escola e a comunidade como um agrupamento de pessoas, interagindo entre si, na busca de objetivos comuns, de modo que o comportamento de um afeta ou pode afetar o dos demais membros.

Dinâmica:

Em círculo, um dos participantes, segurando um rolo de barbante, falará sobre o seu papel dentro da escola e na comunidade (estudar, pesquisar, cooperar, fazer amigos, brincar, jogar etc). Ao término de sua explicação, segurando a ponta do barbante, jogará aleatoriamente o rolo a outro participante, que também deverá falar e, assim, sucessivamente até que se forme uma “teia”, que propiciará uma visualização das relações escolares e comunitárias.

Discussão:

Reflexão sobre a importância de cada um no contexto familiar, escolar e comunitário e a necessidade da clareza e bom desempenho dos papéis que cada um possui.

Reflexão sobre os relacionamentos que funcionam como uma engrenagem, em que cada membro é parte integrante do processo, influenciando e sendo influenciado.

Atividade 2: Fontes de apoio na comunidade - reflexão para os professores

A escola é parte integrante da rede de serviços do município e do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Ao assumir este papel a escola precisa se relacionar com todos os serviços envolvidos na rede, sejam eles de assistência social, saúde, dentre outros. Por isso, como já mencionamos, é importante a escola trabalhar em parceria com os recursos e atores que atendem crianças e adolescentes no município.

Todas as comunidades nas quais as escolas estão inseridas sempre possuem seus pontos fortes, como vimos, e dispõem de recursos alheios que podem ser empregados em seu benefício, como os programas sociais, os equipamentos governamentais e não-governamentais existentes, ou seja, a própria rede de serviços socioassistencial.

É interessante que os professores encontrem na comunidade onde a sua escola se situe atores que possam fazer parceria com a escola para atuar conjuntamente nos problemas e conflitos que nela ocorrem; para que identifiquem as referências fortes na comunidade, sejam elas do poder público, do terceiro setor (associações, fundações etc) ou da própria sociedade civil; enfim, para que descubram na própria comunidade fontes de apoio para enfrentar os problemas encontrados no âmbito escolar, que, conseqüentemente, também atingem toda a comunidade.

Questionário para facilitar a reflexão

Quais os pontos fortes da comunidade onde a escola está inserida?

() Talentos Humanos: _____

Dentre os equipamentos a seguir, quais os disponíveis na comunidade?

() Caps () Creas () UBS () PSF

() Cras () Associação de moradores

() Grupos de jovens () Instituições religiosas ativas

() ONG:

Quais? _____

() Outros:

Quais? _____

A comunidade possui lideranças ativas? Existem pessoas que são referência para os moradores da região, tais como líderes religiosos, comunitários?

A região dispõe de locais de lazer, tais como: praças, quadras esportivas, centros culturais, dentre outros? Se sim, quais?

Existe alguma vertente musical ou esportiva que seja importante para os moradores?

Existe algum outro aspecto na comunidade que você acredita que possa estabelecer uma parceria com a escola e contribuir para uma mudança social?

Adolescente e ato infracional

Por fim, vamos neste capítulo falar um pouco sobre o adolescente e o ato infracional, seja praticado na escola ou fora dela. Do ponto de vista legal, a situação do adolescente que comete ato infracional tem se alterado ao longo do tempo. Já tivemos períodos de absoluta repressão e agora adotamos o sistema preventivo, com base na Doutrina da Proteção Integral, sob a influência dos preceitos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Essa doutrina estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos de plenos direitos e não mais meros objetos de intervenção por parte do Estado. Além disso, são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, a exigir proteção especial. Essa proteção e o respeito aos direitos é dever da família, da sociedade em geral e do Estado.

Considera-se, para os efeitos do ECA, criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Quando uma pessoa maior de 18 anos pratica um crime ou contravenção penal ela responde a um inquérito policial que é encaminhado ao Ministério Público e o Promotor de Justiça poderá processá-la pela conduta. Ao final do processo, comprovada a sua culpa, a ela poderá ser aplicada uma pena pelo juiz criminal. Assim, falamos que o adulto é imputável, ou seja, a ele pode ser imputado um crime ou uma pena prevista em lei. Crime ou contravenção penal é tudo aquilo que está previsto como delito no Código Penal ou em outras leis.

Quando uma criança ou um adolescente pratica uma conduta descrita na lei como crime ou contravenção penal dizemos que eles praticaram um ato infracional. As pessoas menores de 18 anos, na data do fato, são penalmente inimputáveis, ou seja, a eles não são imputados crimes nem penas, mas as medidas socioeducativas ou protetivas previstas no ECA.

As crianças que cometem ato infracional estão sujeitas às medidas de proteção previstas no artigo 101 do ECA, porque se presume que elas estão em situação de risco e vulnerabilidade pessoal ou social, ou seja, ameaçadas ou violadas em seus direitos. Essas medidas são aplicadas pelo Conselho Tutelar ou pelo Juiz da Infância e Juventude.

Se o ato infracional for praticado por adolescente, com idade entre 12 e 18 anos de idade, ele responderá pelo ato e estará sujeito a uma medida socioeducativa. O ECA prevê aos adolescentes um sistema de responsabilização específico. Isto não quer dizer que esse sistema leva à impunidade. Muitas vezes ele chega a ser mais rigoroso do que o sistema punitivo para adultos.

Esse sistema é diferenciado para atender essa pessoa em peculiar situação de desenvolvimento. As medidas socioeducativas têm caráter pedagógico.

A Lei 12.594/12 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, também chamado de Sinase. Ele é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve a apuração do ato infracional e a execução das medidas socioeducativas.

O ECA estabelece a adoção das seguintes medidas socioeducativas (artigo 112 do ECA): I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV -

liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

As medidas socioeducativas têm caráter pedagógico, visam reinserir os jovens infratores na sociedade e buscam inibir a reincidência. A sua aplicação leva em consideração as circunstâncias e a gravidade da infração praticada, bem como a capacidade do adolescente em cumpri-las.

10.1. A escola e o adolescente em conflito com a lei

A escola tem o potencial de ser uma grande parceira no processo de atendimento e (re)integração dos adolescentes em conflito com a lei. Observamos que esta responsabilidade é de todos: da família, do Estado e da sociedade.

Para os adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, principalmente a prestação de serviços à comunidade (PSC) e a liberdade assistida (LA), a escola tem um papel determinante para o sucesso da aplicação dessas medidas, pois é espaço de acolhimento e sociabilização.

Aos adolescentes em cumprimento ou que acabaram de cumprir medidas em meio fechado ou semiaberto, a escola é espaço de grande importância no processo de (re)inclusão social, pois é responsável pela construção ou manutenção de significados.

Para o sucesso do trabalho escolar com esses adolescentes, que cometeram atos infracionais ou estão em cumprimento de medida socioeducativa, é importante superar as barreiras para o acolhimento e quebrar resistências. Vamos refletir um pouco sobre isto?

Versão estigmatizada sobre o adolescente

No imaginário popular o adolescente infrator é vagabundo, marginal e indesejável criatura que ninguém quer por perto. Todos querem vê-lo excluído.

O primeiro passo é superar essa visão estigmatizada sobre o adolescente infrator. O adolescente não comete ato infracional porque gosta. Por trás de todo adolescente infrator há quase sempre uma história muito triste e uma realidade muito dolorosa, de vulnerabilidade pessoal, familiar e social.

É preciso separar a pessoa da conduta! Enfrentar esse estigma e acolher o adolescente infrator com muita atenção e humanidade vai ajudá-lo na superação das dificuldades e vai fazê-lo sentir-se parte da comunidade educativa. Ele vai passar a ver a escola como espaço de proteção e acolhimento; como local privilegiado de proteção e desenvolvimento humano; num lugar que promove a dignidade e o respeito.

Por isso é preciso entender que esse adolescente pode ressignificar e mudar o seu estilo de vida. Basta acreditar nisto e ter a certeza de que a escola é um privilegiado local para o desenvolvimento integral do adolescente para o exercício da responsabilidade.

Hiperdimensionamento

É preciso evitar o hiperdimensionamento dos fatos envolvendo os adolescentes que praticaram ato infracional. Sempre que se pensa em ato infracional ou em adolescente que passou pela polícia já vem a imagem do adolescente perigoso ou desajustado, que vai atrapalhar a convivência na escola.

Trabalhar bem a sua (re)integração e adaptação do adolescente ao ambiente escolar é um desafio com grande possibilidade de sucesso.

Mito da periculosidade

É preciso enfrentar o mito da periculosidade dos adolescentes em conflito com a lei, que é potencializado e realimentado pela mídia sensacionalista e pela sociedade, produzindo efeitos nefastos no processo de socioeducação.

A realidade nos mostra que, salvo exceção, os adolescentes altamente comprometidos com a criminalidade há muito tempo já estão fora da escola.

Mito da impunidade

Há uma falsa sensação de que os adolescentes infratores ou em conflito com a lei gozam de impunidade. Tal sensação pode ser desfeita com o real conhecimento da situação deles, verificando melhor aqueles que estão sendo acompanhados em medidas de meio aberto ou em unidades de internação.

Mentalidade punitiva

Trazemos como herança cultural a mentalidade do castigo, da necessidade de reparar o erro pela prática do castigo. Se alguém infracionou é preciso fazê-lo sofrer intencionalmente algo desvantajoso, oneroso para “pagar” pelo que fez.

Ocorre que a medida é socioeducativa, de caráter pedagógico, e não dá para pensar na punição como um meio para reforçar responsabilidade e cidadania. É preciso desconstruir a lógica do castigo puro e simples, como meio punitivo. O caminho é a persuasão do ofensor para assumir seu lugar social de convívio e a observância das regras sociais. Deve-se buscar a responsabilização e autorresponsabilização dos envolvidos em atos infracionais, sempre enxergando a humanidade no outro.

A escola pode

Educar e reeducar a criança e o adolescente para serem sujeitos de direitos; levar-lhes conceitos de limites e responsabilidades; da importância de restaurar o que foi danificado e de respeitar a vida do outro. Em suma, de ajudá-los no pleno desenvolvimento e na emancipação humana.

Todos podemos

Buscar mais caminhos do perdão e menos vingança; mais ações conjuntas e menos isolamento; mais restauração e menos punição; mais igualdade e menos competição; mais solidariedade e reconciliação.

10.2. Atos infracionais na Escola

Até aqui tivemos uma noção geral dos atos infracionais. Vamos agora refletir um pouco sobre os atos infracionais que ocorrem dentro do espaço escolar. O que temos percebido nos últimos anos é uma crescente judicialização dos conflitos escolares, com base numa cultura em que prevalece a punição.

O modelo punitivo, entretanto, não tem dado resultados satisfatórios. Por isso, cada vez mais as escolas têm se voltado para as formas consensuais e pedagógicas visando a solução dos conflitos que ocorrem em seus espaços.

A escola contemporânea, em razão da diversidade e da pluralidade de alunos, é palco constante de conflitos interpessoais. Embora sejam na maioria das vezes, de pequena gravidade, esses conflitos desagregam e perturbam o ambiente escolar. Por isso, deve a escola aprender a lidar com eles diretamente, de forma pedagógica e restaurativa, evitando acionar a polícia desnecessariamente. Nessa nova postura, a escola assume um importante protagonismo na solução pacífica de conflitos, resolvendo-os de forma rápida e conciliadora. Naturalmente, nos casos graves, em que não será possível a resolução pela escola, deve a direção comunicar o fato à autoridade policial.

Como vimos, a escola também é responsável pelo desenvolvimento das competências relacionais e é encarregada de formar valores e habilidades que fortaleçam as relações sociais. Por isso, uma tendência interessante é a escola afastar-se o quanto possível das práticas meramente punitivas e aproximar-se das práticas consensuais e restaurativas para a solução dos conflitos.

Para alcançar essa disciplina escolar que leve ao equilíbrio, talvez o maior desafio que ainda enfrentamos seja o da mudança cultural. Estamos acostumados com o modelo punitivo como forma de resposta aos conflitos. Entretanto, muita coisa tem mudado e as escolas têm se empenhado em criar bons e pacíficos ambientes.



Para saber mais:

Sugerimos a leitura e a realização, em sala de aula, das atividades propostas no capítulo 2 (Direitos e Deveres dos Adolescentes) da Cartilha Conte até 10 nas Escolas, (disponível em www.cnmp.mp.br/conteate10).

Sites:

- www.justica21.org.br
- www.ilanud.org.br
- www.promenino.org.br
- www.andi.org.br www.observatoriodainfancia.com.br



Atividades sugeridas

Atividade 1: Discussão com os alunos sobre uma vida mais harmoniosa (NUNES, 2011, p. 52)

Faça um cartaz com os tópicos abaixo.

Junte a turma em grupos de 5 pessoas cada um e peça a cada grupo para discutir um ou mais tópicos do quadro abaixo. Peça-lhes para que reflitam o quão importante seria seguir tais tópicos para uma vida mais feliz e harmônica.

Em seguida, com toda a turma em círculo, peça a cada grupo para fazer as suas conclusões sobre as suas respectivas frases; em seguida reflita e promova com eles um debate sobre cada uma das frases, tentando compreender o significado, a importância e o alcance das expressões.

Dez maneiras para se viver em harmonia [(adaptado de “Dez maneiras para viver restaurativamente”, de Howard Zehr, postados em seu blog em 27 de novembro de 2009: <http://emu.edu/blog/restorative-justice> / 2009/11/27/10-ways-to-live-restoratively (tradução livre)]).

- Leve a sério os relacionamentos, numa teia interligada de pessoas, instituições e meio ambiente;
- tente ser consciente do impacto – potencial e real - de suas ações sobre os outros e ao meio ambiente;
- quando as suas ações impactarem negativamente outras pessoas, assuma a responsabilidade de reconhecer e tentar reparar o dano - mesmo em situações nas quais você poderia fugir, evitando ou negando o ato;
- trate todos com respeito, mesmo aqueles que você não espera encontrar novamente, ou aqueles que você sente que não merecem ou que tenham prejudicado ou ofendido você ou outras pessoas;
- envolva as pessoas afetadas por uma decisão, tanto quanto possível, no processo decisório;
- veja os conflitos e os prejuízos na sua vida como oportunidades;
- ouça, profunda e compassivamente, as demais pessoas, buscando entendê-las, mesmo que você não concorde com elas;
- dialogue com os outros, mesmo quando o que está sendo dito está difícil, permanecendo aberto a aprender com os outros e com o encontro;
- seja cauteloso na imposição de suas "verdades" e opiniões sobre outras pessoas e situações;
- tenha sensibilidade para enfrentar as injustiças diárias.

Atividade 2: Enfrentamento da violência nas escolas (págs. 47/55 da Cartilha Conte até 10 nas Escolas, também disponível em www.cnmp.mp.br/conteate10)



Conclusão

Chegamos ao fim do nosso guia e esperamos que você tenha aproveitado. Muitos temas foram tratados apenas de forma introdutória e outros não puderam ser abordados. Os assuntos relacionados às práticas restaurativas e ao ECA são muito vastos e neste material demos apenas os primeiros passos.

Construir uma cultura de paz, de cooperação, de não violência e de resolução pacífica dos conflitos é um desafio permanente, que deve fazer parte de uma filosofia cotidiana de trabalho, sobretudo nas escolas, local ideal para que as crianças e jovens desenvolvam concretamente o aprendizado dos valores essenciais da convivência. Como disse Gandhi, “se queremos alcançar a verdadeira paz no mundo, devemos começar pelas crianças...”.

Esperamos que a escola possa trabalhar mais e melhor, como já tem feito, os valores do diálogo, da amizade, da cooperação, da solidariedade, do perdão e, entre outros, da paz!

Material complementar de apoio

1 - Modelo de guia do procedimento restaurativo

(adaptado do modelo existente em www.justica21.org.br)

Dados Gerais

() Círculo Restaurativo (com a participação da vítima)

() Círculo Restaurativo (sem a participação da vítima)

Unidade escolar:

Data do relatório:

Coordenador:

Co-coordenador (se tiver):

Nome do ofensor:

Nome da vítima:

Nome de outros envolvidos (se for o caso):

Pré-círculo

Informações gerais sobre o caso

Obter todas as informações possíveis sobre o caso através da leitura de documentos e de contatos informais para clarear a sua visão da realidade do que aconteceu.

Anotar as fontes de informações usadas:

.....
.....

Resumo do caso

Elaborar um resumo escrito dos fatos, contendo data, local e testemunhos. O resumo deve ser breve, preciso, objetivo e de fácil leitura.

Anotar o resumo dos fatos:

.....
.....

Relação de convidados para o círculo

Listar as pessoas que deverão participar do círculo (estimular a participação de várias pessoas). Além das partes envolvidas e seus apoiadores diretos (familiares, pessoas da escola, colegas, etc), é possível que existam outras pessoas que os envolvidos queiram incluir para ajudar a solucionar os conflitos.

Nome do convidado	Condição*	Endereço**	Bairro	Ata da visita/ contato
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				

* Condição: uso de siglas ao lado de cada nome: O – ofensor; V – vítima; AO – apoiador do ofensor; AV – apoiador da vítima; RE – referência escolar; RC – referência comunitária.

** O endereço deve ser detalhado, com rua, número, complemento, telefone residencial, celular, e-mail etc.

Convite aos participantes

- Realizar reuniões pré-círculo com o ofensor e a vítima.

Explicar os princípios das práticas restaurativas e os procedimentos: motivos, objetivos, participantes, expectativas, como será o encontro, condições, resultados, benefícios esperados, data, horário, local.

- Conferir o resumo dos fatos.

Anotações da reunião pré-círculo com o ofensor:

.....

.....

Anotações da reunião pré-círculo com a vítima:

.....

.....

Círculo

Dados gerais

Data: _____

Local: _____

Duração do encontro: _____

Acolhimento: saudações aos participantes e contatos iniciais. Dedicar especial atenção à recepção da vítima.

Instalação: quando todos estiverem em seus lugares, declarar a abertura dos trabalhos, agradecendo a presença de todos e convidando-os a se apresentarem.

Participantes: anotar dados das pessoas que realmente participaram do círculo.

Nome do participante	Condição*	Idade	sexo
1 -			
2 -			
3 -			
4 -			
5 -			
6 -			
7 -			
8 -			

* Condição: uso de siglas ao lado de cada nome: O – ofensor; V – vítima; AO – apoiador do ofensor; AV – apoiador da vítima; RE – referência escolar; RC – referência comunitária

Introdução

- Informar os participantes sobre o propósito do círculo (p. ex. “o que pretendemos neste círculo é que seja possível realizar uma compreensão mútua entre todos os envolvidos. Oportunizar que cada uma possa falar e ser escutado, responsabilizar-se pelas suas escolhas e finalmente fazer alguma combinação ou acordo. Este trabalho é baseado no diálogo e no respeito, sem julgamentos ou perseguições”);
- explicar os procedimentos básicos que serão seguidos;
- explicar o papel do facilitador (Por exemplo: “Meu papel será manter as etapas do processo, ajudar as pessoas a falarem, e a ouvirem umas às outras, e para registrar o acordo”);
- reforçar a importância da participação ativa de todos em todas as etapas que vão se seguir;
- ler o resumo dos fatos.

Momento 1 – foco na vítima

- A vítima fala sobre os seus sentimentos e as necessidades atuais decorrentes dos fatos;
- o ofensor diz o que ouviu a vítima dizer;
- a vítima confirma se o ofensor a compreendeu;
- a seguir, podem falar a respeito as pessoas da escola, da comunidade e de apoio à vítima.

Anotar manifestações mais relevantes:

.....

.....

Momento 2 – foco no ofensor

- O ofensor fala sobre os seus sentimentos e as suas necessidades atuais decorrentes dos fatos;
- a vítima diz o que ouviu o ofensor dizer;
- o ofensor confirma se a vítima o compreendeu;
- a seguir, podem falar a respeito as pessoas da escola, da comunidade e de apoio ao ofensor.

Anotar manifestações mais relevantes:

.....

.....

Momento 3 – foco nos fatos

- O ofensor fala sobre as necessidades que estava procurando atender no momento em que praticou os fatos;
- a vítima diz o que ouviu o ofensor dizer. O ofensor confirma se a vítima o compreendeu;
- a seguir, podem falar a respeito as pessoas da escola e da comunidade.

Anotar manifestações mais relevantes:

.....

.....

Momento 4 – acordo

- Esta etapa pode ser introduzida fazendo-se um resumo das anteriores, mediante a recapitulação das necessidades não atendidas manifestadas pelos participantes.

Anotar as necessidades não atendidas:

Nome do participante	Necessidade
1-	
2-	
3-	
4-	
5-	

- A seguir, o facilitador encorajará os participantes a fazerem propostas para um provável acordo que lide com as necessidades não atendidas antes registradas, para assegurar a reparação ou compensação das consequências da infração, e para que o fato não se repita;
- o acordo consiste num plano de ações positivas. Os compromissos devem ser concretos e quantificáveis, com prazos definidos e identificação do responsável por cada ação (o que, quanto, quem, como, quando, onde?);
- o ofensor fala se existe alguma coisa que ele poderia dizer ou fazer para a vítima;
- a vítima fala se aceita;
- a vítima fala se existe alguma coisa que poderia dizer ou fazer para o ofensor;
- o ofensor fala se aceita;
- as comunidades de apoio falam se há alguma forma de contribuir e apoiar no que foi proposto pelo ofensor e vítima.

* Descrever objetivamente cada compromisso assumido.

** Identificar o responsável pela ação.

Rascunhar a minuta do acordo:

Ação*	Participante responsável**	Condição***	Quando
1-			
2-			
3-			
4-			
5-			

*** Condição: uso de siglas ao lado de cada nome: O – ofensor; V – vítima; AO – apoiador do ofensor; AV – apoiador da vítima; RE – referência escolar; RC – referência comunitária.

- Depois da minuta, formalizar o acordo no formulário próprio, em três vias, a serem assinadas por todos. Entregar cópia para o ofensor, para a vítima e ficar uma com o coordenador;
- marcar data para o pós-círculo (ou informar que haverá uma reunião, visita ou contato para conferir o cumprimento do acordo).

Pós-círculo

O pós-círculo abrange a verificação do cumprimento do acordo, a documentação e a comunicação dos seus resultados.

Anotar o nome das pessoas, o meio de contato e a data da verificação:

Nome do participante	Meio de contato	Data
1-		
2-		
3-		
4-		
5-		

* Informar se a ação foi cumprida ou não, quando, como etc.

Anotar os resultados da efetivação do acordo:

Ação*	Nome do participante	Observação sobre o cumprimento do acordo*
1-		
2-		
3-		
4-		
5-		

Anotar observações e sugestões (resultados a destacar, dificuldades e justificativas apresentadas, sugestões de como viabilizar algum encaminhamento pendente, por exemplo, obtenção de vaga, inclusão em programa, realização de novo círculo restaurativo etc):

.....

.....

2 - Modelo de cartaz ou panfleto para motivar a inscrição de mediadores ou facilitadores voluntários de reuniões restaurativas (Texto de cartaz para afixar no pátio, na entrada na escola e na sala dos professores)

PARTICIPE DAS MEDIAÇÕES OU DOS CÍRCULOS RESTAURATIVOS!

Estudante, familiar de alunos, morador da comunidade, aposentados, profissionais em geral, funcionários da escola

SE VOCÊ É UMA PESSOA QUE SABE OUVIR OS OUTROS, SE INTERESSA EM AJUDAR, ACREDITA NO DIÁLOGO COMO FORMA DE RESOLVER PROBLEMAS, E QUER CONQUISTAR NOVOS HORIZONTES POR MEIO DE UM TRABALHO VOLUNTÁRIO, INSCREVA-SE NESTA ESCOLA (nome da escola), COM O FUNCIONÁRIO (nome do funcionário) PARA SER UM /A “MEDIADOR OU FACILITADOR DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS”.

Você irá receber as devidas orientações sobre como realizar este trabalho nesta escola.

Condições: ter o perfil adequado, ser morador da comunidade e ter disponibilidade para oferecer no mínimo 4 horas semanais de trabalho voluntário à escola.

Local: [Nome e Endereço da Escola; Falar com... (nome de quem recebe as inscrições)]

3 - Modelo de “Termo de Autorização”

TERMO DE AUTORIZAÇÃO (pode ser feito no ato da matrícula)

Eu,....., (pai, mãe ou responsável) pelo aluno da.....série, da Escola, autorizo o meu filho a participar de eventual reunião restaurativa para a qual for convidado na unidade escolar, a ser coordenado pela própria escola, e também das atividades de pesquisa destinadas a avaliar esta experiência.

4 - Necessidades e sentimentos

Nos métodos de resolução pacífica de conflitos é importante que os facilitadores ajudem as pessoas a detectarem as suas necessidades para separá-las dos seus sentimentos. É comum fazermos confusão entre as necessidades e os sentimentos: as necessidades são desejos e valores que estão gerando os nossos sentimentos; os sentimentos refletem como nós estamos nos sentindo em relação ao que estamos observando.

Marshall Rosenberg aponta a importância na comunicação não violenta de usarmos palavras que se referem a emoções específicas, em vez de palavras genéricas ou vagas. Para ele quando falamos que estamos bem isto pode significar uma ampla gama de significados, como alegre, aliviado, ou várias outras emoções. Palavras vagas são ruins para articular sentimentos, pois impedem as pessoas de se conectarem facilmente ao que podemos estar de fato sentindo (ROSENBERG, 2006, p. 72).

Abaixo uma relação de palavras para aumentar a nossa capacidade de articular bem os sentimentos e descrever estados emocionais. Essas palavras podem ser disponibilizadas em cartazes para o auxílio de todos. Eu me sinto... (exemplos citados por ROSEMBERG, 2006, p. 72 e seguintes)

POSITIVO (quando as necessidades estão sendo atendidas)	NEGATIVO (quando as necessidades não estão sendo atendidas)	POSITIVO (quando as necessidades estão sendo atendidas)	NEGATIVO (quando as necessidades não estão sendo atendidas)
Aceitado	Abandonado	Importante	Horrorizado
Admirado	Abatido	Incluído	Hostil
Agradado	Aflito	Inspirado	Impaciente
Agradecido	Amargo	Interessado	Indiferente
Alegre	Amedrontado	Merecedor	Insensível
Animado	Angustiado	Necessitado	Irado
Calm	Ansioso	Orgulhoso	Magoado
Compreensivo	Apático	Otimista	Mal-humorado
Confidente	Assustado	Paciente	Nervoso
Confortável	Aterrorizado	Pacífico	Oprimido
Contente	Atormentado	Poderoso	Pessimista
Encorajado	Bravo	Relaxado	Péssimo
Entusiasmado	Cansado	Respeitado	Receoso
Esperançoso	Chateado	Seguro	Sensível
Excitado	Ciumento	Surpreso	Solitário
Extasiado	Frustrado	Tranquilo	Tenso
Feliz	Furioso	Útil	Triste

Rosemberg (2006, p. 82) enfatiza que diversos conflitos podem ser evitados quando realmente estamos claros sobre o que nós necessitamos; porém, muitas vezes não temos de forma clara quais são as nossas necessidades. É essencial ao facilitador detectar quais as necessidades das pessoas, o que elas estão querendo e quais expectativas ou esperanças que não foram atendidas.

Abaixo listamos exemplos de necessidades, de forma a poder identificá-las, para que possam ser atendidas, com o apoio do facilitador.

Eu necessito de... (exemplos)

aceitação	apreciação	autonomia
consciência	beleza	celebração
crédito	verdade	compreensão
conexão	consideração	contribuição
alegria	bondade	cultura
cooperação	criatividade	eficácia
amor	significação	evolução
empatia	igualdade	exploração
liberdade	crescimento	harmonia
honestidade	humor	imaginação
inclusão	inspiração	integridade
condecoração	participação	paz
divertimento	presença	proteção
respeito	descanso	segurança
espontaneidade	suporte	toque



Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO/Instituto Ayrton Senna/UNAIDS/Banco Mundial/ USAID/Fundação Ford/CONSED/UNDIME, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam (coord.). *Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2004.

ARAÚJO, Ulisses F. *A construção da cidadania e de relações democráticas no cotidiano Escolar*. Disponível em: http://www.redhbrasil.net/biblioteca_on_line.php 2010.

BLANEY, Joana; BOONEN, Petronella Maria; ARRUDA, Andrea. *Apostila Formação em Práticas – Justiça Restaurativa*. São Paulo: CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, SP; 2011.

BLANEY, Joana; BOONEN, Petronella Maria; ARRUDA, Andrea. *Apostila Escola do Perdão e Reconciliação – ESPERE*. São Paulo: CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, SP; 2010.

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOHM, D. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2005

BRANCHER, L. *Manual de práticas restaurativas*. Brasília: PNUD, 2006. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares - Cadernos 01 a 10*. SEB/MEC, Brasília/DF, 2004, disponíveis no site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12384&Itemid=655.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares - Cadernos 01 a 10*. SEB/MEC, Brasília/DF, 2004, disponíveis no site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12384&Itemid=655

BRASIL. *O SUS de A a Z*. Garantindo saúde nos municípios. Ministério da Saúde. Brasília. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes: prevenção de violências e promoção da cultura de paz*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia_saude_crianças.pdf. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. *Prevenção à violência contra crianças e adolescentes – parte 1*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/150violencia_crianca.html. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sdh/sobre/sobre-a-secretaria/cartilha-direitos-humanos>. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Disponível em: http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Publicacoes/Guia_Escolar.pdf. Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Adolescentes em conflito com a lei* – Guia de referência para a cobertura jornalística. Brasília: DF: ANDI – Comunicação e Direitos; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

CEATS/FIA. *Bullying Escolar no Brasil* – Sumário Executivo. São Paulo: CEATS/FIA, 2010.

CECCON, Cláudia [et al.]. *Conflitos na Escola*: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: CECIP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CHRISPINO, Álvaro. *Gestão do conflito escolar*: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. , Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, jan./mar. 2007.

DELORS, Jacques. *Educação: Um tesouro a Descobrir*: Relatório para a comissão internacional sobre educação para o século XXI. 8.ed São Paulo. Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

DISKIN, Lia. *Paz, como se Faz?* Semeando cultura de paz nas escolas. Brasília: UNESCO, Associação Palas Athena, Fundação Vale, 2008.

EDNIR, Madza (organização). *Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos*: parceria para a cidadania. São Paulo : CECIP, 2007. 128 p.

FANTE, Cleo. *Fenômeno bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Verus Editora, 2005.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. *Diretrizes dos Conselhos Escolares*. Disponível no site: http://www.sme.fortaleza.ce.gov.br/educacao/files/2012/cartilha_diretrizes___conselho_09-02-12.pdf, acesso em 25/04/12.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIMENO SACRISTAN, J. *A educação obrigatória*: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOPKINS, Belinda. *Just schools - A whole School Approach to Restorative Justice*. Jessica Kingley Publishers. London and Philadelphia – 2004.

LEDERACH, John Paul. *The little book of conflict transformation*. Clear articulation of the guiding principles by a pioneer in the field. Intercourse, Good Book, 2003.

LEDERACH, John Paul. *Building peace*: sustainable reconciliation in divided societies. Washington, DC: US Institute of Peace, 1997.

LUIZ, Maria Cecília, BARCELLI, Juliana Carolina, et al. *Conselho Escolar*: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

MACHADO, Cláudia (Org.) *Cultura de paz e justiça restaurativa nas escolas municipais de Porto Alegre*. Porto Alegre : Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação, 2008.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

NUNES, Antonio Ozório. *Como restaurar a paz nas escolas*: um guia para educadores. São Paulo: Contexto, 2011.

- PARRAT-DAYAN, Silvia. *Como enfrentar a indisciplina na escola*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINSKY, Jaime e PINSK, Carla Bassanezi. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- PRANIS, Kay. *Processos Circulares*. São Paulo: Palas Athena, 2010.
- PINTO, Renato Sócrates Gomes. *Justiça Restaurativa: é possível no Brasil?*, in *Justiça Restaurativa*. Ministério da Justiça/PNUD, 2005.
- ROSEMBERG, Marshall B. *Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Ágora, 2006.
- TERRE DES HOMMES. *Prevenindo a violência e promovendo a justiça juvenil restaurativa: justiça juvenil restaurativa e práticas de resolução positiva de conflitos*. Fortaleza: 2013.
- TERRE DES HOMMES. *Construindo relações de cuidado: um guia para implementar práticas restaurativas nas escolas*. Fortaleza: 2013.
- THORSBORNE, M. e D. Vinegrad, 2004. *Restorative Practices in Classrooms: Rethinking Behaviour Management* (Manuscript held by Margaret Thorsborne and Associates, Buderim, Queensland, Australia).
- VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo: Método, 2008.
- VEIGA, I. P. A. *Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível*. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- _____. *Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?* Caderno Cedes, v. 23, nº 61, Campinas, Dez, 2003.
- VINYAMATA, Eduard (org). *Aprender a partir do conflito: conflitolgia e educação*. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- McCOLD, P., & WACHTEL, T. (2002). *Restorative justice theory validation*. In E. Weitekamp and H-J. Kerner (Eds.), *Restorative Justice: Theoretical Foundations* (pp. 110-142). Devon, UK: Willan Publishing.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. *Ética e Cidadania nas Escolas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003, 259 p.
- ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. Tradução de Tonia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Outros

Observação: alguns pontos deste trabalho foram inspirados e/ou motivados por palestras das equipes do Cecip, do Mediativa e do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP) de Campo Limpo Paulista.